

**UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente

## **CENTROS XXI DE BAIRRO**

Uma Nova Abordagem Territorial da Agenda 21 Local

Por

Carmen Sofia Moreira Quaresma

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, perfil Ordenamento do Território e Impactes Ambientais

Orientador: Professor Doutor João Muralha Farinha

LISBOA

2009

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor João Farinha pelas suas sugestões e críticas, pela orientação e solicitude, pela amizade, apoio e incentivo nos momentos de maior ansiedade e pelos ensinamentos imprescindíveis, não só à realização deste trabalho, como também e fundamentalmente, à minha valorização profissional e pessoal nos últimos cinco anos.

À Eng.<sup>a</sup> Cristina Garrett, do Gabinete de Desenvolvimento Municipal da Câmara Municipal de Oeiras, pela disponibilidade e apoio incondicional na elaboração do trabalho e pela amizade e simpatia que me contagiou e tantas vezes incentivou.

Ao Arq. José Manuel Fernandes, à Arq.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Janeiro e aos técnicos do Gabinete de Apoio Local de Nova Oeiras pela disponibilidade e informação cedida.

Ao Sr. Carlos Morgado, Presidente de Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, pela informação transmitida.

À Sr.<sup>a</sup> Gisela de Sousa, da Associação de Moradores do Bairro Nova Oeiras, pela aprendizagem adquirida que me permitiu ter uma visão mais alargada do Bairro de Nova Oeiras.

À Dr.<sup>a</sup> Joana Correia da Silva e Dr. João Dinis, da Agência Municipal de Energia da Câmara Municipal de Cascais e à Dr.<sup>a</sup> Filipa Mourão, jurista na Câmara Municipal de Torres Vedras, no apoio à melhor compreensão para a formulação de Agências Municipais.

Ao Centro de Documentação e Informação da Câmara Municipal de Oeiras pela informação disponibilizada.

À amiga e colega Evelina Rodrigues pela ajuda indispensável nos Sistemas de Informação Geográfica e pela amizade demonstrada nos últimos anos.

Aos meus colegas e amigos Felicidade Ferreira, Fernando Teigão dos Santos, Jorge Rocha, José Carlos Ferreira, Maria José Sousa e Teresa Calvão pelo carinho e amizade que me transformam dia após dia numa pessoa melhor, pelo apoio incondicional e pelas palavras de afecto e apreço mas também de crítica que oportunamente me orientaram nesta jornada.

À minha família e ao David que desde cedo me ensinaram os valores que fundamentam a minha forma de estar e de intervir.

E a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho...

...o meu Sincero e Profundo Agradecimento.



# SUMÁRIO

O desenvolvimento sustentável é hoje expressão comum para o modelo ideal de crescimento das sociedades modernas.

Contudo, decorridos quase 17 anos sobre a origem da Agenda 21 Local (A21L), ferramenta para o desenvolvimento sustentável, constata-se que apenas um terço dos 308 municípios portugueses aceitou este desafio e incluiu, de uma forma integrada, as vertentes económicas, sociais e ambientais no seu planeamento e gestão municipal. Acresce a este facto um progressivo alheamento e descontentamento das comunidades para com as políticas locais, com a consequente desresponsabilização pelas acções que intervêm sobre o território e sobre a sua qualidade de vida.

Perante estes desafios, a construção de territórios mais sustentáveis deve adoptar novas estratégias que contribuam para a efectiva implementação da A21L e que capacitem e mobilizem todos os actores locais na tomada de decisão conjunta.

É com base neste pressuposto que surge a presente dissertação tendo como objectivo a formulação de uma nova estrutura organizacional que concorra para a construção de comunidades locais sustentáveis através do planeamento e implementação da A21L à escala do Bairro: os **Centros XXI de Bairro**.

Estes constituem-se como plataformas organizativas de encontro e partilha de interesses, visões e capacidades dos diversos agentes institucionais e da sociedade civil para que possam intervir e colaborar na formulação e execução de acções que afectem pela positiva o ambiente e as vivências quotidianas. Em suma, pretende-se que os Centros XXI constituam a base; a Agenda 21 o meio e o desenvolvimento sustentável o fim.

A pesquisa bibliográfica e os contactos estabelecidos com estruturas semelhantes de sucesso no campo internacional, o acompanhamento contínuo por parte da autora na A21L de Oeiras, o apoio e o empenho do Gabinete de Desenvolvimento Municipal da Câmara Municipal de Oeiras na concretização de uma plataforma de reflexão e trabalho conjunto no Bairro de Nova Oeiras e ainda as entrevistas efectuadas aos principais agentes locais do referido Bairro tornaram possível a formulação das bases para o Centro XXI de Nova Oeiras, como aplicação prática das orientações propostas.

Não se pretende uma solução padrão a implementar em todos os municípios que se encontram a iniciar ou desenvolver a sua Agenda 21, uma vez que as características distintivas dos territórios não o permitem. Pretende-se antes que os **Centros XXI de Bairro** sejam entendidos como um salto qualitativo na governação local e como uma boa prática a replicar numa óptica de aprendizagem e partilha entre comunidades que se preparam para melhor enfrentar os desafios futuros.



# ABSTRACT

Sustainable development is nowadays a common expression for an optimal growth model of modern societies.

However, almost 17 years after the birth of Local Agenda 21 (LA21), a tool for sustainable development, we observe that only one third of 308 Portuguese municipalities have accepted this challenge and have included, in an integrated manner, the economic, social and environmental principles in its planning and in municipal management. In addition to this, we look at a progressive alienation and disappointment of the communities to local policies with the consequent of not holding themselves responsible for the actions that interfere with the territory and their life quality.

In view of these challenges, the construction of more sustainable territories should adopt new strategies which contribute to the effective implementation of LA21 and enable and mobilize all stakeholders in the process of co-decision.

Based upon this assumption, emerges the present dissertation which aims the formulation of a new organizational structure that competes for the construction of local sustainable communities through LA21's planning and implementation to the scale of neighbourhood: **Neighbourhood Centres XXI**.

These structures are established as an organizational platform where meetings and sharing of interests, visions and capabilities between both institutional agents and civil society take place, in order to intervene and collaborate in the activities' formulation and implementation which positively affect the district environment and the daily experiences. In brief, the aim is for the Neighbourhood Centres XXI to become the foundation, the LA21 becomes the middle and, ultimately, the sustainable development becomes the main goal.

The bibliographic research and the settled contacts with similar successful international structures, the author's continuous attendance of the Oeiras' LA21, the support and commitment of the Municipal Development Oeiras Office of Oeiras Municipality in the fulfilment of a platform for a jointly reflection and work in the Nova Oeiras Neighbourhood and, also, the interviews done to local stakeholders, led to the formulation of the basis for the Nova Oeiras Centre XXI, as practical implementation of the proposed guidelines.

The aim is not to find a standard solution that can be implemented in all municipalities which are initiating or developing their LA21, since the territory distinctive features do not allow it. On the opposite, the goal is to understand the **Neighbourhood Centres XXI** as a qualitative leap in local governance and as an exemplary pattern that can be replied in the perspective of learning and sharing between communities, which are preparing themselves to better address the challenges ahead.

# SIMBOLOGIA E NOTAÇÕES

A21L – Agenda 21 Local

ALA21V – Association Local Agenda 21 in Vienna

AMNO – Associação de Moradores de Nova Oeiras

BGRE – Base Geográfica de Referenciação Espacial

BGRI – Base Geográfica de Referenciação de Informação

CIVITAS – Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis

CMO – Câmara Municipal de Oeiras

CNA – Comissão Nacional do Ambiente

DCEA – Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente

DGOTDU – Direcção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DS – Desenvolvimento Sustentável

ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

EPA – Environmental Protection Agency

EPA – Environmental Protection Agency of Copenhagen

ESCTC – European Sustainable Cities and Towns Campaign

FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia

GALNOV – Gabinete de Apoio Local de Nova Oeiras

GDM – Gabinete de Desenvolvimento Municipal

ICLEI – International Council for Local Environment Initiatives

MAOTDR – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

ONU – Organização das Nações Unidas

PIENDS – Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

UNEP – United Nations Environment Programme

UNL – Universidade Nova de Lisboa

WCED – World Commission on Environment and Development



# ÍNDICE DE MATÉRIAS

SUMÁRIO.....	iii
ABSTRACT.....	iv
SIMBOLOGIA E NOTAÇÕES.....	v
ÍNDICE DE MATÉRIAS .....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	ix
ÍNDICE DE TABELAS.....	xi
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Enquadramento.....	1
1.2. Objectivos .....	2
1.3. Estrutura e Organização da Dissertação .....	2
2. A AGENDA 21 LOCAL COMO INSTRUMENTO INTEGRADOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	7
2.1. O Desenvolvimento Sustentável .....	7
2.2. Origem e Percurso da Agenda 21 Local .....	13
2.3. Do Plano à Acção .....	19
2.4. A Participação como Elemento Chave da Agenda 21 .....	23
3. CENTROS XXI DE BAIRRO .....	27
3.1. Os Centros XXI de Bairro como Âncora Territorial da Agenda 21 .....	27
3.2. Boas Práticas Internacionais .....	30
3.2.1. Barcelona   Espanha .....	30
3.2.2. Copenhaga   Dinamarca.....	34
3.2.3. Viena   Áustria.....	36
3.3. Constituição dos Centros XXI de Bairro .....	40
3.3.1. Princípios Orientadores.....	40
3.3.2. Proposta de Estrutura Organizacional.....	43
3.3.2.1. Centro XXI de Bairro .....	43
3.3.2.2. Agência Municipal para a Sustentabilidade.....	46
3.3.3. Metodologia da Agenda 21 de Bairro .....	50
3.3.4. Operacionalização dos Centros XXI de Bairro.....	60
3.3.4.1. Financiamento .....	60

3.3.4.2.	Proposta de Regulamento Interno do Centro XXI de Bairro .....	63
4.	AGENDA 21 LOCAL DE OEIRAS.....	67
4.1.	Oeiras XXI: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável .....	67
4.2.	De Oeiras XXI a Oeiras 21+.....	69
4.2.1.	Balanço da Implementação de Oeiras XXI.....	69
4.2.2.	Processo Participativo da Revisão de Oeiras XXI .....	70
4.3.	Oeiras 21+: Agenda da Sustentabilidade para Oeiras .....	73
4.3.1.	Projecto Motor: Bairro 21 .....	74
5.	PROJECTO-PILOTO: CENTRO XXI DE NOVA OEIRAS .....	77
5.1.	O Bairro de Nova Oeiras .....	77
5.1.1.	Localização e Resenha Histórica .....	77
5.1.2.	Caracterização Sócio-Económica do Bairro de Nova Oeiras .....	84
5.2.	Proposta de Estrutura do Centro XXI de Nova Oeiras .....	94
5.3.	Metodologia da Agenda 21 de Nova Oeiras .....	98
5.4.	Operacionalização do Centro XXI de Nova Oeiras.....	104
5.4.1.	Financiamento .....	104
6.	RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	107
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	111
	ANEXOS .....	117
	ANEXO I: Listagem de Municípios com Agenda 21 Local .....	117
	ANEXO II: Listagem dos Processos Participativos com Envolvimento da Autora .....	120

# ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 – Estrutura adoptada na presente dissertação. ....	5
Figura 2.1: As principais interacções assumidas na ENDS.....	11
Figura 2.2: Integração das três componentes do Desenvolvimento Sustentável (DS). ....	14
Figura 2.3: Distribuição dos processos de Agenda 21 Local pelas diversas regiões do mundo. ....	15
Figura 2.4: Marcos Históricos da Campanha Europeias das Cidades e Vilas Sustentáveis. ....	17
Figura 2.5: Municípios com Agenda 21 Local em curso à data de Agosto de 2008.....	18
Figura 2.6: O Ciclo do Processo de Planeamento da Agenda 21 Local. ....	19
Figura 2.7: Esquema do método da avaliação da A21L disponível na Internet.....	22
Figura 2.8: Exemplo de uma metodologia de um Fórum de Participação Pública de Agenda 21 Local. ....	25
Figura 2.9: O Triângulo da Informação e Possíveis Rupturas. ....	26
Figura 3.1: Comparação entre diferentes escalas de abordagem de Agenda 21 Local. ....	27
Figura 3.2: Organização do Conselho Municipal para o Ambiente e Sustentabilidade. ....	32
Figura 3.3: Modelo Organizacional da Agenda 21 Local de Viena.....	39
Figura 3.4: Relações propostas entre a Autoridade Local e a Comunidade.....	41
Figura 3.5: Vantagens do envolvimento dos vários agentes locais no Centro XXI de Bairro. ....	42
Figura 3.6: Estrutura proposta para o Centro XXI de Bairro.....	43
Figura 3.7: Estrutura proposta para a Agência Municipal para a Sustentabilidade. ....	48
Figura 3.8: Esquema metodológico proposto para a Agenda 21 de Bairro. ....	50
Figura 3.9: Representação esquemática da Análise <i>SWOT</i> . ....	51
Figura 3.10: Modelo de Ecossistema de um Bairro. ....	52
Figura 3.11: Plataforma colaborativa on-line desenvolvida na FCT/UNL.....	56
Figura 4.1: Percurso da Agenda 21 Local de Oeiras.....	67
Figura 4.2: Adesão dos participantes aos grupos de acompanhamento. ....	72
Figura 4.3: Exemplo do material publicitário do Fórum Oeiras 21+. ....	74
Figura 4.4: Percurso de Observação. ....	75
Figura 4.5: Imagens dos Participantes no Percurso de Observação pelo Bairro Nova Oeiras. ....	75
Figura 4.6: Trabalhos efectuados pelos alunos do Colégio A Praceta (Direita) e pelo Externato Nova Oeiras (Esquerda).....	76
Figura 5.1: Localização da Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra face ao Concelho de Oeiras e à Área Metropolitana de Lisboa. ....	77
Figura 5.2: Plano de Nova Oeiras 1968 (Esquerda) e Nova Oeiras nos finais dos anos 60 (Direita).....	78
Figura 5.3 – Zona verde central e caminhos pedonais.....	80

Figura 5.4 – As Moradias que ladeiam a Alameda Conde de Oeiras com ciclovias (esquerda); as “Torres”(centro) e os “Blocos” assentes em “pilotis” (direita). .....	80
Figura 5.5 – “Centro Comercial” apoiado por uma galeria coberta. ....	80
Figura 5.6: Equipamentos Colectivos, de Comércio e de Serviços existentes no Bairro de Nova Oeiras. ....	81
Figura 5.7 – Centro Nuno Belmar da Costa, antiga Estalagem.....	82
Figura 5.8 – 1º Prémio RENOV atribuído ao Bloco A. ....	83
Figura 5.9 – Limites da área do Bairro Nova Oeiras a regulamentar e da área proposta para classificação.....	83
Figura 5.10: Representação das Subsecções do Bairro de Nova Oeiras. ....	84
Figura 5.11: Evolução da População Residente no Bairro de Nova Oeiras segundo Grupos Etários e Género. ....	85
Figura 5.12: Distribuição da População Residente em 2001 segundo Grupos Etários. ....	86
Figura 5.13: Índice de Envelhecimento.....	87
Figura 5.14: Índice de Dependência de Jovens. ....	87
Figura 5.15: Índice de Dependência de Idosos.....	87
Figura 5.16: Índice de Dependência Total.....	87
Figura 5.17: Dimensão média das famílias clássicas em 2001. ....	88
Figura 5.18: Habilitações literárias da população residente em 2001.....	89
Figura 5.19: Distribuição da população residente em 2001 segundo as habilitações literárias. ....	89
Figura 5.20: Número de Edifícios Exclusivamente Residenciais em 2001. ....	90
Figura 5.21: Número Total de Alojamentos em 2001.....	91
Figura 5.22: Distribuição da população residente em 2001 segundo a situação profissional. ....	92
Figura 5.23: Distribuição da população empregada em 2001 segundo os sectores de actividade.....	93
Figura 5.24: Estrutura proposta para o Centro XXI de Nova Oeiras. ....	94
Figura 5.25: Proposta de Ficha de Acção. ....	101

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3-I: Questões do Nível B do <i>Place Check</i> .....	52
Tabela 3-II: Análise e Atribuição de Méritos do <i>Project Check</i> .....	54
Tabela 5-I: Evolução da População Residente. ....	85
Tabela 5-II: Índices de Envelhecimento e Dependências no Bairro de Nova Oeiras. ....	86
Tabela 5-III: Índices de Residencialidade e Disponibilidade no Bairro de Nova Oeiras. ....	91
Tabela 5-IV: Taxas de Actividade, Emprego e Desemprego no Bairro de Nova Oeiras. ....	93
Tabela I-1: Municípios com Agenda 21 Local em Portugal à data de Agosto de 2008. ....	117
Tabela II-1: Processos participativos onde a autora esteve envolvida nos últimos cinco anos. ....	120





# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Enquadramento

O caminho para o desenvolvimento sustentável subentende um compromisso ético das gerações presentes para com as gerações futuras, não só na protecção dos recursos naturais, na potenciação de factores de coesão e equidade social e na criação de economias pujantes e robustas, como também na reflexão individual dos nossos valores e estilos de vida.

A Agenda 21 Local (A21L) é um plano de acção global, catalisador e promotor do desenvolvimento sustentável local e da melhoria da qualidade de vida, que assenta numa forte parceria entre os diversos actores locais. A construção da sustentabilidade exige assim um conciliar de interesses, a formação de parcerias e exploração de soluções inovadoras o que implica, necessariamente, o desenvolvimento de consensos entre todos (Vasconcelos, 2005).

As autoridades locais, pela proximidade que têm ao território e às comunidades, assumem-se como as principais dinamizadoras de um processo de transição para a sustentabilidade, desempenhando um papel crucial na formulação de projectos e acções com impactes directos na melhoria da qualidade de vida da população e na promoção da democracia local através do diálogo entre todos os actores locais. De facto o nível local da administração do território pode desempenhar um papel chave na identificação dos problemas e conflitos ambientais, bem como, no desenho de soluções para a respectiva resolução (Fidélis, 2005).

Contudo, se por um lado, reconhece-se que é a acção a nível local que desencadeia um processo de desenvolvimento sustentável (ENDS, 2007; Evans *et al.*, 2005), por outro observa-se um alheamento das autoridades locais face aos desafios da Agenda 21 Local (Schmidt *et al.*, 2006) e uma resistência de muitos municípios em promover a integração da participação pública nos processos de tomada de decisão, em geral, e na definição de estratégias de sustentabilidade, em particular (Santos, 2005).

Acresce a este facto um progressivo alheamento, por parte dos cidadãos, na intervenção política e social, o que representa um sinal da insuficiente percepção da utilidade prática do seu empenhamento e da sua desconfiança perante as instituições (ENDS, 2007). Este efectivo distanciamento da sociedade civil ao poder político (Cabral, 2003) conjuga-se com o défice de participação cívica e de democracia participativa (Cabral, 2000; Barreto, 2002 *fide* Guerra, 2004).

Face a estes desafios a construção de territórios mais sustentáveis deve adoptar novas soluções para o desenvolvimento local e novas formas de governação territorial que sejam capazes de seduzir, capacitar e mobilizar todos os actores locais na tomada de decisão conjunta, contribuindo assim para a efectiva disseminação da A21L.

## 1.2. Objectivos

A presente dissertação tem como objectivo a formulação de uma nova estrutura organizacional que concorra para a construção de comunidades locais sustentáveis através do planeamento e implementação da A21L. A esta estrutura denominou-se **Centros XXI de Bairro**.

Os **Centros XXI de Bairro** constituem-se como espaços privilegiados de encontro, reflexão, discussão e partilha de interesses, visões e capacidades dos diversos agentes institucionais e da sociedade civil, para que em conjunto, possam intervir e colaborar na formulação e execução de acções que afectem pela positiva o ambiente e as vivências quotidianas.

Ambiciona-se uma verdadeira estrutura de proximidade que incentive a cooperação e a participação da sociedade civil no planeamento e na construção de bairros com maior cidadania e coesão social, inovadores e competitivos e com uma maior qualidade de ambiente e de vida.

Esta dissertação pretende assim ser um contributo para a reflexão estratégica sobre o envolvimento da comunidade na aplicação de planos de sustentabilidade locais, como é o caso da A21L.

## 1.3. Estrutura e Organização da Dissertação

A presente dissertação encontra-se estruturada nos seguintes seis capítulos:

- **Capítulo 1** – Apresenta-se uma síntese do tema em análise, os objectivos e a estrutura e organização da dissertação.
- **Capítulo 2** – Efectua-se o enquadramento conceptual e a operacionalização da Agenda 21 Local (A21L) e o seu contributo para o Desenvolvimento Sustentável.

Para a concretização deste capítulo efectuou-se uma revisão da literatura existente sobre o Desenvolvimento Sustentável e a A21L reforçada pela experiência adquirida na elaboração e acompanhamento de dezenas de A21L nos últimos cinco anos como investigadora no Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis (CIVITAS) sediado no Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente (DCEA) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT/UNL).

- **Capítulo 3** – Inicia-se a abordagem aos **Centros XXI de Bairro** como âncora territorial da Agenda 21 expondo alguns exemplos de boas práticas internacionais nesta matéria.

Ainda neste capítulo é apresentada uma proposta de estrutura organizacional para os **Centros XXI de Bairro**, os procedimentos para a sua operacionalização e a metodologia para a elaboração de uma Agenda 21 de Bairro.

Para uma efectiva coordenação dos **Centros XXI de Bairro** de um mesmo município propõe-se neste capítulo a constituição de Agências Municipais para a Sustentabilidade.

Para a concretização deste capítulo estabeleceram-se diversos contactos com responsáveis por estruturas semelhantes a funcionarem noutros países da Europa.

Realizaram-se entrevistas aos responsáveis pela Agenda 21 Local de Cascais, Dr.<sup>a</sup> Joana Correia da Silva e Dr. João Dinis que, estando integrados na Agência Municipal de Energia de Cascais, elucidaram sobre os fundamentos e procedimentos para a constituição de uma Agência Municipal.

Para as questões jurídicas associadas à constituição e formalização de uma associação de direito privado sem fins lucrativos, como é o caso das Agências Municipais, foi estabelecido um contacto com a Dr.<sup>a</sup> Filipa Mourão, jurista na Câmara Municipal de Torres Vedras.

- **Capítulo 4** – Neste capítulo aborda-se a Agenda 21 Local de Oeiras – Oeiras XXI: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável – e o seu processo de revisão, que culminou na elaboração da Agenda da Sustentabilidade para Oeiras 2008-2013 – Oeiras 21+.

Para a concretização deste capítulo procedeu-se à compilação da documentação existente sobre a Agenda 21 Local de Oeiras, incluindo os diversos relatórios dos Fóruns de Participação elaborados pelo CIVITAS/DCEA/FCT/UNL no âmbito da revisão de Oeiras XXI.

- **Capítulo 5** – Apresenta-se o projecto-piloto Centro XXI de Nova Oeiras em articulação com o Bairro 21, um dos projectos motores da Agenda 21 Local de Oeiras.

À luz do capítulo anterior é apresentada uma proposta de estrutura organizacional para o Centro XXI de Nova Oeiras, os procedimentos para a sua operacionalização e a metodologia para elaboração da Agenda 21 de Nova Oeiras.

Para a concretização deste capítulo foram realizadas entrevistas às entidades que desenvolvem trabalho sobre o Bairro de Nova Oeiras: o Presidente da Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, Sr. Carlos Morgado; os responsáveis pelo Gabinete de Apoio Local de Nova Oeiras (GALNOV), Arq. José Manuel Fernandes e Arq. Maria de Lurdes Janeiro e a Presidente da Associação de Moradores de Nova Oeiras (AMNO), Sr.<sup>a</sup> Gisela de Sousa.

Da parte da Câmara Municipal de Oeiras obteve-se um acompanhamento e contributo contínuos por parte da Eng. Cristina Garrett do Gabinete de Desenvolvimento Municipal da Câmara Municipal de Oeiras (GDM/CMO), espelhados em diversas reuniões.

- **Capítulo 6** – Apresenta-se as principais conclusões do trabalho, respondendo aos objectivos da investigação: a formulação de uma estrutura de proximidade que incentive a cooperação e a participação da sociedade civil no planeamento e na construção de Bairros com maior cidadania e coesão social, inovadores e competitivos e com uma maior qualidade de ambiente e de vida.

Foca-se no Bairro de Nova Oeiras como bairro-piloto na implementação de Centros XXI.

As recomendações visam a capacitação das autoridades locais e da sociedade civil para a prossecução do desenvolvimento sustentável. Apontam-se pistas de futuro para o envolvimento da comunidade no planeamento e implementação de planos de sustentabilidade locais, como as Agenda 21, procurando a disseminação de boas práticas.

A figura seguinte esquematiza a estrutura da presente dissertação, com destaque para algumas das temáticas abordadas.

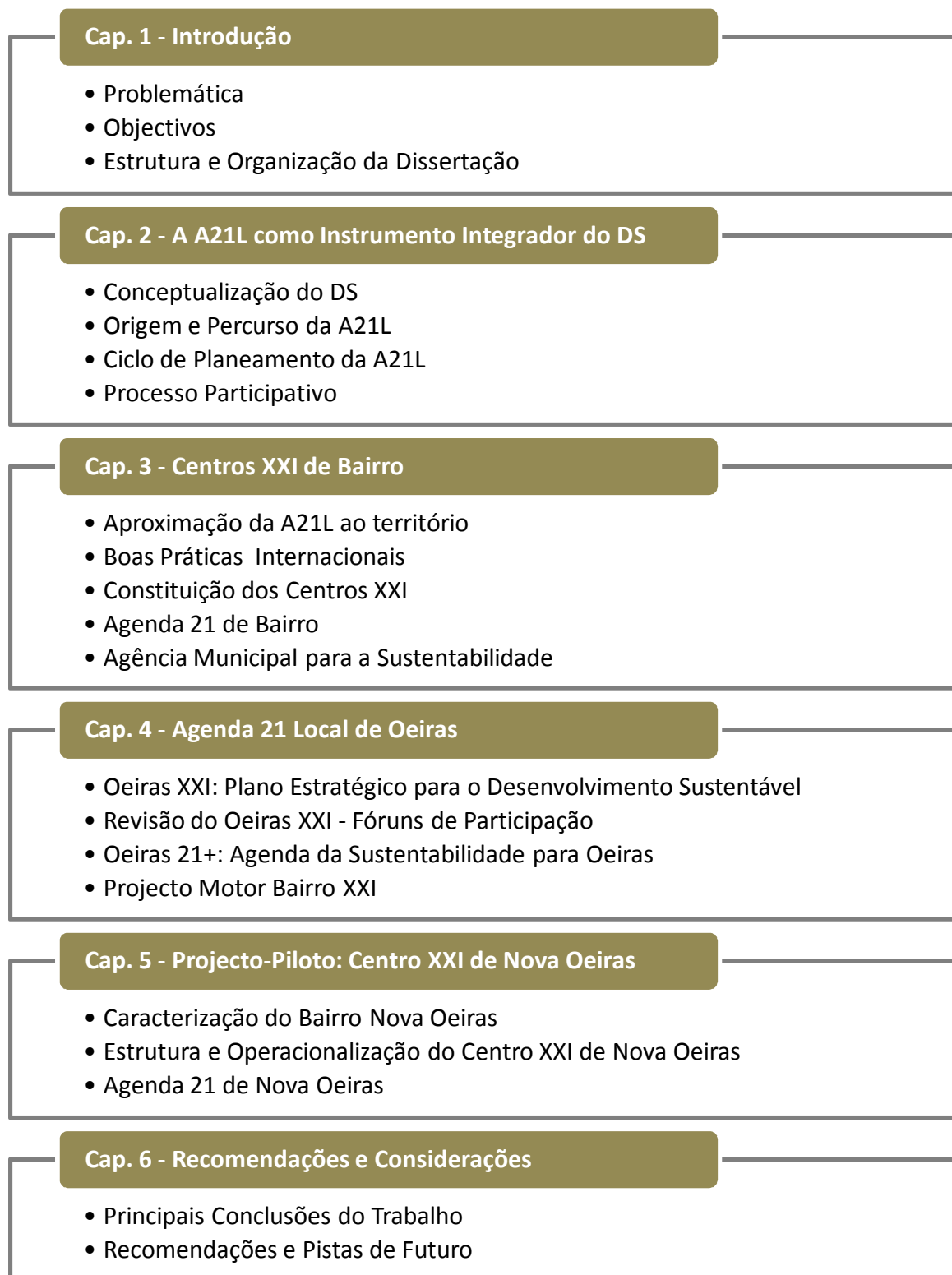


Figura 1.1 – Estrutura adoptada na presente dissertação.



## **2. A AGENDA 21 LOCAL COMO INSTRUMENTO INTEGRADOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

### **2.1. O Desenvolvimento Sustentável**

A crescente competição entre o sistema natural e o sistema económico das sociedades modernas revelou-se como “reagente limitante” à sobrevivência do próprio Homem. Tal como refere Bossel *“Num mundo de recursos limitados (energia, matéria, água, alimentos, tempo) os sistemas competem frequentemente pelos recursos, pelas vantagens, e mesmo pela sua sobrevivência. De forma mais dramática, estes para sobreviverem poderão não ter outra alternativa senão destruir outros sistemas ou organismos, como predador-presa numa cadeia de alimentação”* (Bossel, 1998).

O desenvolvimento das sociedades, com incidência na era pós-revolução industrial, implicou a exploração desmedida dos recursos provocando um declínio cada vez mais acelerado dos ecossistemas naturais.

De facto, o modo como as comunidades usufruem do território com as suas actividades culturais, económicas ou culturais é uma condição que contribui para aumentar ou reduzir as suas potencialidades e disponibilidade dos seus recursos ao longo do tempo (Fadigas, 2007).

Para este facto contribuíram as últimas três décadas do século XX que ficaram marcadas por várias manifestações quer da comunidade científica, quer da sociedade em geral, que adquiriam uma crescente opinião pública para as questões ambientais. Os acidentes de impacte mundial ocorridos nestas décadas – acidente industrial em Seveso (1976); confirmação do Buraco do Ozono (1985); acidente nuclear de Chernobyl (1986); acidente do petroleiro Exxon Valdez (1989); entre outros - apenas acentuaram as preocupações relativas aos riscos ambientais, sociais e económicos dos mesmos e despertaram a necessidade premente de uma resposta.

O modelo dominante de crescimento económico suscitava a procura de modos de vida mais equilibrados no qual teríamos que modelar os nossos comportamentos e atitudes. Era necessária uma actuação concertada de todos os agentes da sociedade de forma a reverter os actuais padrões de produção e consumo dos países industrializados e as situações de pobreza e exclusão social dos demais países.

Esta necessidade de intervenção política a uma escala global levou os organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) a assumir um papel de destaque com a organização em 1972, através da UNEP (United Nations Environment



Programme), da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano. Desta conferência resultou a Declaração de Estocolmo que, através dos seus 23 princípios, apela a que governos e cidadãos exerçam esforços conjuntos para a preservação e melhoria do ambiente humano.

Na Declaração de Estocolmo subsistia um prólogo do conceito de desenvolvimento sustentável através do reconhecimento da necessidade de uma actuação conjunta capaz de compatibilizar o desenvolvimento económico e social com a conservação dos recursos naturais (UNEP (United Nations Environment Programme), s.d.): “(...) *O Homem tem o dever solene de proteger e melhorar o ambiente para as gerações actuais e futuras.*” (Princípio 1) e “*O desenvolvimento económico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na Terra as condições necessárias à melhoria da qualidade de vida.*” (Princípio 8).

Ainda como resultado da Conferência de Estocolmo, neste mesmo ano, a ONU criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Em Portugal, a primeira iniciativa oficial em matéria de ambiente coincidiu com a constituição em 1971 da Comissão Nacional do Ambiente (CNA) como impulso para a participação do país na Conferência de Estocolmo que aconteceria no ano seguinte.

A importância do ambiente na estrutura política do Estado Português obteve a primeira expressão quando o primeiro Governo Provisório após a Revolução de 25 de Abril de 1974 criou, sob a alçada do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, uma Subsecretaria de Estado do Ambiente para a qual foi nomeado o Arq. Gonçalo Ribeiro Telles. Esta deu lugar, em 1975, à Secretaria de Estado do Ambiente (SEA)<sup>1</sup>.

No crescimento das preocupações ambientais a Constituição da República Portuguesa de 1976 é clara quando inscreve nos direitos e deveres sociais que “*para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos (...)*”<sup>2</sup> a implementação de um conjunto de medidas que visem a protecção dos valores ambientais.

Em 1979 é criado o Ministério da Qualidade de Vida (MQV) que instituiu dois importantes passos na concretização de uma política de ordenamento do território: a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN) em 1982 e 1983, respectivamente.

Em 1985 a SEA dá lugar à Secretaria do Estado do Ambiente e Recursos Naturais pertencente ao Ministério do Planeamento e Administração do Território. O Secretário de Estado nomeado foi o Eng. Carlos Pimenta.

---

<sup>1</sup> Diários do Governo nº: 113/74 Série I de 15 de Maio de 1974 e nº: 72/75 de 26 de Março; Série I 2º Suplemento.

<sup>2</sup> Artigo 66º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa de 2 de Abril de 1976.

Coincidindo com o Ano Europeu do Ambiente, em 1987 é publicado o principal documento normativo do nosso País sobre Direito do Ambiente - a Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril). Esta propõe instrumentos concretos, nomeadamente o licenciamento das utilizações dos recursos naturais, os princípios do utilizador e poluidor-pagador, medidas de gestão e ordenamento do território e medidas de combate e prevenção do ruído e da poluição. Ainda em 1987 é promulgada a Lei das Associações de Defesa do Ambiente (Lei n.º 10/87 de 4 de Abril) que define os direitos de participação e de intervenção das associações de defesa do ambiente junto da administração central, regional e local com vista à promoção do direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado.

Onze anos depois, em 1998, é publicada a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto) onde se associa de forma muito clara e directa o ordenamento do território e o urbanismo às questões da sustentabilidade e da melhoria da qualidade de vida:

**Artigo 3.º** *“Constituem fins da política de ordenamento do território e de urbanismo (...) promover a qualidade de vida e assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento das actividades económicas, sociais e culturais (...)”*

**Artigo 5.º** *“A política de ordenamento do território e de urbanismo obedece aos princípios gerais de (...) sustentabilidade e solidariedade intergeracional, assegurando a transmissão às gerações futuras de um território e de espaços edificados correctamente ordenados (...)”*

Mais recentemente o novo Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro) remete para os municípios, no exercício do seu poder regulamentar, a aprovação de regulamentos municipais de urbanização e ou de edificação que introduzam as novas normas nele dispostas. À luz deste novo regime jurídico os municípios procederam à revisão dos seus regulamentos municipais de urbanização e ou edificação e alguns aproveitaram para introduzir nos mesmos questões relacionadas com a sustentabilidade territorial, eficiência energética e mobilidade sustentável. Destaca-se o Município de Almada que enquadra o RUMA, Regulamento Urbanístico do Município de Almada<sup>3</sup>, no cumprimento da Estratégia Local de Desenvolvimento Sustentável e em concordância com as políticas de acessibilidade e de mobilidade sustentável da Autarquia. O RUMA introduz ainda conceitos que privilegiam soluções construtivas para o controlo passivo dos ganhos solares, complementadas com sistemas energéticos que façam aproveitamento de energias renováveis e assegura que na elaboração dos projectos, a qualidade das soluções deve resultar na articulação coerente de diversos princípios, entre os quais, a sustentabilidade e eficiência energética e ambiental, da estrutura urbana.

<sup>3</sup> Edital n.º 476/2008 publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 93 de 14 de Maio de 2008.

No campo internacional, o ano de 1987 fica assinalado pela publicação do Relatório “Our Common Future” que define Desenvolvimento Sustentável como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (WCED, 1987). Este relatório, elaborado pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, é igualmente conhecido como o Relatório “Bründtland” em alusão à então primeira-ministra Norueguesa, Gro Harlem Bründtland, que presidia à Comissão constituída por líderes de 21 países.

Este conceito de Desenvolvimento Sustentável, que viria a ser o mais popular, não deixa de ser ambíguo pela percepção do conceito “necessidades” que, embora dependa do estado social e cultural em que nos inserimos, é comum e de fácil entendimento que todos aspiramos por uma melhor qualidade de vida. Contudo a incapacidade humana de ajustar as suas necessidades, mesmo com a evolução tecnológica, à capacidade de carga dos ecossistemas poderá levar à sua ruptura num futuro não muito longínquo.

Neste sentido, no alcance do seu bem-estar o Homem deverá evoluir em equilíbrio com o ecossistema natural e na satisfação das suas necessidades e aspirações deverá assegurar igual oportunidade a todos os que o rodeiam. A equidade subjacente ao conceito de Desenvolvimento Sustentável não entende apenas as gerações futuras mas a igualdade de oportunidades entre as gerações presentes. Esta posição é apoiada por Atkinson, *et al.* (2007) que referem que o desenvolvimento é insustentável enquanto persistirem disparidades entre as gerações presentes no acesso ao bem-estar e a iguais oportunidades. O fosso económico, a fome e a pobreza têm ainda uma permanência aterradora entre os diversos povos sendo necessária uma parceria global para minimizar estas diferenças.

Segundo a análise documental realizada por Rosa (2002) existem várias abordagens e críticas inerentes ao conceito de desenvolvimento sustentável, que para além da discrepância na sua definição subsistem ainda vários pontos de vista sobre o caminho para o alcance do mesmo. No entanto Ramos, *et al.* (1999) referem que a realização de uma política de desenvolvimento sustentável, apesar de requerer à partida um consenso sobre o seu significado, não se pretende que esse consenso seja absoluto mas sim razoável.

Assim, não obstante o conceito adoptado, importa que os governos corporizem uma visão integrada do desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável que desejam para as suas comunidades e a façam reflectir nas suas políticas e planos assim como nas iniciativas e acções dos agentes económicos, sociais e culturais.

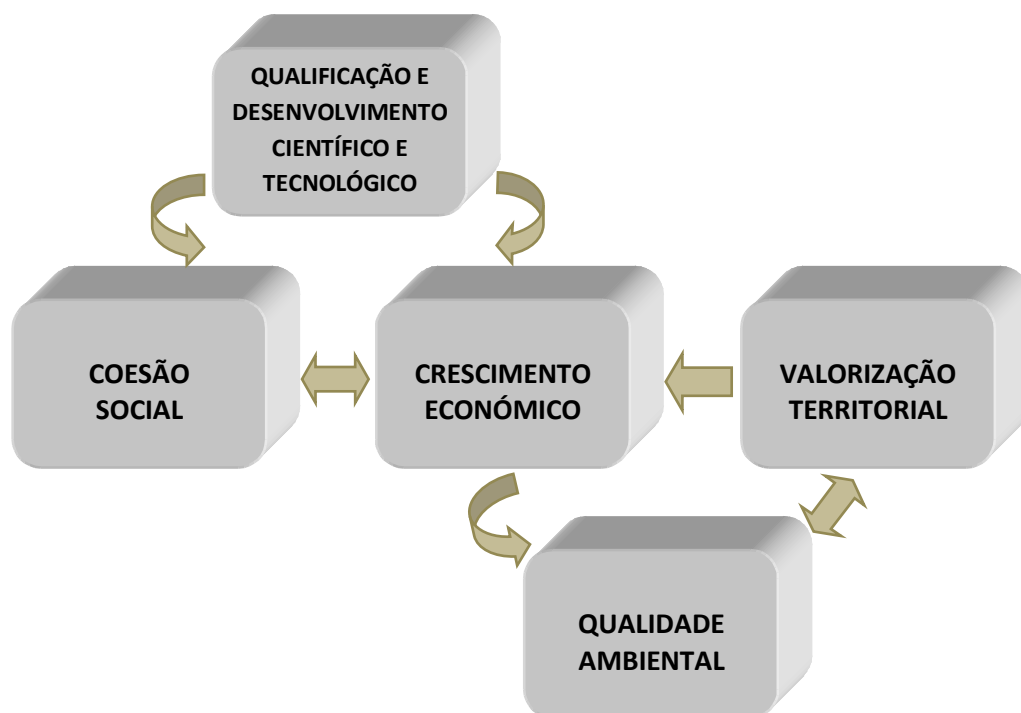
Portugal concretiza esta visão quando aprovou pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, publicado no Diário da República, 1.ª série – N.º 159 – 20 de Agosto de 2007, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e o respectivo Plano de Implementação (PIENDS). Este instrumento de orientação estratégica, para o horizonte de

2015, visa nortear o processo de desenvolvimento do País, numa perspectiva de sustentabilidade, em articulação coerente com os demais instrumentos, planos e programas de acção em vigor ou em preparação (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego; Plano Tecnológico; etc.) incluindo os que se referem à aplicação dos fundos comunitários do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) no período de programação até 2013, apelando à iniciativa dos cidadãos e dos diversos agentes locais.

O grande desígnio integrador e mobilizador adoptado pela ENDS é o de (ENDS, 2007):

*“Retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social.”*

De forma a atingir este objectivo orientador, a formulação da ENDS procura desenvolver cinco grandes sinergias (ENDS, 2007):



**Figura 2.1: As principais interações assumidas na ENDS.**

(Fonte: Adaptado de ENDS, 2007)

- A **qualificação dos recursos humanos** e o **desenvolvimento científico e tecnológico** são vistos como factores chave quer do crescimento económico, quer da coesão social;

- O **crescimento económico** é encarado como um factor chave da **coesão social** por via da dinâmica diversificada de emprego que permite;
- O **crescimento económico** pela redução da sua intensidade energética e pela redução do seu papel intensivo no consumo de espaço e de predador de recursos é encarado como um factor chave da melhoria da **qualidade ambiental**;
- A **valorização territorial** pelo papel chave no reforço da atractividade do território é encarada como um factor de **crescimento económico**, ao mesmo tempo que, pela redução da dinâmica de urbanização extensiva e desordenada é encarado como um factor chave da **qualidade ambiental**;
- A **qualidade ambiental** é vista como contributo decisivo para a **valorização territorial**, e através desta para o próprio **crescimento económico** e competitividade.

Estas cinco sinergias consubstanciam-se nos sete objectivos da ENDS (ENDS, 2007):

1. Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”;
2. Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética;
3. Melhor Ambiente e Valorização do Património;
4. Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social;
5. Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território;
6. Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional;
7. Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada.

A ENDS foi elaborada de forma compatível com os princípios orientadores da Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável aprovada no Conselho Europeu de Gotemburgo em 2001 e revista no Conselho Europeu de 9 de Junho de 2006 (ENDS, 2007).

## 2.2. Origem e Percurso da Agenda 21 Local

A Agenda 21 surge como um compromisso mundial assumido na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como a Cimeira da Terra, que teve lugar no Rio de Janeiro em 1992. Este documento assinado por mais de 178 países, incluindo Portugal, constitui um modelo de desenvolvimento sustentável do planeta como resposta à escassez dos recursos naturais, à pobreza e exclusão social, à explosão demográfica, ao consumo e desperdício excessivos, entre outros. Impunha-se como objectivo a obtenção de uma estratégia integrada e concertada que invertesse o impacto negativo do comportamento humano sobre o ambiente físico e promovesse o desenvolvimento económico ambientalmente sustentável em todos os países.

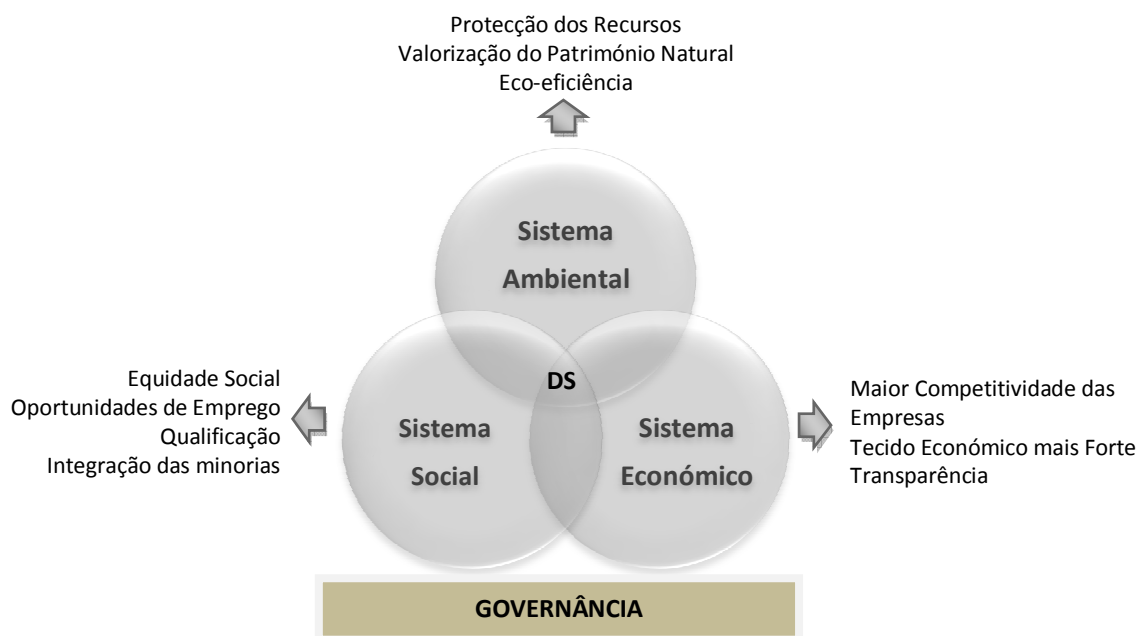
Da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento resultaram três documentos fundamentais (MAOTDR, 2005):

- **Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento:** conjunto de vinte e sete Princípios que visam a protecção da integridade do sistema global do ambiente e do desenvolvimento;
- **Agenda 21 - Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável:** constituído por quarenta capítulos distribuídos em quatro secções (Dimensões Sociais e Económicas; Conservação e Gestão dos Recursos para o Desenvolvimento; Reforço do Papel dos Principais Parceiros e Meios de Implementação);
- **Declaração de Princípios sobre as Florestas:** conjunto de quinze princípios que inspiram a um consenso mundial sobre a gestão, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas.

Destes, a Agenda 21 - Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável destaca-se como o principal ponto focal da Cimeira do Rio, um compromisso mundial que apesar de não ser regulamentada pelo direito internacional, a sua adopção e implementação pressupõe uma obrigação moral e conjunta numa parceria global para o desenvolvimento sustentável.

O capítulo 28 da Agenda 21 apela às autoridades locais, como agentes mais próximos do território e dos seus problemas, a intervir junto das suas comunidades de forma a promover a cooperação e participação de todos os actores (cidadãos, organizações, associações, empresas, etc.) na construção consensual de uma estratégia de desenvolvimento local – uma Agenda 21 Local – visando os princípios do desenvolvimento sustentável (MAOTDR, 2005).

A A21L apela à construção de comunidades locais sustentáveis conseguida pela correcta integração dos aspectos ambientais, sociais e económicos, assente numa forte parceria entre todos os actores que intervêm no território (Figura 2.2).



**Figura 2.2: Integração das três componentes do Desenvolvimento Sustentável (DS).**

Para além das três dimensões do desenvolvimento sustentável - ambiental, social e económica (Hopwood *et al.*, 2005) importa acrescentar a Governância<sup>4</sup>. Ou seja introduzir no planeamento para o desenvolvimento sustentável um sistema de decisão partilhada e transparente de forma a assegurar a participação de todos os interessados e a legitimidade das decisões.

Na prática a Agenda 21 Local é um processo em que a autoridade local trabalha em parceria com todos os sectores da sociedade na elaboração e implementação de um Plano de Acção tendo por objectivo o desenvolvimento sustentável (Farinha, 2005).

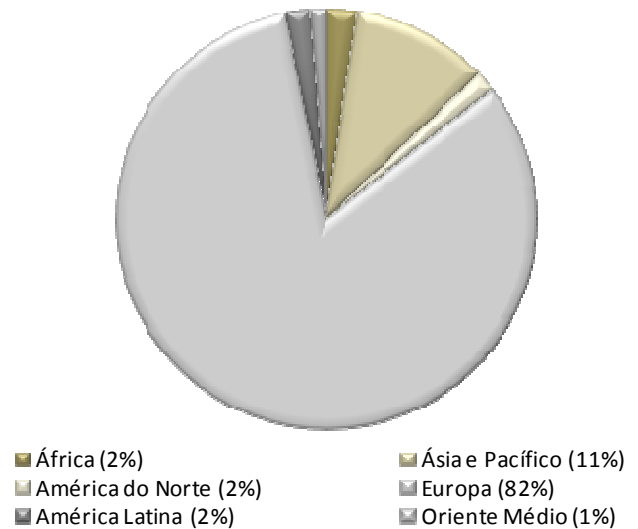
### > A Agenda 21 Local no Mundo:

De Novembro de 2000 a Dezembro de 2001 o Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI), um dos principais promotores do desenvolvimento sustentável junto das autoridades locais europeias, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) efectuou um levantamento sobre a situação da A21L a nível

<sup>4</sup> Por Governância entende-se o envolvimento activo directo de um conjunto de intervenientes na decisão através da participação colectiva, visando a resolução de problemas de interesse mútuo pela construção de soluções colaborativas conjuntas. Implica acção, envolvimento e consequentemente capacitação dos envolvidos assumindo influência mais directa na decisão. Valoriza o exercício da liberdade dos cidadãos e a expressão das suas identidades. É um conceito diferente de Governação que refere-se ao acto de governar através das instâncias governativas, no sentido tradicional do termo (Vasconcelos, 2007).

mundial. Este estudo concluiu que no final de 2001 mais de 6400 autoridades locais em 113 países haviam adoptado a A21L na prossecução do desenvolvimento sustentável (ICLEI, 2002).

Existem, ainda assim, diferenças na distribuição do número de A21L pelos diversos países do mundo. Como se pode observar na Figura 2.3, cerca de 82% das Agendas 21 pertencem a países Europeus (5292), seguidos dos países da Ásia/Pacífico com 11%.



**Figura 2.3: Distribuição dos processos de Agenda 21 Local pelas diversas regiões do mundo.**

(Fonte: ICLEI, 2002)

Este facto poderá dever-se a nestes países ser mais comum a existência de campanhas nacionais de promoção da Agenda 21 Local que divulgam e incentivam a adopção por parte das autoridades locais deste tipo de instrumentos de planeamento. Os países desenvolvidos têm ainda um crescimento maior, sendo que, em cinco anos obtiveram mais do triplo de Agendas 21 (ICLEI, 2002).

#### > A Agenda 21 Local na Europa:

Em 1994 teve lugar em Aalborg – Dinamarca a 1ª Conferência Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis. O resultado chave desta conferência foi a “Carta das Cidades e Vilas Europeias para a Sustentabilidade”, mais conhecida como **Carta de Aalborg**, que elege as cidades como impulsionadoras de sociedades socialmente mais justas com economias locais viáveis e eco-eficientes. Os seus signatários, incluindo Portugal, comprometeram-se a desenvolver esforços para a implementação da Agenda 21 Local e a prosseguir os objectivos e princípios da sustentabilidade nos seus Planos de Acção Locais (ESCTC, 1994).

Em Fevereiro de 2009 ascendiam a mais de 2600 as autoridades locais e regionais europeias que já haviam assinado a Carta de Aalborg (List of Signatories, 2009).

A Carta de Aalborg deu início à Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis com a finalidade de encorajar e apoiar as autoridades locais a trabalharem para a sustentabilidade através da Agenda 21 Local (DGOTDU, 2000).

A 2ª Conferência Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis ocorreu em 1996 em Lisboa de onde resultou o **Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção**. Este reforça os princípios e orientações da Carta de Aalborg, concretizando-os numa estratégia para a acção através de medidas conciliadoras de uma visão para o território sustentável (ESCTC, 2003).



Decorridos quatro anos teve lugar em Hanôver a 3ª Conferência Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis onde se apelou à governação visionária dos líderes de forma a enfrentarem os desafios do novo século e à maior participação das comunidades – **Declaração de Hanôver dos Presidentes de Municípios Europeus “Na Viragem para o Século XXI”** (ESCTC, 2003).

Assinalando os dez anos sobre a Carta de Aalborg a cidade com mesmo nome acolheu a 4ª Conferência Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis sob o tema “Inspirando o Futuro – Aalborg +10”. Desta resultaram os **Compromissos de Aalborg** que são uma ferramenta útil às autoridades locais que decidam enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável e que chamem a si a responsabilidade de assegurar no seu território esse desenvolvimento. Actualmente cerca de 600 autoridades locais assinaram os Compromissos de Aalborg (ESCTC, 2004).

Os Compromissos de Aalborg constituem um importante avanço na concretização da *Agenda em Acção* estratégica e coordenada. Inspiram-se nos princípios de sustentabilidade presentes na Carta de Aalborg e estabelecem orientações flexíveis e adaptáveis a vários contextos locais.

A primeira etapa do ciclo de sustentabilidade para cumprir os requisitos contidos nos Compromissos de Aalborg consiste na caracterização do estado do desenvolvimento local de acordo com os 10 Compromissos (ESCTC, 2004):

1. Governância;
2. Gestão local para a sustentabilidade;
3. Bens comuns naturais;
4. Consumo responsável e opções de estilos de vida;
5. Planeamento e desenho urbano;
6. Melhor mobilidade, menos tráfego;
7. Acção local para a saúde;
8. Economia local dinâmica e sustentável;
9. Equidade e justiça social;
10. Do local para o global.

Estes estão sistematizados em 50 rubricas de análise, cinco por cada um dos compromissos.

A segunda etapa dos Compromisso de Aalborg consiste em dinamizar um processo participativo para o estabelecimento de metas e objectivos a atingir em horizontes temporais determinados. Segue-se o Compromisso Político da Autoridade Local, a Implementação, Monitorização e Avaliação.

Em 2007 o ICLEI lançou um guia de implementação dos Compromissos de Aalborg<sup>5</sup> que visa apoiar e dotar os signatários de conhecimentos, recursos e outras ferramentas para a correcta implementação dos Compromissos de Aalborg.

O “Espírito de Sevilha” é o mandato mais recente para a adopção urgente de políticas e acções locais que visem o desenvolvimento sustentável e dos Compromissos de Aalborg. Este resultou da 5ª Conferência Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis realizada em Março de 2007 em Sevilha (ESCTC, 2007).

A figura seguinte sistematiza os marcos históricos da Campanha Europeias das Cidades e Vilas Sustentáveis.

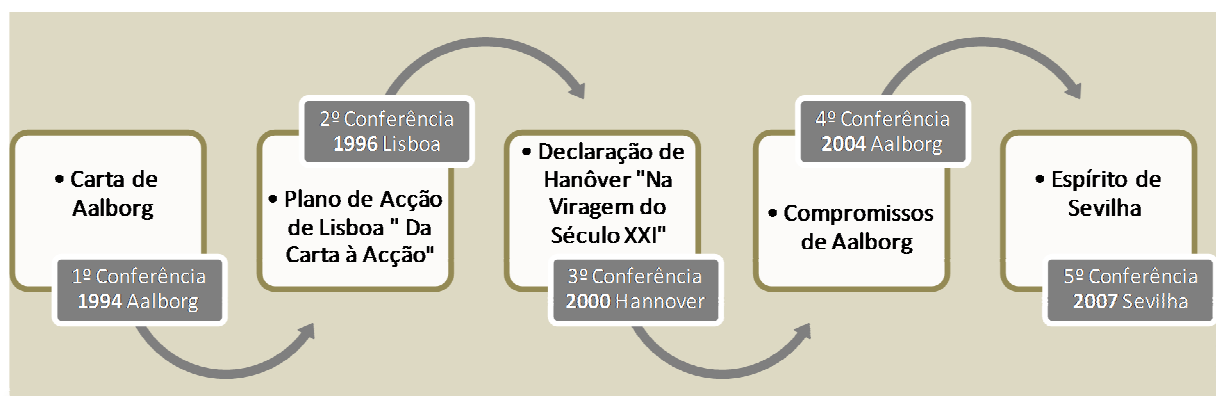


Figura 2.4: Marcos Históricos da Campanha Europeias das Cidades e Vilas Sustentáveis.

### > A Agenda 21 Local em Portugal:

Em Agosto de 2008 segundo um levantamento efectuado pelo Grupo de Estudos Ambientais da Universidade Católica Portuguesa<sup>6</sup>, em constante actualização, completado por uma pesquisa e conhecimento da autora, existiam em Portugal 102 processos de Agenda 21 Local (Figura 2.5).

Face ao exposto, apenas um terço das autoridades locais portuguesas aceitaram este desafio e incluíram de uma forma integrada as vertentes económicas, sociais e ambientais no seu planeamento e gestão municipal. A listagem dos municípios do levantamento referido encontra-se no Anexo I.

No entanto a inclusão ou a adopção destes princípios não entende a sua implementação e sucesso.

Na ausência de uma plataforma nacional de avaliação das Agendas 21 em Portugal existe a possibilidade de muitos destes planos aguardarem a sua efectiva implementação sublinhando, ainda, o facto de alguns destes processos contabilizados apenas incluírem o

<sup>5</sup> Disponível em Local Sustainability: <http://www.localsustainability.eu/index.php?id=4260>

<sup>6</sup> Disponível no Portal sobre a Agenda 21 Local: <http://www.agenda21local.info/index.php>

sistema ambiental, tratando-se de Planos Municipais de Ambiente, uma versão sectorial da Agenda 21 Local.

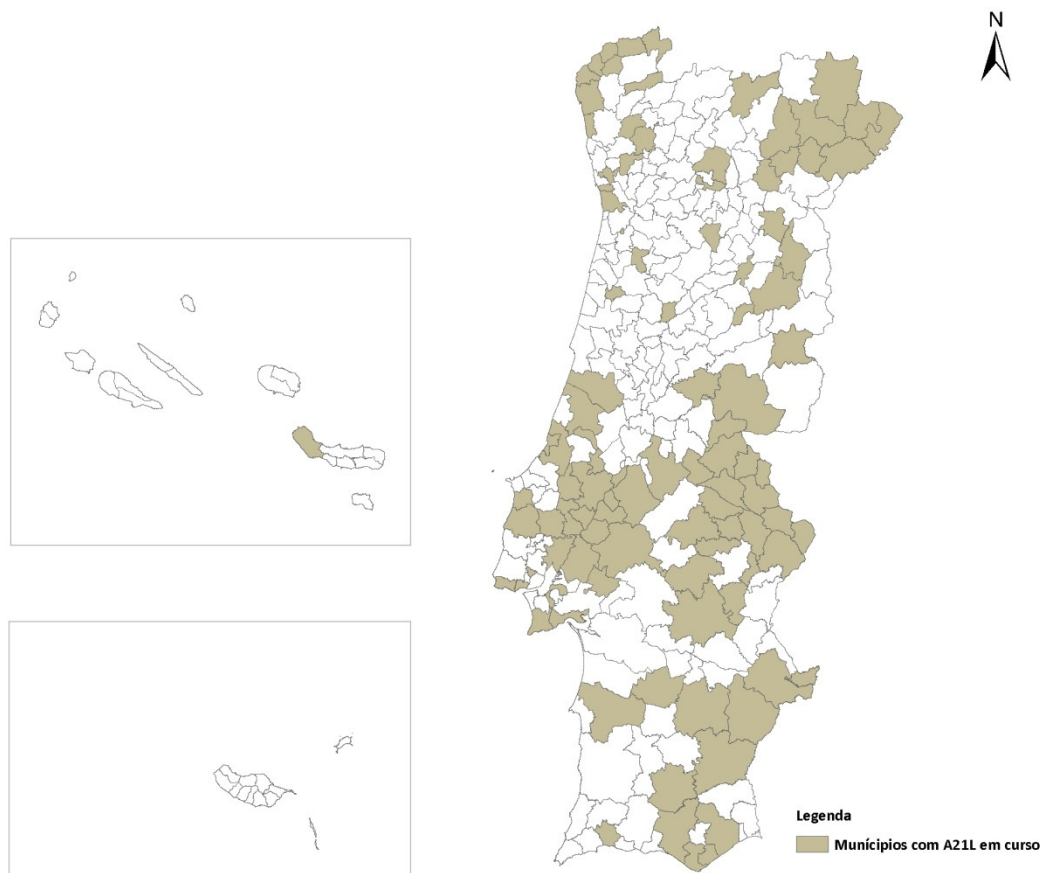


Figura 2.5: Municípios com Agenda 21 Local em curso à data de Agosto de 2008.

Quanto à Carta de Aalborg, onde os signatários se comprometem oficialmente a prosseguirem os objectivos da sustentabilidade na sua gestão local, em Fevereiro de 2009 apenas 37 dos 308 municípios portugueses a tinham assinado (List of Signatories, 2009).

Face a estes números, e em comparação com os parceiros da União Europeia, ainda existe um fraco empenhamento dos municípios portugueses para com a sustentabilidade local.

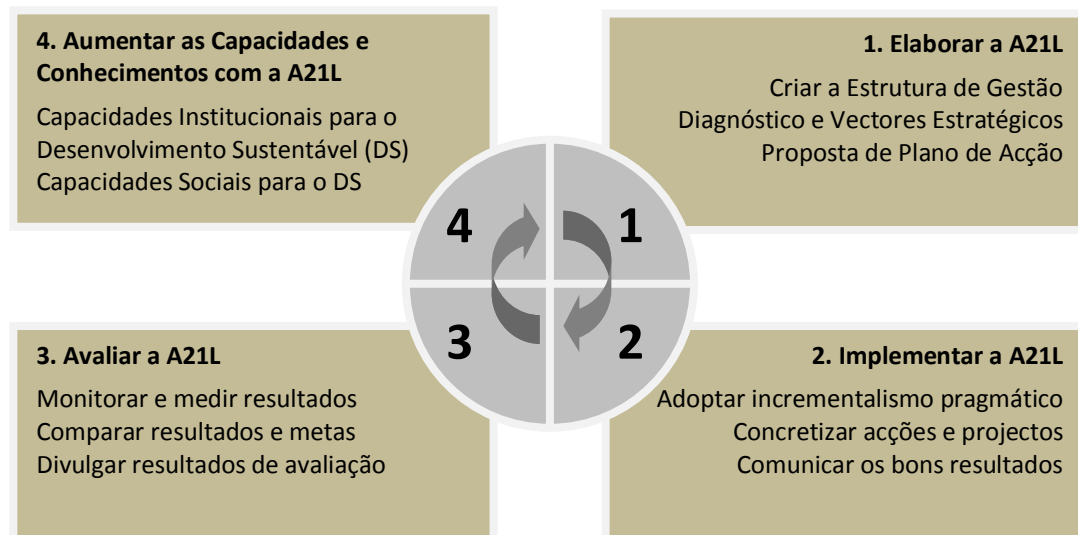
A integração das dimensões ambientais, sociais e económicas nas várias políticas públicas não serão decerto suficientes para alcançar um Portugal sustentável se a administração central não assumir um papel impulsionador e orientador junto do poder local para a adopção, nas suas comunidades, de processos de desenvolvimento sustentável como é o caso da Agenda 21. Como se pode constatar nos resultados de um inquérito realizado por Schmidt *et al.* (2006) aos autarcas portugueses em 2006: 21% dos autarcas inquiridos confessam o seu total desconhecimento acerca da Agenda 21 Local; 38% tomou conhecimento da sua existência pela comunicação social e apenas 28% referem ter ouvido falar sobre esta matéria por via institucional.

## 2.3. Do Plano à Acção

A A21L tem vida própria devendo, no entanto, a sua estratégia estar na linha de orientação dos restantes planos ou programas de incidência local.

Na implementação de uma Agenda 21 nunca se começa do zero, tal atitude seria ineficiente uma vez que já existem diversos estudos e planos que consumiram recursos (humanos, financeiros, etc.) e que poderão contribuir no delinear da visão estratégica para o desenvolvimento sustentável do município. Estes, por vezes, encontram-se desgarrados uns dos outros e a Agenda 21, sendo um instrumento mais estratégico e focado na melhoria da qualidade de vida, poderá ter um papel conciliador entre todos, muitos de gaveta, e de aproximação à comunidade local. A A21L começa a ser considerada pelos executivos como uma ferramenta essencial para a revisão dos actuais Planos Directores Municipais, dado o seu contributo na visão integrada do Desenvolvimento Sustentável.

Não existindo nenhuma norma no desenho da A21L este torna-se um processo como referido, anteriormente, flexível, adaptável à realidade em causa e em constante evolução. Contudo pela observação directa de vários processos de Agenda 21 de sucesso poder-se-á considerar como referência a existência de quatro fases principais no seu ciclo de planeamento (Figura 2.6):



**Figura 2.6: O Ciclo do Processo de Planeamento da Agenda 21 Local.**  
(Fonte: Adaptado de Farinha, 2005)

Antes de se iniciar a A21L, e de forma a ancorá-la no interior da organização, dever-se-á constituir no seio da autarquia uma **Estrutura Interna** com responsabilidades bem definidas. Esta poderá ser composta por eleitos, de preferência representantes das várias forças políticas, dirigentes e técnicos dos vários departamentos/ divisões da autarquia.

Para além de todo o apoio que esta estrutura deve conceder ao projecto ela é sem dúvida a que se encontra na melhor posição para a identificação dos agentes locais (ex. empresas, instituições educativas, culturais, desportivas, religiosas, associações e organizações locais, líderes de opinião e cidadãos) que deverão ser mobilizados desde o início, e ao longo do processo, constituindo o **Quadro dos Actores Locais** (Farinha, 2005). Em analogia alguns autores referem-se à constituição de um Fórum com representantes da autarquia e de vários grupos sociais com responsabilidades e competências bem definidas no processo da Agenda 21 Local (UCP, 2002; DGOTDU, 2000).

Devido à abrangência da A21L, o desenvolvimento de parcerias entre a autarquia e diversos actores locais é altamente vantajosa e assegura a participação de todos os sectores da sociedade. Cada pessoa/organização tem um papel a desempenhar, papel esse que deve ser activamente incentivado (UCP, 2002).

O seu envolvimento pode passar pela realização de questionários, entrevistas ou até pela criação do logótipo da Agenda 21, como é o caso das escolas onde os alunos são incentivados, através de concursos de ideias, a criar um símbolo que ilustre os princípios da Agenda 21.

Os questionários, as entrevistas, a leitura de documentos já existentes e a observação directa da realidade irão contribuir para a definição dos principais desafios que se colocam a nível local. Estes, após consulta pública, e numa acção sempre concertada com a autarquia, serão os **Vectores Estratégicos** onde a Agenda 21 Local irá, prioritariamente, incidir através dos projectos previstos no futuro Plano de Acção. Os vectores estratégicos poderão ser desde a Limpeza Urbana ao Ordenamento Territorial que embora tenham dimensões distintas são colocados no mesmo patamar e a sua abordagem segue o mesmo caminho: a perseguição da **Visão de Futuro** desejada por todos na melhoria da qualidade de vida.

A Visão de Futuro é uma declaração que exprime de forma sucinta um objectivo de longo prazo para o desenvolvimento do município em termos de qualidade de vida e ambiental. Esta, sendo reconhecida por todos os parceiros e do conhecimento generalizado da comunidade, tem a virtude de permitir, em qualquer situação, apontar a direcção em que se deve caminhar independentemente do tempo que o percurso possa demorar (UCP, 2002).

Por cada vector estratégico é elaborado um **Diagnóstico Sintético** de forma a caracterizar a situação actual e a identificar os principais projectos existentes no tema e os actores mais relevantes (Farinha, 2005).

Os diagnósticos sintéticos são validados em sessões de participação pública, uma por vector, onde os participantes são convidados a sugerir acções que intervenham no tema em discussão e que contribuam para o desenvolvimento sustentável do concelho. Estas e outras acções propostas pela equipa técnica do plano serão parte integrante do **Plano de Acção**

que inclui por cada acção uma ficha com os seus objectivos, o conteúdo detalhado, os meios humanos e financeiros para a sua concretização, os parceiros envolvidos, etc.

Como referido por Farinha (2005) para a implementação da Agenda 21 Local sugere-se a adopção do incrementalismo pragmático. Ou seja, *“a aposta desde o início em pequenas acções locais ou projectos mobilizadores da sociedade civil”*, como por exemplo, a distribuição de ecopontos em todas as habitações. É de extrema importância cativar para este processo toda a comunidade, pois ela é o seu motor vivo e a razão pela qual subsiste.

A implementação das acções deverá ser feita de uma forma articulada com todos os sectores da autarquia, de modo a ter o apoio necessário e a não sobrepor iniciativas, com uma adequada distribuição dos recursos humanos e financeiros e deverá envolver não só os agentes do quadro dos actores locais como também a restante comunidade.

Sendo os recursos financeiros o maior constrangimento à execução de algumas das acções a formação de parcerias público-privado poderá ser uma solução a equacionar (Farinha, 2005). Por exemplo, na requalificação de um espaço verde poder-se-ia pensar numa parceria entre a Junta de Freguesia e uma empresa de jardinagem local, em que os primeiros cediam os meios humanos e as máquinas e os segundos os adubos, as sementes, o sistema de rega, etc. Por fim a empresa poder-se-ia publicitar no novo jardim divulgando os seus produtos e promovendo-se como uma empresa com responsabilidade social.

Para que este processo evolua e se obtenham cada vez mais e melhores resultados torna-se necessário **Avaliar e Monitorizar** a A21L.

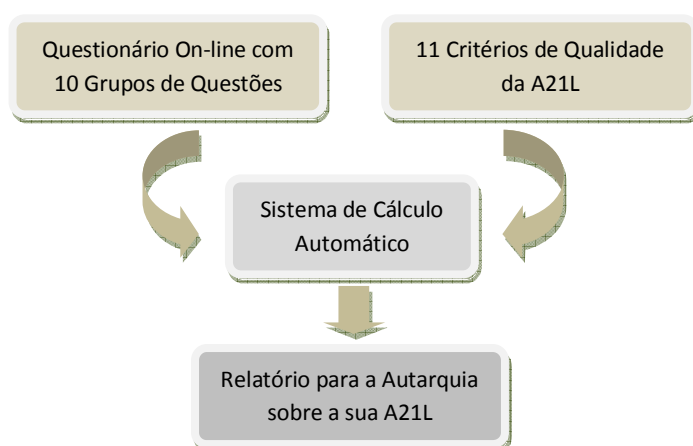
A avaliação poderá ser afectada ao processo e/ou ao grau de implementação do Plano de Acção. Para avaliação do processo e do progresso da autoridade local para o desenvolvimento sustentável destaca-se o instrumento Local Evaluation 21. Este resultou do projecto de investigação financiado pela União Europeia - LASALA (Auto-avaliação da Agenda 21 Local das autoridades locais) – que teve o ICLEI como líder da equipa de investigação e a FCT/UNL como um dos parceiros. Esta ferramenta é gratuita e está disponível na Internet (<http://www.localevaluation21.org>) em 20 línguas diferentes, tendo o utilizador apenas que se registar.

*Local Evaluation 21* é uma ferramenta de auto-avaliação que permite que o município efectue a apreciação do seu próprio processo de desenvolvimento sustentável segundo onze critérios de qualidade da A21L:

1. Relevância Local;
2. Compromisso Político;
3. Recursos Disponíveis;
4. Existência de um Plano para o Desenvolvimento Sustentável;

5. Gestão da Implementação;
6. Participação dos Actores Locais;
7. Parcerias;
8. Sensibilização e Aumento das Capacidades Locais;
9. Continuidade/ Garantia de Meios;
10. Abordagem Integrada;
11. Progresso na Implementação das Acções Previstas.

De forma esquemática o processo de auto-avaliação pode ser traduzido na figura seguinte.



**Figura 2.7: Esquema do método da avaliação da A21L disponível na Internet.**  
(Fonte: Farinha, 2005)

Os resultados da Auto-Avaliação são disponibilizados sobre a forma de um relatório que auxilia a autarquia na identificação de quais as áreas onde obteve maior sucesso e quais as que necessitam de uma maior atenção de forma a alcançar os objectivos de desenvolvimento sustentável local desejados.

Uma outra forma de avaliar a A21L é fazer o Balanço de Implementação do Plano cujo objectivo passa por estimar o grau de concretização de cada uma das acções previstas e, agregando os resultados, de cada vector estratégico e do próprio plano (Farinha, 2005).

Na Monitorização a definição de indicadores é fundamental pois possibilita a avaliação do cumprimento do Plano de Acção e, consequentemente, do seu grau de sucesso.

Os Indicadores devem possuir as seguintes características (UCP, 2002): i) Relevância para a comunidade local; ii) Reflectirem os princípios da sustentabilidade; iii) Relação com a meta que se pretende atingir e avaliar; iv) Facilmente compreensíveis; v) Mensuráveis de uma forma prática e regular; vi) económica e humanamente viáveis.

Os indicadores adoptados poderão basear-se nos principais sistemas de indicadores existentes em Portugal: Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS -

Portugal)<sup>7</sup> e nos indicadores de monitorização do Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PIENDS).

Como última fase do processo da A21L surge o aumento das **Capacidades e Conhecimentos com a A21L** que resulta na percepção dos erros e sucessos conseguidos para que no regresso ao ciclo de planeamento a autarquia esteja em melhor posição do que inicialmente (Farinha, 2005).

A criação de capacidade inclui os processos e meios que permitem aos governos e comunidades locais desenvolverem as aptidões e os conhecimentos especializados necessários para gerirem o ambiente e os recursos naturais de forma sustentável (Comissão Europeia, 1996)

## 2.4. A Participação como Elemento Chave da Agenda 21

A participação é o elemento mais transversal de todo o ciclo de planeamento da Agenda 21 Local. Para um maior sucesso do projecto torna-se fundamental o envolvimento de toda a sociedade civil (empresas; instituições educativas, culturais, desportivas, religiosas; associações; organizações locais; cidadãos) na construção de uma visão de desenvolvimento sustentável, de uma forma informada e activa. Só assim a Agenda 21 será um plano da comunidade para a comunidade.

Ao possibilitar a participação dos munícipes no planeamento do território a autoridade local desenvolve um processo transparente na tomada de decisão, submetendo-se a um maior leque de opções fundamentadas. Por outro lado, os munícipes assumem uma co-responsabilização nos destinos do seu concelho. Este facto é corroborado por Vasconcelos (2005) que atribui à participação bem estruturada e faseada a melhoria da qualidade e da eficiência dos processos de decisão promovendo a aceitação das soluções e facilitando a sua implementação.

A Convenção de Aarhus<sup>8</sup> garante os direitos dos cidadãos no que respeita ao acesso à informação, à participação do público e ao acesso à justiça, em matéria de ambiente. Esta defende que o desenvolvimento sustentável só poderá ser atingido com o envolvimento de todos os cidadãos, dando relevo às interacções que se devem estabelecer entre o público e as autoridades, aos mais diversos níveis, num contexto democrático. A Convenção de Aarhus foi assinada por Portugal em 25 de Junho de 1998, na cidade dinamarquesa de Aarhus, durante a 4ª Conferência Ministerial "Ambiente para a Europa",

<sup>7</sup> Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (2007); Agência Portuguesa do Ambiente.

<sup>8</sup> Resolução da Assembleia da República nº11/2003 de 25 de Fevereiro, publicada no Diário da República nº47 - I Série.



A Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis reforça igualmente o apelo à participação, desempenhando ao longo da última década um papel impulsionador da promoção do desenvolvimento sustentável em parceria com todos os agentes da sociedade:

**Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade “Carta de Aalborg” | 27 de Maio de 1994**

*“(…) apoiaremos os nossos esforços na cooperação entre todos os actores concertados, uma vez que desejamos assegurar a todos os cidadãos e grupos de interesse, o acesso à informação, bem como a oportunidade de participarem nos processos de decisão local.”*

**Plano de Acção de Lisboa “Da Carta à Acção” | 8 de Outubro de 1996**

*“Concretizaremos processos de consulta e parcerias com os diversos sectores da nossa comunidade, no sentido de criar as necessárias sinergias através da cooperação.”*

**Declaração de Hanôver dos Líderes Municipais Europeus na viragem do Século XXI | 11 de Fevereiro de 2000**

*“Aceitamos a responsabilidade partilhada de conseguir um desenvolvimento sustentável. Queremos envolver os cidadãos e trabalhar em parceria com todos os níveis de governo e actores locais, incluindo ONG's, rumo a uma visão de futuro consensual.”*

Mas para que haja um efectivo interesse e participação da sociedade civil na A21L é necessário que se fomente, desde o início, uma forte visibilidade no projecto conseguida através de uma eficiente componente de divulgação e comunicação. Depois de informada a comunidade está apta a participar nos diversos fóruns que deverão ocorrer ao longo do processo: um fórum inicial, onde se define a visão de futuro e os principais desafios ao desenvolvimento sustentável do território; seguido de vários fóruns temáticos de acordo com os vectores estratégicos prioritários e um final para apresentação e validação do plano de acção.

Propõe-se na Figura 2.8 uma metodologia para os Fóruns de Participação, previamente testada em diversos processos da Agenda 21 Local promovidos pelo CIVITAS/DCEA/FCT/UNL com a colaboração activa da autora<sup>9</sup>.

No Anexo II encontram-se listados os Fóruns de Participação onde a autora esteve envolvida nos últimos cinco anos.

---

<sup>9</sup> Exemplos de relatórios de fóruns de participação da Agenda 21 Local:

- <http://agenda21abrant.es.blogspot.com/2009/01/principais-desafios-ao-desenvolvimento.html>
- [http://www.alenquer.oestedigital.pt/\\_uploads/relatorio\\_1\\_forum\\_A21L\\_Alenquer.pdf](http://www.alenquer.oestedigital.pt/_uploads/relatorio_1_forum_A21L_Alenquer.pdf)
- <http://www.agenda21local.amna.pt/>



Antes do começo da sessão plenária inicial é solicitado aos participantes que indiquem a sua opinião sobre a seguinte questão: **“De que é que o Concelho precisa para ser mais Próspero, Inclusivo, Competitivo e com mais Emprego e Qualidade de Vida?”**

A forma dos participantes contribuírem para esta auscultação materializa-se na colocação de marcas coloridas sobre uma ou mais das opções identificadas pela equipa técnica como factores de desenvolvimento.

Na sessão plenária inicial a equipa técnica apresenta os resultados do **trabalho efectuado até ao momento** (Inquéritos, Entrevistas, Consulta de documentos, etc.).

Com base neste trabalho prévio apresentam-se os **Principais Desafios** que, na perspectiva da equipa técnica do Plano, sobressaem presentemente no Concelho. De seguida os participantes são convidados a reflectir e a sugerir outros desafios fundamentais ao desenvolvimento sustentável do Concelho que são acrescentados aos anteriores. Os Desafios são por fim hierarquizados pelos participantes através de um conjunto de marcas coloridas.

Os participantes distribuem-se consoante as suas preferências por mesas de trabalho temáticas onde executam três tarefas:

- Escolher e atribuir palavras-chave à imagem que melhor simboliza o futuro sustentável desejado por cada participante para o Concelho no tema da mesa. Gerar a **Visão de Futuro** da mesa.
- Construir um **Ninho de Ideias de Projectos** de modo a garantir que o Concelho caminhe da situação actual rumo à Visão de Futuro conjunta.
- Escolher, do Ninho de Ideias de Projectos, e desenvolver numa ficha própria aquela que é mais **Urgente** de ser Implementado, o mais **Inovador** e o mais **Viável** de Concretização.

Na sessão plenária final o relator de cada grupo de trabalho apresenta aos restantes participantes os projectos desenvolvidos pelo grupo. Por cada projecto é apresentado os objectivos; o conteúdo (em que consiste o projecto, que conjunto de actividades prevê, etc.); as parcerias a serem implementadas e os factores de que depende o sucesso do projecto (recursos financeiros, estabelecimento de parcerias, Autoridade Central, Autoridade Local, etc.).

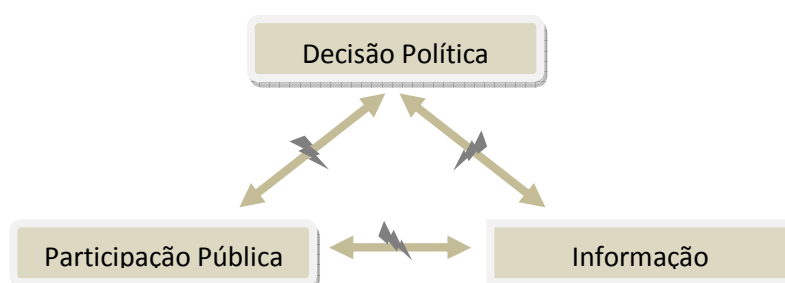
Antes do encerramento da sessão é sugerido aos participantes que enviem uma **mensagem à equipa técnica** do Plano realizando para isso uma votação sobre um poster formado por dois eixos: o Eixo Horizontal com duas opções relativas ao modo de colaboração dos actores e o Eixo Vertical constituído por duas opções relativas ao tipo de Acções do Plano de Acção.

Por fim é solicitado aos participantes que optem por acompanhar um dos desafios prioritários identificados e trabalhados ao longo da sessão. Este gesto demonstra a vontade do participante de ficar ligado a um determinado desafio, de modo a constituir um **grupo de acompanhamento e debate** específico desse tema.

Figura 2.8: Exemplo de uma metodologia de um Fórum de Participação Pública de Agenda 21 Local.

Os Fóruns de Participação são espaços onde se privilegiam a reflexão, a discussão das potencialidades e estrangulamentos ao desenvolvimento do concelho e a obtenção de consensos numa “mesa” que se quer representativa dos vários tipos de actores locais: Cidadãos; Organizações e Associações Locais; Tecido Empresarial e Administração Central e Local.

Face ao exposto, o acesso da comunidade à informação é um factor crítico na prossecução das estratégias de desenvolvimento sustentável tal como é demonstrado na Figura 2.9. As tomadas de decisão políticas e a participação do público deveriam ser determinadas pela disponibilidade de informação de cada uma das componentes do desenvolvimento sustentável devendo-se ter em atenção as possíveis rupturas no fluxo de informação, indesejáveis nos processos de A21L (Ribeiro & Rodrigues, 1998).



**Figura 2.9: O Triângulo da Informação e Possíveis Rupturas.**

(Fonte: Ribeiro e Rodrigues, 1998)

Os processos participativos encerram em si diversas mais-valias tanto para os decisores políticos como para os participantes. Os decisores políticos adquirem dos participantes a informação necessária ao processo de tomada de decisão e validam junto destes essas mesmas opções. Os participantes aumentam o seu sentido de pertença e identidade para com a comunidade onde se inserem e desenvolvem o chamado “Capital Social” que se torna essencial na implementação da sustentabilidade a longo prazo. Simultaneamente os participantes adquirem um espaço onde constroem sinergias que conduzem a ideias, soluções e propostas inovadoras (Vasconcelos, 2003).

Neste sentido, os contributos que advêm de uma consulta pública deverão ser, sempre que possível, integrados no plano de acção da A21L correndo-se o risco, caso não se o faça, de ser considerada pela sociedade civil uma perda de tempo ou uma operação de charme da autoridade local com danos sérios para o descrédito do processo.

### 3. CENTROS XXI DE BAIRRO

#### 3.1. Os Centros XXI de Bairro como Âncora Territorial da Agenda 21

A disseminação da Agenda 21 Local (A21L) junto de todos os sectores da sociedade reforça a aplicação e prossecução dos princípios do desenvolvimento sustentável a longo prazo. Todos os actores locais têm um papel fundamental a desempenhar na construção de comunidades mais sustentáveis sendo que essa responsabilidade actuará no sentido inverso ao controlo da Agenda 21 unicamente pela autarquia ou pelo governo.

Importa aproximar a A21L ao território e às pessoas através da actuação junto dos principais problemas, anseios e expectativas da população. Só assim se conseguirá captar o interesse e o sentido de pertença do cidadão individual pela comunidade, através dos seus comportamentos cívicos e atitudes perante os outros e pelo local onde reside e trabalha.

Esta carência de proximidade é corroborada por Magalhães e Moral (2008) que concluem que os cidadãos tendem a mostrar níveis de interesse ligeiramente maiores na política local em comparação com outros níveis territoriais. De facto, e tal como referido por Sua Excelência, o Presidente da República na 34ª Sessão Comemorativa do 25 de Abril de 2008: *“(...) quanto mais próximos estiverem os cidadãos dos centros de decisão, maior será o seu interesse em participar e intervir. Dai que os centros de decisão tenham que procurar uma “política de proximidade” relativamente aos Portugueses.”*

Na promoção da A21L em escalas maiores (Figura 3.1) - Município - e com o mesmo esforço introduz-se os princípios de sustentabilidade num território de maior dimensão e consegue-se uma maior amplitude na tipologia dos actores envolvidos. A este nível os temas a incluir num programa de acção tenderão a ser mais genéricos. A uma escala menor - Bairro - consegue-se identificar problemas e soluções de uma forma mais concreta e com maior detalhe, conseguindo-se uma participação mais efectiva e efusiva da

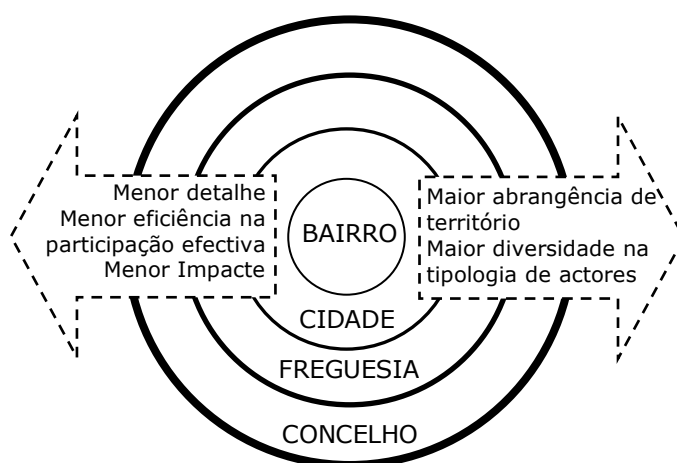


Figura 3.1: Comparação entre diferentes escalas de abordagem de Agenda 21 Local.  
(Fonte: Quaresma, 2008)

população. A nível local é ainda mais viável a identificação, mobilização e co-responsabilização da comunidade (Fidélis, 2005).

De facto, nas A21L cuja opção tomada seja a descentralização territorial obtém-se taxas de participação, interesse e satisfação da população mais elevadas. Destaca-se a Agenda 21 Local de Torres Vedras<sup>10</sup> que através de 20 sessões de participação pública realizadas entre 31 de Março e 16 de Junho de 2008, uma por cada freguesia, tornou exequível a elaboração de um diagnóstico com a identificação dos principais problemas e potencialidades da freguesia e com um levantamento de acções e projectos sugeridos pela população com vista a resolução dos principais desafios identificados.

A adopção desta metodologia permitiu não só às Juntas de Freguesia o acesso a um documento focado unicamente no desenvolvimento sustentável do seu território como possibilitou o envolvimento da população que apesar do défice hábito participativo, por vezes acrescido de uma dificuldade de acesso à sede de concelho (local geralmente elegido para a realização dos actos públicos municipais), aderiu com forte entusiasmo às sessões de participação da Agenda 21, ainda hoje recordadas positivamente.

Não obstante o incentivo à participação e à cidadania terão que ser criadas estruturas que potenciem estes valores e incentivem a comunidade local a mobilizar competências, recursos e responsabilidades de todos os intervenientes, assegurando a procura comum de soluções para o desenvolvimento sustentável.

Segundo a Comissão Europeia (1996, pp. 62-63) a abordagem para com a sustentabilidade urbana exige certos padrões de gestão organizativa, que deverão adoptar os seguintes princípios:

- **Integração:** A integração vertical e horizontal de organizações, políticas, planos e programas; integração do meio externo com o processo de deliberação política interna; integração de valores e comportamentos; integração de necessidade pessoal e capacidade institucional.
- **Cooperação:** Reconhecimento da interdependência de todos os intervenientes no sistema; acesso igual a poder e recursos; uma abordagem dinâmica da formação de consenso; acção de mobilização através de atribuição de poderes; formação de redes.
- **Homeostase:** A gestão da mudança dinâmica dentro de um sistema flexível mas amplamente estável, o que implica: desenvolvimento de uma cultura organizativa capaz de se adaptar à mudança; tratamento de questões relacionadas com valores, motivações e propriedade comum.

---

<sup>10</sup> Promovida pelo CIVITAS/DCEA/FCT/UNL. A coordenação do projecto esteve a cargo do Prof. Doutor João Farinha, com a colaboração activa da autora.

- **Subsidiariedade:** Tomar decisões e executar acções ao nível mais baixo possível em coerência com a concretização dos objectivos pretendidos, o que implica: combinar direitos com responsabilidades e competências com recursos; criar estruturas organizativas capazes de gerir dependências complexas e de promover consensos; estabelecer novas relações entre diferentes níveis de governo e entre órgãos locais e população.
- **Sinergia:** Implica o estabelecimento de uma orientação estratégica para acções graduais e adopta um planeamento cíclico em vez de linear.

Os Centros XXI surgem como forma de preconizar estes princípios na obtenção de comunidades mais sustentáveis. São plataformas organizativas de encontro e partilha de interesses, visões e capacidades dos diversos agentes institucionais e da sociedade civil. Em suma, os Centros XXI são a base; a Agenda 21 o meio e o desenvolvimento sustentável o fim.

Quanto à adesão dos agentes locais a este tipo de estruturas, Magalhães e Moral (2008) referem que, no que respeita a um conjunto genérico de medidas destinadas a melhorar a qualidade do sistema democrático, os portugueses são particularmente favoráveis à criação de novos mecanismos de participação.

Este facto foi demonstrado na última Sessão de Participação da Agenda 21 Local de Torres Vedras<sup>11</sup> onde 70% dos 60 participantes quando questionados com a proposta de criação de um “Conselho Local 21 para a Sustentabilidade da Freguesia”, uma plataforma para a implementação da A21L em cada uma das freguesias, comprometeram-se no próprio momento em aderir à estrutura aquando da sua constituição (UNL, 2008).

Aproximando ainda mais ao território, em Oeiras, os participantes da 4ª Sessão de Participação da Revisão de Oeiras XXI - Vector Governação e Participação<sup>12</sup> quando questionados sobre o grau de importância da implementação de “Centros de Bairro da Agenda 21 Local em Oeiras” atribuíram uma média de 9.8, numa escala de 0 a 10 sendo 0 - Nada Importante e 10 - Máximo de Importância. Ou seja, os representantes da sociedade civil consideraram que a implementação de Centros de Bairro da Agenda 21 Local em Oeiras é de máxima importância para a efectiva promoção da sustentabilidade na comunidade, nas habitações e nos estilos de vida dos Oeirenses (UNL, 2007b).

Estes dois exemplos, sublimados pelas boas práticas internacionais (Capítulo 3.2), reforçam a importância de uma estrutura formal, aqui proposta como **Centros XXI de Bairro**, que fomente a parceria e o diálogo entre a sociedade civil e as autoridades locais de forma a ancorar os planos de desenvolvimento sustentável ao território e à comunidade.

---

<sup>11</sup> Promovida pelo CIVITAS/DCEA/FCT/UNL. A coordenação do projecto esteve a cargo do Prof. Doutor João Farinha, com a colaboração activa da autora.

<sup>12</sup> *Idem*.

## 3.2. Boas Práticas Internacionais

As autoridades locais europeias, pelo seu papel motor nas questões da sustentabilidade, desde cedo se destacaram como impulsionadoras da Agenda 21 no seio das suas comunidades.

O Plano de Acção de Lisboa “Da Carta à Acção” é claro quando refere que “(...) a *Agenda Local 21* requer sempre o envolvimento de toda a estrutura do poder local - trate-se de uma cidade, uma vila ou uma comunidade rural.” A implementação de um plano de sustentabilidade local necessita de uma estrutura que o dinamize e o promova. Conscientes desta premissa alguns governos europeus promoveram as sinergias necessárias à criação de uma estrutura organizativa com vista à implementação das Agendas 21. Apresentam-se aqui três exemplos de sucesso: Barcelona (Espanha); Copenhaga (Dinamarca) e Viena (Áustria).

A informação relativa às estruturas para a Agenda 21 de Copenhaga e Viena foi obtida através de conversações via e-mail com os seus responsáveis: Lone Pedersen e Mag. Andrea Binder-Zehetner, respectivamente.

### 3.2.1. Barcelona | Espanha

> **Caracterização:** Barcelona é capital e uma das províncias da Comunidade Autónoma da Catalunha. A cidade de Barcelona tem cerca de 1,6 milhões de habitantes distribuídos por dez unidades administrativas.<sup>13</sup> Estas possuem diversas competências na área do urbanismo, da manutenção de infra-estruturas e do espaço público, entre outras (Ajuntament de Barcelona, s.d).

> **Agenda 21 Local de Barcelona:**



Signatária da Carta de Aalborg desde 1995, Barcelona constitui dois anos depois a entidade que viria a ser a promotora da Agenda 21 de Barcelona: O Conselho Municipal para o Ambiente e Sustentabilidade (CMAS). O primeiro Programa A21L, que decorreu entre 1998 e 2002, contou

com o envolvimento de vários grupos e organizações da cidade incentivados pelo lema de que a criação de uma cidade sustentável só seria possível com a cooperação e actuação conjunta de todos. Durante três anos o CMAS, constituído por mais de uma centena de representantes de associações cívicas e ambientais, empresas, universidades, administração

<sup>13</sup> Estas unidades administrativas, de acordo com as suas dimensões e competências do poder local, são entendidas, em analogia à divisão administrativa de Portugal, como freguesias.

pública e grupos políticos, liderou o processo para a definição dos objectivos, da visão e da estratégia a adoptar para a construção de uma cidade mais sustentável. Num segundo momento, a Agenda 21 permaneceu durante um ano em consulta pública materializada em diversas sessões participativas em todas as freguesias, fóruns temáticos, etc. Em 2002, a Cidade de Barcelona aprova os *Compromissos Cidadãos para a Sustentabilidade*, um documento com dez objectivos, cada um com dez linhas de acção a concretizar no período 2002-2012. Os dez objectivos da Agenda 21 Local de Barcelona são (Ajuntament de Barcelona, 2002):

1. Proteger os espaços naturais e a biodiversidade e expandir as áreas verdes urbanas.
2. Defender a cidade compacta e diversificada com espaços públicos de elevada qualidade.
3. Melhorar a mobilidade e tornar as ruas um espaço atractivo.
4. Alcançar níveis óptimos de qualidade ambiental e ter uma cidade saudável.
5. Preservar os recursos naturais e promover o uso de energias renováveis.
6. Reduzir a produção de resíduos e incentivar a uma cultura de reciclar e reutilizar.
7. Aumentar a coesão social, enfatizando os mecanismos de equidade e participação.
8. Potenciar a actividade económica orientada para um desenvolvimento sustentável.
9. Potenciar a consciência colectiva sobre a sustentabilidade através da educação ambiental e da comunicação.
10. Reduzir o impacto da cidade sobre o planeta e promover a cooperação internacional.

O CMAS convida todos os cidadãos de Barcelona, individualmente ou colectivamente, a assinarem o compromisso e a comprometerem-se voluntariamente a elaborar o seu próprio Plano de Acção com identificação de medidas/ acções concretas e do contributo de cada uma para a concretização dos objectivos definidos para a cidade. Esta nova fase é denominada de Acção 21. Em 2008 570 organizações da cidade já haviam assinado este compromisso (Ajuntament de Barcelona, 2008).

O sítio de Internet da Agenda 21 Local de Barcelona (<http://www.bcn.cat/agenda21/>) é uma plataforma distinta no que se refere à disponibilização de informação e documentação sobre a Agenda 21. É possível a adesão on-line por cidadãos individuais e organizações aos Compromissos estando também disponíveis os vários planos de acção dos signatários. Em suma a Agenda 21 de Barcelona concretiza-se por este conjunto de planos de acção que cada cidadão ou organização assume.

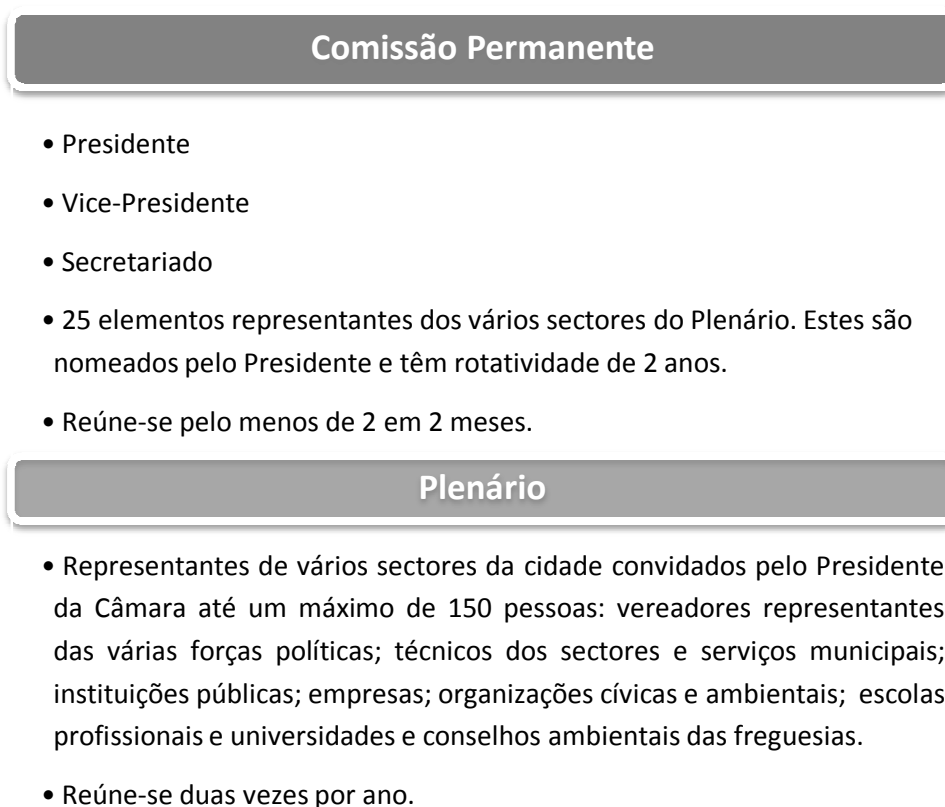
Em 2003 o CMAS lança o prémio “Acção 21” como forma de incentivar as boas práticas e colocar em realce as iniciativas que mais contribuem para a concretização dos *Compromissos Cidadãos para a Sustentabilidade*. Por cada ano são seleccionadas cinco iniciativas com um prémio de seis mil euros cada.



> **Estrutura Organizativa da Agenda 21 Local de Barcelona:** A Cidade de Barcelona na abordagem ao melhor procedimento para implementar a Agenda 21 Local optou por criar o Conselho Municipal para o Ambiente e Sustentabilidade (CMAS).

O CMAS é um órgão consultivo em que um dos seus principais objectivos é a elaboração da Agenda 21 Local de Barcelona. Uma característica importante do processo que o diferencia de outras cidades é que a entidade responsável pela formulação de propostas, pela construção de consensos e pelos resultados é o Conselho e não a Câmara Municipal (Agenda 21 BCN, s.d).

A composição e o funcionamento do CMAS são definidos segundo um regulamento interno. Este define as duas estruturas fundamentais do Conselho: A Comissão Permanente e o Plenário (Figura 3.2). Em ambas as estruturas existe um equilíbrio intencional entre os representantes dos diversos sectores da sociedade. Estes assumem um papel não remunerado e são nomeados pelo Presidente da Câmara de Barcelona que também preside ao CMAS.



**Figura 3.2: Organização do Conselho Municipal para o Ambiente e Sustentabilidade.**

(Fonte: Adaptado de Agenda 21 BCN, s.d)

Durante os anos de 1998 e 1999 constituíram-se treze grupos de trabalho temáticos, formados por diferentes membros do CMAS, com a missão de elaborarem para cada um dos

temas um diagnóstico, propostas de acção e em alguns casos indicadores de monitorização do processo. Os temas seleccionados foram (Agenda 21 BCN, s.d):

- Desenho urbano, espaços verdes e tecido edificado;
- Energia;
- Mobilidade, transportes e telecomunicações;
- Resíduos;
- O Ciclo da Água;
- Biodiversidade;
- Efeito de Estufa e Camada do Ozono;
- Marginalidade e imigração;
- Saúde;
- Educação Ambiental;
- Actividade Económica;
- Informação e Participação Cidadã;
- Atmosfera.

O trabalho desenvolvido nestes grupos temáticos constituiu a primeira fase da Agenda 21 de Barcelona: mais de 2.000 horas de trabalho voluntário e mais de 500 propostas de acção de diferentes tipologias e magnitude (Agenda 21 BCN, s.d).

Um outro elemento chave do processo de participação, complementar ao CMAS, é o chamado “Agente 21”. Este papel é desempenhado por uma rede de cidadãos, voluntários e profissionais que, através do seu trabalho em associações, universidades ou serviços municipais, difundem e incentivam a participação de toda a comunidade. Os Agentes 21’s reúnem-se regularmente para coordenação e formação (Agenda 21 BCN, s.d).

Em 2001 foi constituída uma Secretaria Técnica como organismo de apoio à preparação de materiais e de assistência técnica aos cidadãos e organizações no desenvolvimento do seu plano de acção aquando da assinatura dos Compromissos. A Secretaria Técnica é ainda responsável pela monitorização da Agenda 21 (Agenda 21 BCN, s.d).

De forma a difundir a informação pelo público foi ainda criado o Centro de Recursos Barcelona Sustentável que oferece atendimento personalizado seis dias por semana, presencialmente, por telefone ou e-mail. Nas freguesias os Gabinetes de Apoio ao Cidadão desempenham uma função análoga (Agenda 21 BCN, s.d).

### 3.2.2. Copenhaga | Dinamarca

> **Caracterização:** A cidade de Copenhaga é a capital e a principal metrópole da Dinamarca. A reforma administrativa da Dinamarca em 2007 redimensionou com fins geográficos e estatísticos a Cidade de Copenhaga. Esta é agora constituída por quatro municípios, incluindo o município de Copenhaga que tem cerca de 500 mil habitantes, distribuídos por quinze unidades administrativas<sup>14</sup> (Business Intelligence, s.d). Na Dinamarca os municípios possuem diversas competências na área do ambiente e autonomia para estabelecerem e adoptarem os seus próprios regulamentos.

> **Agenda 21 Local de Copenhaga:**



Em Janeiro de 2005, o Município de Copenhaga adopta a A21L como instrumento essencial na formulação da sua estratégia de desenvolvimento. A A21L de Copenhaga pressupõe quatro objectivos fundamentais: i) Promover o desenvolvimento sustentável de Copenhaga; (ii)

Integrar a visão de futuro sustentável em estratégias e objectivos específicos assim como nas acções da comunidade civil, empresarial e na própria estrutura municipal (serviços e instituições); (iii) Assegurar a coordenação, a definição de prioridades e as oportunidades de acção de carácter ambiental alcançadas através do diálogo com os todos os actores locais e iv) Prevenir e reduzir o impacto ambiental, local e globalmente, e travar o consumo de recursos (EPA, s.d).

> **Estrutura Organizativa da Agenda 21 Local de Copenhaga:** A implementação da A21L requer a colaboração e empenho não só dos cidadãos comuns, das associações e organizações como também da própria administração local. Este princípio dirigiu o município de Copenhaga na definição de uma estrutura impulsionadora da A21L capaz de formular acções e projectos que consubstanciem a visão de futuro sustentável ambicionada para o território e capaz de instigar e apoiar as iniciativas provenientes da sociedade civil: os Centros de Agenda 21 Local (EPA, s.d).

Os Centros de Agenda 21 Local foram instituídos pela Agência de Protecção Ambiental (EPA) da Cidade de Copenhaga iniciando-se em cinco das quinze freguesias da cidade: Sundbyøster, Bispebjerg, Inner Nørrebro, Vesterbro and Valby. Estes centros têm como missão enraizar a A21L nas comunidades locais e instigarem a uma maior participação da população na formulação e implementação de iniciativas capazes de promoverem a sustentabilidade não só nos seus modos de vida como também nas suas habitações, nos

---

<sup>14</sup> Estas unidades administrativas, de acordo com as suas dimensões e competências do poder local, são entendidas, em analogia à divisão administrativa de Portugal, como freguesias.

locais de trabalho, etc. (EPA, s.d). Através de contactos estabelecidos com a EPA existem actualmente oito Centros de Agenda 21 na Cidade de Copenhaga.

Os Centros de Agenda 21 têm como principais funções (EPA, s.d.):

- Induzir uma crescente consciência ambiental nas comunidades com reflexos nos seus comportamentos e estilos de vida;
- Contribuir para a promoção da democracia local através do diálogo entre todos os actores locais;
- Aproximar as autoridades locais e a população em torno das questões fundamentais à promoção da sustentabilidade no seio das comunidades;
- Apoiar e desenvolver os projectos locais e promovê-los através das associações de moradores, das escolas, da comunidade empresarial, etc.;
- Partilhar os projectos ambientais locais com os de índole municipal contribuindo para um enriquecimento mútuo.

Um dos pré-requisitos para assegurar que as actividades do Centro de Agenda 21 tenham um impacto positivo significativo é o forte apoio local. Por conseguinte é da responsabilidade dos Centros de Agenda 21, da sua direcção e dos seus utilizadores, a definição das áreas de trabalho e o planeamento dos diferentes projectos e iniciativas.

As experiências e o conhecimento adquirido com os diversos projectos locais são partilhados em rede com todos os Centros de Agenda 21 e são posteriormente canalizados e incorporados em projectos e iniciativas municipais.

A EPA estabelece uma forte articulação entre os Centros de Agenda 21 e o município de Copenhaga. Observa-se uma colaboração estreita entre as autoridades locais e a direcção dos Centros de forma a concentrarem esforços no desenvolvimento de actividades que promovam a partilha de conhecimentos; na construção de redes e na transferência de competências em Agenda 21. A EPA apoia ainda a criação de novos Centros de Agenda 21, contribuindo para a replicação de boas práticas e para a disseminação das experiências e dos conhecimentos adquiridos nos outros Centros (EPA, sd).

Os Centros de Agenda 21 têm um funcionamento semelhante às fundações. Todos têm uma unidade de direcção constituída de forma democrática com actores locais e com um representante do Município de Copenhaga.

> **Dotação Orçamental:** Os actuais oito Centros de Agenda 21 têm no seu conjunto um orçamento anual de 12 Milhões de Coroas Dinamarquesas (1,6 Milhões de Euros), financiados pelo município de Copenhaga.

### 3.2.3. Viena | Áustria

> **Caracterização:** A cidade de Viena é a capital da Áustria e igualmente um dos seus nove estados mais populosos: 1,67 milhões de habitantes num território com apenas 414 km<sup>2</sup> de área. Viena divide-se em 23 unidades territoriais<sup>15</sup>. Estas possuem representantes eleitos por períodos de 5 anos e são detentoras de alguma autonomia: gestão do orçamento da freguesia, manutenção do espaço e dos edifícios públicos, iluminação das ruas, etc. (Vienna City Administration, s.d).

> **Agenda 21 Local de Viena:**



Signatária da Carta de Aalborg desde 1996, Viena inicia dois anos depois um projecto-piloto de A21L numa das suas 23 freguesias: Alsergrund. Esta opção de descentralização da Agenda 21 foi motivada pelas dificuldades previstas em desenvolver uma estratégia de

desenvolvimento urbano sustentável numa cidade com mais de um milhão de habitantes cuja participação seria porventura uma limitação ao próprio sucesso do plano. A promoção da A21L ao nível de freguesia, com uma dimensão territorial e populacional inferior à cidade de Viena, permitiu assim uma abordagem de planeamento “*bottom up*” através do envolvimento da própria comunidade que desde cedo aderiu com um forte empenho e motivação aos diversos projectos. Em Maio de 2002 o conselho municipal de Viena, com o objectivo de difundir a A21L pelas restantes freguesias, definiu um modelo organizacional assente num único gabinete coordenador dos vários processos: a Associação Agenda 21 Local de Viena (ALA21V, 2004).

Em 2008 9 das 23 freguesias já tinham iniciado a sua A21L criando condições à participação de milhares de Vienenses na construção de uma visão de desenvolvimento sustentável não só para a sua freguesia como também para o seu bairro. Esta participação não se limita à identificação dos principais desafios de cada freguesia – Problemas – mas estende-se à elaboração conjunta de acções e projectos concretos – Soluções.

Esta iniciativa foi considerada uma Boa Prática em 2004, na categoria “Governança Urbana” e na subcategoria “Parceria com a Sociedade Civil”, pela UN-HABITAT, agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Assentamentos Humanos que promove cidades ambiental e socialmente sustentáveis. Este prémio distingue iniciativas internacionais que se destacam pelo contributo significativo na melhoria da qualidade de vida das suas comunidades (BLP, s.d).

---

<sup>15</sup> Estas unidades administrativas, de acordo com as suas dimensões e competências do poder local, são entendidas, em analogia à divisão administrativa de Portugal, como freguesias.

> **Estrutura Organizativa da Agenda 21 Local de Viena:** O modelo Vienense é um modelo descentralizado da Agenda 21 ao nível das freguesias com várias unidades chave que se interligam umas com as outras (Figura 3.3). Ao nível da cidade funcionam a Associação Agenda 21 Local de Viena (*Association Local Agenda 21 in Vienna*) e o Comité Municipal para a Agenda 21 (LA 21 Team City Administration). Ao nível da freguesia funcionam os Gabinetes de Agenda 21 (*Agenda Offices*); a Equipa de Direcção (*Steering Team*) e os Grupos de Projecto (*Agenda Groups*). (ALA21V, s.d.)

- **Associação Agenda 21 Local de Viena:** entidade responsável pela coordenação e financiamento da A21L e pela harmonia e intercâmbio entre as várias agendas de freguesia e os diversos planos e programas da cidade, como o Plano de Tráfego e o Programa para a Protecção Climática. A Associação Agenda 21 Local de Viena é formada pelo Conselho de Administração, principal órgão de decisão, constituído pelo vereador de planeamento urbano e tráfego, que preside, e seis vereadores municipais representantes dos diversos partidos políticos da cidade; um Conselho Consultivo que formula as recomendações e as bases para a decisão, nomeadamente, a selecção das freguesias (uma por ano) e dos Gabinetes de Agenda 21. Este é formado por cientistas; peritos de vários gabinetes da administração municipal (desenvolvimento urbano; integração, economia; etc.) e pelos presidentes das freguesias com A21L.

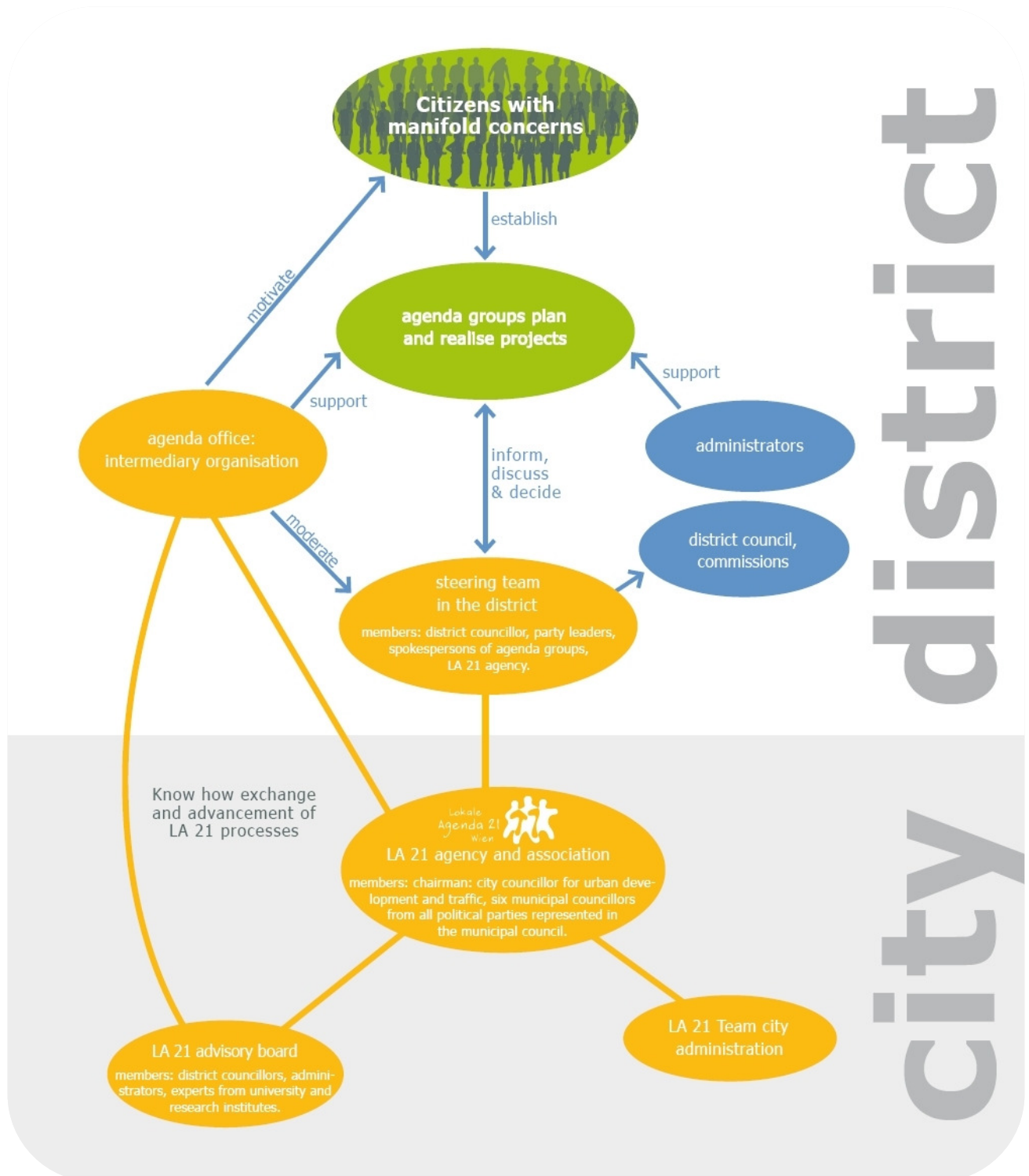
Acresce a este dois órgãos a Agência A21L que é responsável pelas tarefas operacionais da associação como a coordenação e gestão das actividades, a comunicação e a disseminação de informação.

- **Comité Municipal para a Agenda 21:** unidade constituída por cerca de 25 pessoas representantes dos diversos serviços municipais. Esta faz a ponte entre a Administração Local e a A21L; integra nos instrumentos locais os temas da A21L que tenham relevância para toda a cidade e apoia com o seu conhecimento os diversos processos de A21L.
- **Gabinete de Agenda 21:** representa a Associação Agenda 21 Local de Viena em cada uma das freguesias podendo ser liderado por entidades locais já existentes como uma associação ambientalista, uma agência de planeamento local, etc. O Gabinete de Agenda 21 é responsável pela mobilização dos actores locais; pela organização do processo; pelo apoio aos Grupos de Projectos no desenvolvimento e implementação das acções; pela partilha de conhecimento e informação; pelo estabelecimento de contactos e pela moderação entre os diversos actores locais.
- **Equipa de Direcção:** unidade existente em cada uma das freguesias que decide sobre a alocação dos recursos; o plano de actividades e as prioridades temáticas que

deverão ser coordenadas com a política da freguesia. Constituem esta equipa os políticos locais; representantes da Associação Agenda 21 Local de Viena; representantes do Gabinete de Agenda 21 e cidadãos eleitos porta-vozes dos Grupos de Projecto. Assim, nos processos de tomada de decisão estão reflectidas as preocupações quer dos políticos, quer dos cidadãos.

- **Grupos de Projectos:** Cidadãos activos residentes nas freguesias que integram os diferentes grupos consoante os seus interesses ou conhecimento para com determinado tema. Existem actualmente 80 grupos com 5 a 10 pessoas cada e com projectos que podem chegar aos três anos de duração e nos mais variados temas: espaço público; acessibilidades e mobilidade; integração social; etc.

> **Dotação Orçamental:** O Gabinete de Agenda 21 sediado na freguesia tem uma dotação orçamental anual, durante quatro anos, de 100 a 140 mil euros dos quais 50% é financiado pelo orçamento da cidade de Viena e os outros 50% provêm do orçamento da freguesia. A partir do quarto ano os projectos formulados no âmbito da A21L são financiados pela administração local. A Associação Agenda 21 Local de Viena é responsável pela gestão do orçamento dos Gabinetes de Agenda 21 tendo ela própria um orçamento anual de 200 mil euros concedido pela cidade de Viena (ALA21V, s.d.).



**Figura 3.3: Modelo Organizacional da Agenda 21 Local de Viena.**<sup>16</sup>

<sup>16</sup> <http://la21wien.at/welcome-to-la-21-vienna/welcome-to-la-21-vienna/la-21-documents>



### 3.3. Constituição dos Centros XXI de Bairro

#### 3.3.1. Princípios Orientadores

O tradicional circuito fechado das políticas urbanas de desenvolvimento entre as entidades governantes foi quebrado e hoje os cidadãos representam um importante papel como novos intervenientes no planeamento local. Salgado (2009) refere que, face às exigências de sustentabilidade social, económica e ambiental do território, são necessárias novas formas de envolvimento das pessoas não só na identificação e caracterização dos problemas, mas também na descoberta de oportunidades, na avaliação de soluções alternativas e no estabelecimento de prioridades. Refere ainda que esta forma de planeamento com e para as pessoas concretiza-se na dimensão designada por Urbanismo de Proximidade.

Neste contexto, a Agenda 21 Local assume-se como um palco para testar novas formas de relacionamento e planeamento do território assentes nos pilares da cooperação, concertação e confiança: o **Centro XXI de Bairro**.

A aposta na unidade territorial “Bairro” prende-se com o princípio de aproximação a um território homogéneo nas relações interpessoais, evidenciado por uma identidade cultural e social distinta e uma dinâmica clara inerente aos fluxos de bens e pessoas. Assim, a área de actuação dos Centros XXI não se deverá esgotar nas divisões administrativas dos bairros mas sim no conjunto contínuo que partilha de uma identidade e visão próprias que o definem e o reconhecem perante os outros.

O **Centro XXI de Bairro** tem como missão a promoção do desenvolvimento sustentável local através do planeamento e implementação da Agenda 21 à escala do Bairro, ou seja pretende-se a formulação de projectos e acções com um impacte directo na melhoria da qualidade de vida da população residente e presente.

À implementação de um **Centro XXI de Bairro** está implícito o alcance de um território mais sustentável, ou seja um Bairro com preocupações por exemplo na eficiência energética; na gestão sustentável da água; na reutilização e reciclagem dos resíduos; na mobilidade e nas acessibilidades, incluindo para os cidadãos de mobilidade condicionada; na preservação do espaço verde; na interacção social; na saúde; segurança pública; etc.

Ambiciona-se uma visão da qualidade futura para o Bairro que deverá ser partilhada por todos os residentes e outros agentes locais. Este acordo para a qualidade deverá conduzir ao estabelecimento de um “Pacto Territorial de Qualidade” (Figura 3.4) entre a Autoridade Local e a Comunidade, onde se assuma o compromisso para a potenciação dos valores socio-económicos, ambientais e funcionais do bairro através da adopção de novas soluções para o desenvolvimento local e novas formas de governação territorial.

Face ao esforço conjunto dos agentes locais na definição de acções/projectos sustentáveis para o Bairro espera-se um compromisso político por parte da autoridade local na concretização célere dessas mesmas opções. Contudo, em resposta a este compromisso político deverá haver uma co-responsabilização da comunidade, um compromisso de cidadania, na manutenção das condições do Bairro.

Esta “Via Verde” que se propõe existir entre os **Centros XXI de Bairro** e a Autarquia não induz a favoritismos entre uns Bairros e outros dado ser direccionada para uma gestão e intervenção superior àquela que resulta das competências (hoje) comuns das Autarquias.



Figura 3.4: Relações propostas entre a Autoridade Local e a Comunidade.

O Centro XXI actua como uma plataforma de reflexão, discussão e acção onde todos os actores locais com interesse ou conhecimento do Bairro (moradores, empresas, associações, instituições, etc.) possam intervir e colaborar na construção e execução de acções que afectem pela positiva o ambiente e as vivências quotidianas.

Tem como **Princípios Orientadores** de base:

- Promover o acesso à informação, contribuir para o aumento dos conhecimentos sobre a realidade local e catalisar o envolvimento e co-responsabilização dos actores locais nos processos de decisão.
- Contribuir para equacionar, delinear e colaborar na implementação de projectos e acções concretas de âmbito local que visem o desenvolvimento sustentável do Bairro.
- Aumentar a governação territorial do Bairro, dinamizando a concertação em torno de visões de futuro sustentável e novas formas de cooperação, em rede, entre os vários actores intervenientes no desenvolvimento do mesmo.

O **Centro XXI de Bairro** é um órgão independente de reflexão e actuação local, representativo das forças vivas do bairro, funcionando com total autonomia no exercício das suas competências.

A figura seguinte identifica as principais vantagens do envolvimento dos diversos actores locais no **Centro XXI de Bairro** não só do ponto de vista da mais-valia para a estrutura em si como também para a sua própria valorização enquanto entidade/ indivíduo.

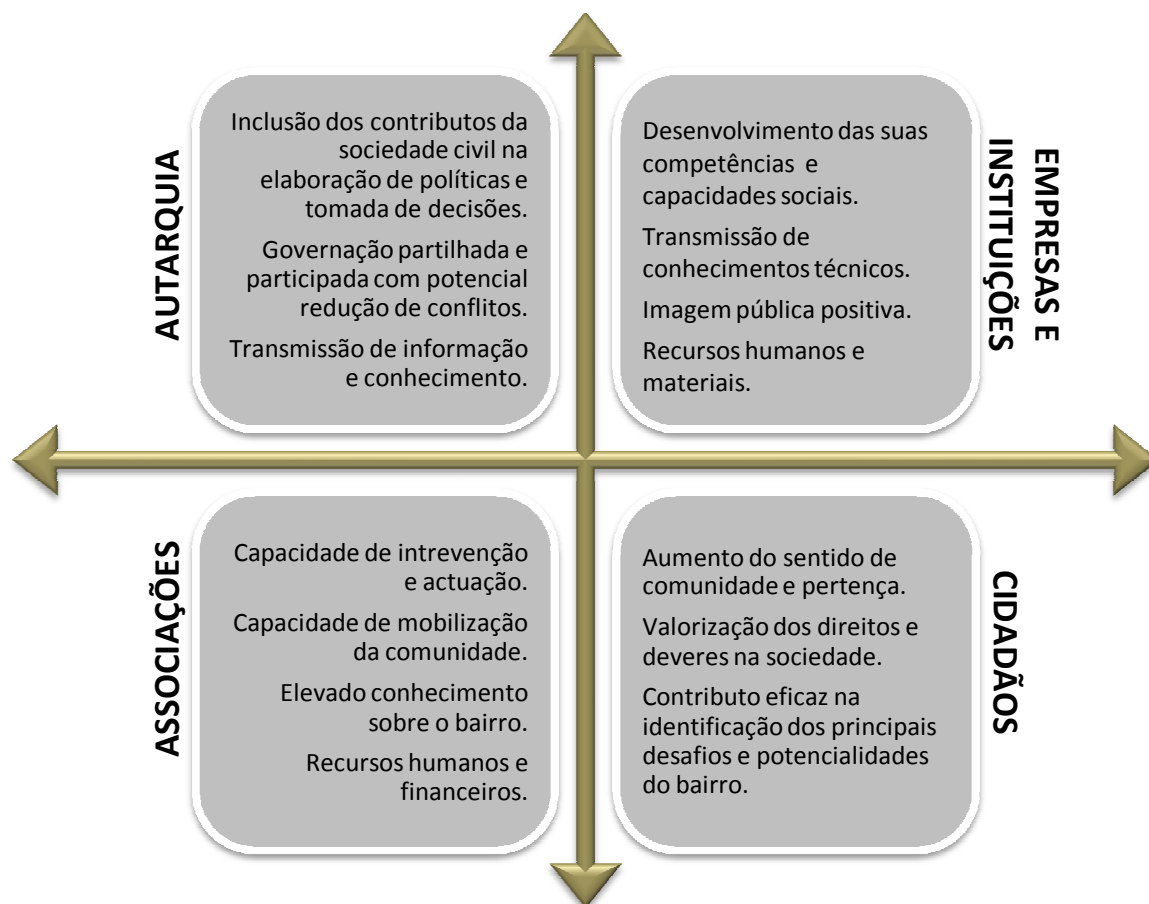


Figura 3.5: Vantagens do envolvimento dos vários agentes locais no Centro XXI de Bairro.

A criação de um sentimento de objectivo comum dependerá do empenho de todos os sectores da sociedade em colaborar activamente através da cooperação e diálogo, reconhecendo contudo a independência de funções, as responsabilidades e as capacidades intrínsecas de cada um.

### 3.3.2. Proposta de Estrutura Organizacional

#### 3.3.2.1. Centro XXI de Bairro

A estrutura organizacional é o conjunto de relações formais entre os grupos e os indivíduos que constituem a organização. Define as funções de cada unidade da organização e os modos de colaboração entre as diversas unidades (Teixeira, 2005).

O **Centro XXI de Bairro** assenta numa estrutura orgânica caracterizada pela reduzida diferenciação vertical (relações hierárquicas rígidas), uma maior interacção das pessoas, uma menor formalização e uma maior flexibilidade.

Propõe-se o seguinte esquema organizacional para o Centro XXI de Bairro (Figura 3.6).

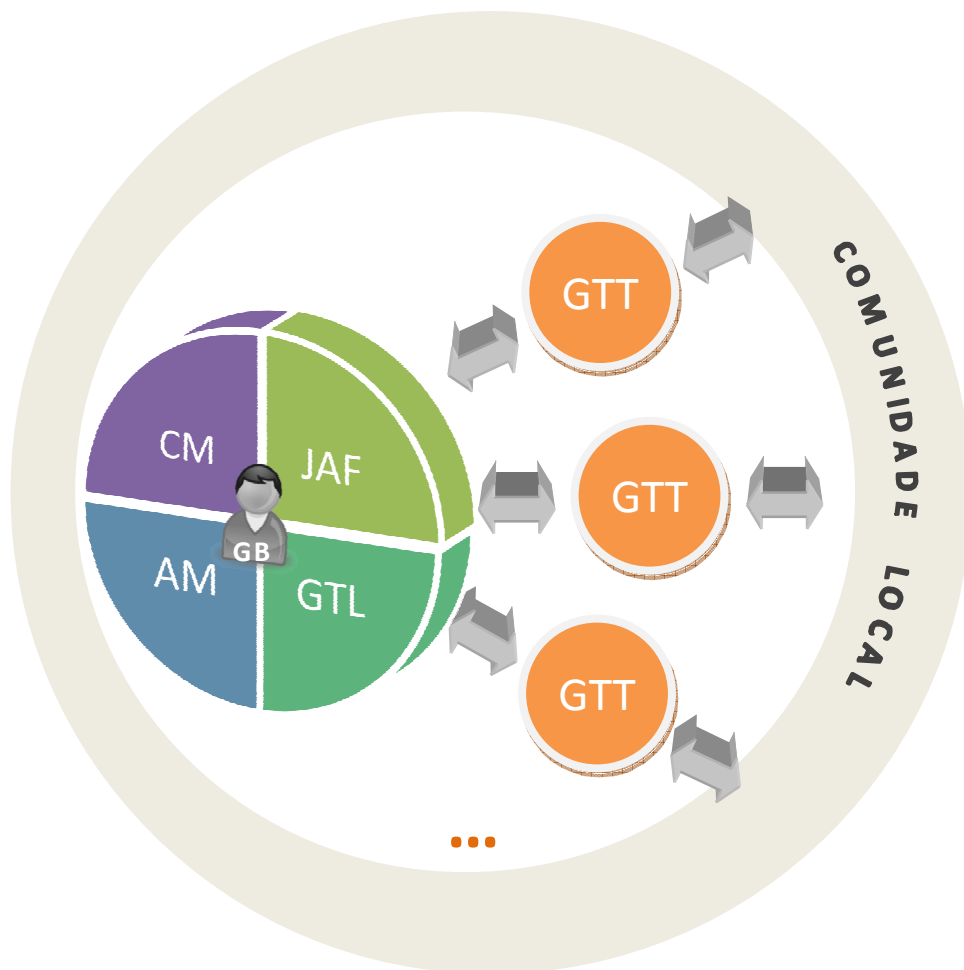


Figura 3.6: Estrutura proposta para o Centro XXI de Bairro.

**Legenda:** **CM** – Câmara Municipal; **JAF** – Junta e Assembleia de Freguesia; **AM** – Associação de Moradores; **GTL** – Grupo de Trabalho Local; **GB** – Gestor de Bairro; **GTT** – Grupo de Trabalho Temático.

São definidas de seguida as funções de cada uma das unidades propostas. Estas pretendem assegurar não só interesses específicos de cada uma das partes como também o papel de cada uma no seio da estrutura do **Centro XXI de Bairro**.

O cerne do **Centro XXI de Bairro** é constituído por quatro elementos que se interligam, envolvendo:

- i. A Câmara Municipal (**CM**).
- ii. A Junta de Freguesia onde se insere o Bairro através de representantes da Junta e da Assembleia de Freguesia (**JAF**).
- iii. A Associação de Moradores do Bairro (**AM**).
- iv. Os representantes ou relatores dos grupos de trabalho de cidadãos da comunidade local e outros actores para a sustentabilidade (**GTL** – Grupo de Trabalho Local).

Estes quatro elementos têm um papel fundamental na dinamização do **Centro XXI de Bairro** assumindo-se contudo flexibilidade na estrutura para que seja adaptável à realidade local. A autarquia, onde se inclui a Câmara e Assembleia Municipal e a Junta e Assembleia de Freguesia, pela sua responsabilidade na administração do território e pela sua capacidade de planeamento e execução, têm uma responsabilidade e importância acrescidas nesta estrutura. A sua representação valida o seu envolvimento activo, progressivo e contínuo com o processo do desenvolvimento sustentável e a integração dos seus princípios nos instrumentos de planeamento e ordenamento do território.

As Associações de Moradores desfrutam de direitos e competências previstos na Constituição Portuguesa<sup>17</sup> onde se inclui o direito à petição perante as autarquias locais relativamente a assuntos administrativos de interesse dos moradores e à participação, sem voto, através dos seus representantes, na assembleia de freguesia. Nas competências inclui-se a realização de tarefas que a lei lhes confiar ou que os órgãos da respectiva freguesia nelas delegarem. Por estas características, que são distintivas das restantes associações, acresce a sua capacidade de mobilização da população residente no Bairro o que lhes confere uma posição favorável na estrutura proposta. A ausência de uma Associação de Moradores no Bairro poderá ser suprida por uma Associação Local que exerça as suas actividades sociais, culturais e ambientais em prol da comunidade do Bairro.

O Grupo de Trabalho Local (GTL) é o elo de ligação com a comunidade que está representada não só na Associação de Moradores, no caso de esta existir, como também nos Grupos de Trabalho Temáticos (GTT). É constituído por representantes ou relatores dos GTT incumbindo-lhe a apresentação aos restantes elementos da Unidade Coordenadora das

---

<sup>17</sup> Artigo 265º.

bases para a tomada de decisão, onde se incluem os diagnósticos e as acções propostas resultantes de cada um dos GTT. O GTL resulta do desenvolvimento de competências de cidadania pelo que é sua responsabilidade a promoção da participação cívica através de acções de voluntariado e de solidariedade social.

Estes quatro elementos formam a **Unidade Coordenadora do Centro XXI de Bairro** que tem como principais funções:

- a. Definir a missão e a estratégia do Centro XXI;
- b. Delinear o Plano de Participação e o Plano de Comunicação;
- c. Coordenar e programar as acções a concretizar no âmbito da Agenda 21;
- d. Decidir sobre a fonte de financiamento e sua distribuição pelos diversos projectos;
- e. Fomentar o acesso à informação, através da disponibilização de estudos e outros documentos ao Grupo de Trabalho Local;
- f. Apoiar de forma contínua os Grupos de Trabalho Temáticos;
- g. Contribuir para o bom relacionamento entre todos dentro da estrutura e entre esta e os restantes agentes locais;
- h. Fomentar a comunicação e a transparência dos processos.

Associado à Unidade Coordenadora estão os já referidos Grupos de Trabalho Temáticos (GTT). São grupos de raiz eminentemente local constituídos essencialmente por cidadãos da comunidade que colaboram de forma voluntária na formulação de acções/ projectos que satisfaçam os objectivos e as metas associados à visão e à estratégia definidas para o Bairro.

É porém uma estrutura aberta a outros elementos da sociedade civil (empresas, instituições, associações) que tenham interesse no tema e queiram aderir ao grupo de trabalho. Estes poderão ser cativados nos Fóruns de Participação que deverão ser realizados no início e ao longo do desenvolvimento da Agenda 21.

Com a participação da comunidade nos Grupos de Trabalho Temáticos espera-se o reforço do Capital Social do Bairro, um “stock” de ligações activas entre pessoas, onde subsiste níveis elevados de confiança; redes interpessoais robustas; comunidades de trabalho enérgicas e dedicadas; sentido generalizado de respeito; entendimento mútuo entre as pessoas e sentimentos de participação (Pina e Cunha *et al.*, 2007). O reforço do capital social é importante na medida em que origina um maior empenho e colaboração, elementos essenciais à partilha de visões e objectivos comuns.

A articulação entre os diversos elementos do Centro XXI é feita por um Gestor de Bairro. Este deverá ser um elemento independente de qualquer uma das entidades envolvidas na estrutura; de postura positiva, colaborativa e isenta de favoritismos; credível; honesto, transparente; justo; conciliador; dinâmico e criativo. O mesmo Gestor de Bairro poderá actuar em mais de um Centro XXI e terá como principais funções:

- a. Promover e incentivar a parceria e o diálogo entre as entidades que constituem a Unidade Coordenadora do Bairro XXI e entre esta e a comunidade local;
- b. Garantir a manutenção do compromisso assumido pelas partes perante as suas responsabilidades e competências no Centro XXI de Bairro;
- c. Operacionalizar e documentar as diversas fases da Agenda 21 de Bairro e assegurar o cumprimento dos objectivos e das metas assumidos;
- d. Angariar parceiros (ex. empresas) para a implementação das acções;
- e. Promover uma boa comunicação interna e externa e garantir que todos têm acesso equitativo à informação;
- f. Promover junto dos Grupos de Trabalho Temáticos o sentido de equipa e fomentar a focalização nos temas;
- g. Agir como facilitador nas situações de conflitos;
- h. Estimular e promover a participação pública e assegurar a possibilidade de participação de todos os interessados na estrutura;
- i. Reflectir sobre as possíveis debilidades da estrutura e encontrar soluções que respondam a esses desafios.

A actuação do Gestor de Bairro como facilitador junto dos Grupos de Trabalho poderá ser uma mais-valia para a produtividade dos grupos. O papel do facilitador é independente; assegura que todos são ouvidos; impede interrupções e críticas; solicita clarificações; guia o grupo a chegar a conclusões, entre outras (Vasconcelos *et al.*, 2005).

### 3.3.2.2. Agência Municipal para a Sustentabilidade

O sucesso de implementação e funcionamento dos **Centros XXI de Bairro** estão directamente relacionados com o compromisso e a intencionalidade que a autarquia atribui a esta matéria. Não se pretende uma institucionalização dos Centros XXI, uma objecção àquele que é o principal princípio orientador da Agenda 21, que defende um desenvolvimento participado da base para o topo (*botom-up*), deseja-se sobretudo uma atitude de apoio e orientação por parte da administração pública local.

Replicando as boas práticas internacionais da promoção do desenvolvimento local sustentável propõe-se que os **Centros XXI de Bairro**, existentes no mesmo município, sejam coordenados por uma única estrutura que enraíze na política do município uma estratégia global para o desenvolvimento sustentável do território: uma **Agência Municipal para a Sustentabilidade**.

Através da **Agência Municipal para a Sustentabilidade** a Câmara Municipal assume um compromisso público activo, progressivo e contínuo para com o desenvolvimento sustentável.

As agências municipais são associações que se enquadram em pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos que se regem por estatutos e, subsidiariamente, pelas normas de direito privado. Este enquadramento vai de encontro ao disposto nos estatutos das agências municipais existentes em Portugal (ex. AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada; DNA Cascais – Agência Municipal de Empreendedorismo do Concelho de Cascais; LISBOA E-NOVA – Agência Municipal de Energia e Ambiente de Lisboa; OEINERGE – Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras), à regulamentação existente nesta matéria e aos contributos obtidos nas entrevistas a técnicos directamente envolvidos no tema<sup>18</sup>.

O Código Civil enquadra as associações que não tenham por fim o lucro económico dos associados em pessoas colectivas. Estas gozam de personalidade jurídica, ou seja são detentoras de direitos e obrigações, conseguida por via notarial através da celebração de uma escritura pública.

Os Estatutos, elemento essencial à efectivação da escritura de constituição da associação, são a carta magna, a pedra angular do funcionamento da mesma. Estes são publicados em Diário da República. Não existe propriamente um modelo formal de Estatutos, no entanto, a legislação prevê alguns dos requisitos obrigatórios à elaboração dos mesmos (Castro e Fernandes, 2005):

- Natureza jurídica, denominação, âmbito e sede da associação;
- Fins prosseguidos;
- Órgãos sociais - sua composição, competência e funcionamento;
- Modo e condições de admissão dos associados, direitos, deveres e sanções pelo não cumprimento;
- Forma da associação se obrigar perante terceiros;
- Receitas, despesas e os princípios a que deve obedecer a gestão;
- Modo como podem ser alterados os estatutos;
- Condições em que pode ser deliberada a dissolução da associação;
- Regime eleitoral dos órgãos associativos.

As normas estatutárias são o primeiro enquadramento jurídico de uma associação e revela-se apenas necessário recorrer à legislação em vigor quando as mesmas são omissas.

<sup>18</sup> Dr.ª Filipa Mourão, jurista na Câmara Municipal de Torres Vedras e Dr.ª Joana Silva e Dr. João Dinis, ambos da Agência Municipal Cascais Energia.



Entre os órgãos sociais da associação haverá um órgão colegial de Administração, geralmente presidido por um elemento do executivo municipal no caso das Agências Municipais, e um Conselho Fiscal, ambos constituídos por um número ímpar de titulares.<sup>19</sup> Os titulares dos órgãos da associação são eleitos pela Assembleia Geral, sempre que os estatutos não estabeleçam outro processo de escolha. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados e é o órgão máximo deliberativo<sup>20</sup>.

A estrutura proposta da **Agência Municipal para a Sustentabilidade** (Figura 3.7) baseia-se nas experiências já referidas de agências municipais em Portugal, devendo ser adaptada e ajustável ao município em questão. Por ser uma associação onde o município participa, e segundo a Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da câmara, autorizar e aprovar a constituição da agência municipal e dos seus estatutos.

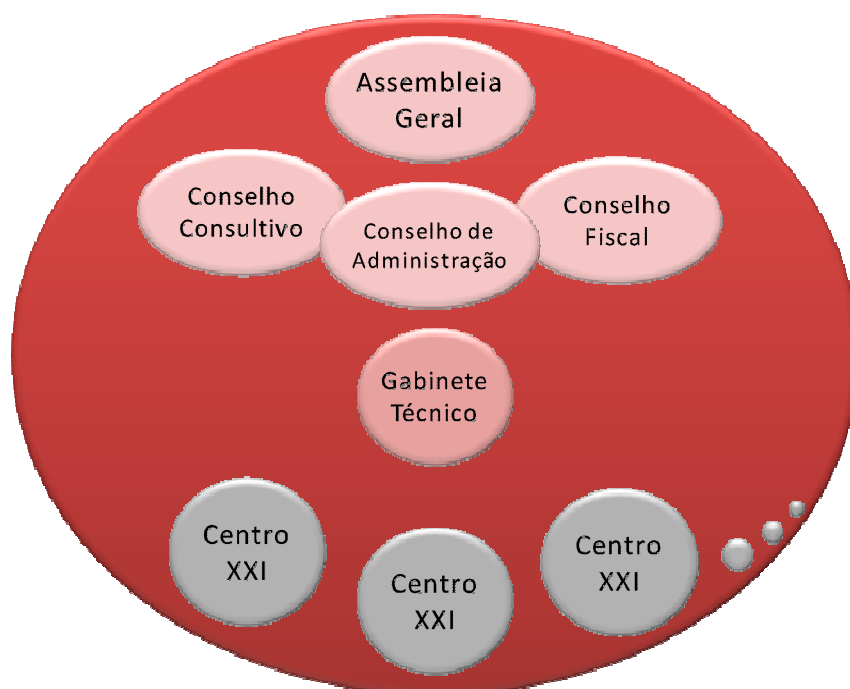


Figura 3.7: Estrutura proposta para a Agência Municipal para a Sustentabilidade.

O objecto da **Agência Municipal para a Sustentabilidade** é contribuir para a promoção de um modelo de desenvolvimento local sustentável, com o objectivo de alcançar comunidades socialmente justas e inclusivas, com uma economia local forte e viável; mais eco-eficientes e com boa governação.

<sup>19</sup> Artigo 162º do Código Civil.

<sup>20</sup> Artigo 170º e 172º do Código Civil.

Com vista à prossecução do seu objecto, a **Agência Municipal para a Sustentabilidade** deverá desenvolver as seguintes actividades:

- a. Coordenar e financiar o funcionamento dos **Centros XXI de Bairro**;
- b. Recrutar e contratar os Gestores de Bairro;
- c. Monitorizar e avaliar o desempenho dos **Centros XXI de Bairro**;
- d. Fomentar o diálogo e a cooperação entre os diversos **Centros XXI de Bairro** incentivando à criação de uma Rede que promova o *benchmarking* interno;
- e. Criar e aplicar a Certificação “Bairro Sustentável”, definindo os critérios para a atribuição da certificação;
- f. Enquadrar sempre que possível as suas iniciativas e as dos Centros XXI nos apoios e incentivos comunitários do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN);
- g. Prestar apoio a entidades públicas e privadas, nomeadamente à Câmara Municipal, na integração dos aspectos ambientais e de sustentabilidade nas suas actividades, políticas e instrumentos de planeamento e ordenamento do território;
- h. Actuar como Observatório na evolução e implementação da Agenda 21 no Concelho e das actividades relacionadas com a integração dos objectivos para o ambiente e desenvolvimento;
- i. Divulgar e promover as melhores práticas através da organização de seminários, conferências e outras actividades similares de forma a difundir a informação e os dados sobre o trabalho desenvolvido;
- j. Aumentar a sensibilização da população em geral e desenvolver e apoiar iniciativas ao nível do concelho nas áreas da protecção ambiental e sustentabilidade.

O Conselho Consultivo é um órgão opcional na constituição de uma associação tendo sido introduzido na estrutura proposta pela importância enquanto elemento autónomo. Este é constituído por entidades do meio científico e especialistas de reconhecido mérito que, através de pareceres ao Conselho de Administração, orientarão a conduta e actuação da Agência nas suas actividades.

### 3.3.3. Metodologia da Agenda 21 de Bairro

O **Centro XXI de Bairro** tem como missão o alcance de comunidades mais sustentáveis conseguidas pela implementação da Agenda 21 no Bairro e que se efectiva através de uma plataforma colaborativa entre as várias entidades com responsabilidades pela gestão do território e a sociedade civil.

Composta essencialmente por quatro momentos distintos: **Diagnosticar**; **Planear**; **Agir** e **Avaliar** (Figura 3.8) a metodologia proposta assenta numa abordagem sistemática do planeamento e implementação da Agenda 21, flexível na forma e conteúdo e facilmente adaptável às necessidades de cada comunidade e a diferentes unidades territoriais. É um conjunto de orientações faseadas, de entendimento e aplicação simples e objectiva, baseadas em diversos guias de elaboração da Agenda 21 e na experiência adquirida no Centro Sobre Cidades e Vilas Sustentáveis do DCEA/FCT/UNL onde a autora, sob orientação do Prof. Doutor João Farinha, colaborou na elaboração de diversas Agendas 21 ao longo dos últimos 5 anos.

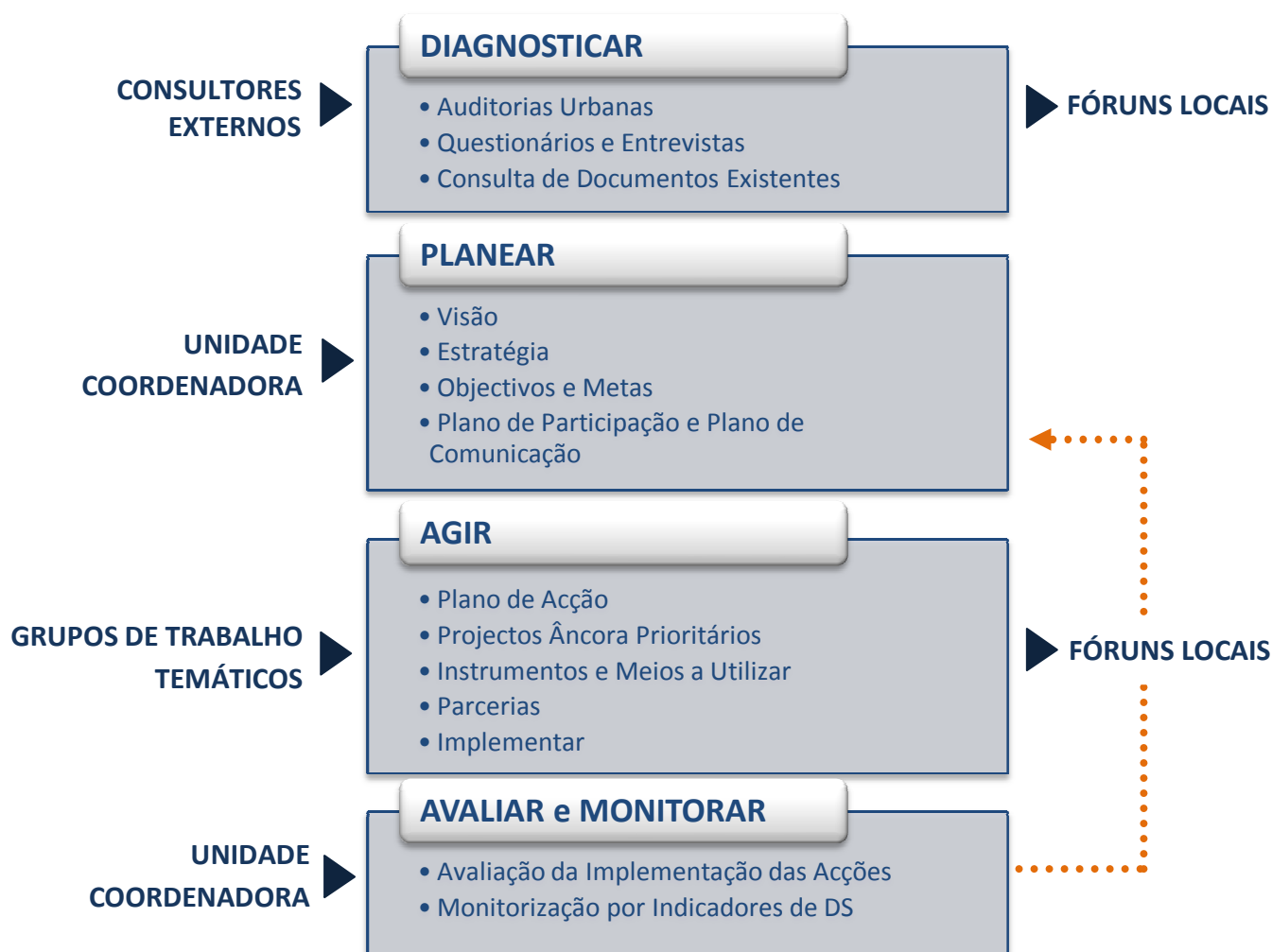


Figura 3.8: Esquema metodológico proposto para a Agenda 21 de Bairro.

**Diagnosticar:** Numa primeira fase deverá ser realizada uma análise ao território e um levantamento do que são os principais desafios ao desenvolvimento sustentável do Bairro.

Existem várias ferramentas de auditorias urbanas que poderão auxiliar no diagnóstico do Bairro referindo-se a título de exemplo: a Análise *SWOT*; o *Place Check* e o *Neighbourhood Checklist*.

- **Análise *SWOT*:** método de diagnóstico que tem como objectivo a identificação das características intrínsecas ao próprio Bairro, através da percepção dos seus pontos fortes (*Strengths*) e fracos (*Weaknessess*) e das características extrínsecas que o poderão influenciar, conseguida pela apreensão das oportunidades (*Opportunities*) e das ameaças ao Bairro (*Threats*). Pretende-se a aquisição de conhecimento sobre o Bairro para que os pontos fracos sejam minimizados ou eliminados e as ameaças se possam converter em oportunidades.

	Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
<u>INTERNO</u> ao Elemento em Análise	<b>Strengths</b> Pontos Fortes	<b>Weaknessess</b> Pontos Fracos
<u>EXTERNO</u> ao Elemento em Análise	<b>Opportunities</b> Oportunidades	<b>Threats</b> Ameaças

**Figura 3.9: Representação esquemática da Análise *SWOT*.**

(Fonte: Prof. Doutor João Farinha, matéria das aulas de Urbanismo, Transportes e Ambiente do Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente da FCT/UNL)

- ***Place Check*:** método de avaliação conjunta da qualidade de um território, identificando as melhorias necessárias. Este poderá ser feito durante um percurso ao Bairro por vários grupos organizados ou numa sessão de participação. O *Place Check*<sup>21</sup> organiza-se num conjunto de questões de três níveis: A, B e C. O nível A é constituído por três questões: “O que é que eu gosto?”; “O que é que eu não gosto?” e “O que necessita de ser melhorado?”. São questões simples e directas que colocam as pessoas a reflectir sobre o Bairro e a desenvolverem opiniões. O nível B é mais detalhado, sendo constituído por quinze questões divididas em dois grupos: as Pessoas e o Local (Tabela 3-I).

<sup>21</sup> Disponível em <http://www.placecheck.info>

**Tabela 3-1: Questões do Nível B do *Place Check*.** (Fonte: <http://www.placecheck.info>)

As Pessoas
<p>A. Quem necessita de ser envolvido para melhorar o local?</p> <p>B. Que recursos estão disponíveis localmente para envolver as pessoas?</p> <p>C. Que outros métodos poderemos utilizar para debater as nossas ideias de como melhorar o local?</p> <p>D. Como podemos rentabilizar outros programas e recursos?</p> <p>E. Como podemos aumentar as nossas expectativas?</p> <p>F. Que outras iniciativas poderão melhorar o local?</p>
O Local
<p>G. Como podemos tornar este local mais especial?</p> <p>H. Como podemos ter mais espaços verdes?</p> <p>I. Como tornar as ruas e outros espaços públicos mais seguros e agradáveis para o peão?</p> <p>J. Como melhorar os espaços públicos?</p> <p>K. Como tornar o local mais atractivo e acolhedor?</p> <p>L. Como tornar o local adaptável às mudanças no futuro?</p> <p>M. Como utilizar os recursos de uma forma mais eficiente?</p> <p>N. O que pode ser feito para incentivar o uso dos transportes públicos?</p> <p>O. Como podemos criar vias que nos interliguem melhor?</p>

O nível C é constituído por 100 questões que detalha cada uma das questões do nível anterior. O *Place Check* é uma ferramenta de diagnóstico ajustável ao tipo de território (Bairro, Cidade, Concelho, etc.) e a todos os tipos de utilizadores.

- ***Neighbourhood Checklist*:** Este método permite obter informação estruturada sobre o território a dois níveis: o primeiro através de um conjunto de parâmetros a serem avaliados pela comunidade e o segundo através de um conjunto de parâmetros a serem avaliados numa perspectiva de mercado (investidores).

Considera genericamente cinco áreas de avaliação (Figura 3.10): pessoas, comunidade, actividades locais, tecido construído e recursos naturais estruturadas da seguinte forma (Barton *et al.*, 2003):



**Figura 3.10: Modelo de Ecossistema de um Bairro.**  
(Fonte: Barton *et al.*, 2003)

De forma a reforçar a auditoria urbana deverão ser efectuados questionários à população residente e presente, diagnosticando os principais constrangimentos na sua qualidade de vida, e entrevistas aos principais actores locais do Bairro. Sugere-se também a consulta de estudos e documentos já existentes sobre o Bairro.

Dever-se-á realizar nesta fase inicial um Fórum de Participação com os principais agentes locais do Bairro onde se debata e equacione os principais desafios e visões estratégicas para o Bairro, actuando ainda como uma ferramenta de informação, motivação e captação da comunidade local para este processo.

Neste fórum de participação deverão ser adoptadas as melhores técnicas de participação tendo em conta as características sócio-culturais da população. O modo de envolvimento dos actores locais no fórum de participação inicial poderá inspirar-se na metodologia proposta no Capítulo 2.4 com as devidas adaptações ao Bairro.

Nesta fase o **Centro XXI de Bairro** poderá ser assessorado por Consultores Externos especializados no apoio e realização de diagnósticos de sustentabilidade e de facilitação de processos participativos.

**Planear:** Efectuado o diagnóstico dos principais desafios do Bairro segue-se o momento de reflectir sobre os resultados e definir com base nestes a visão de qualidade de vida que se deseja para o Bairro, a estratégia a adoptar, que deverá ser adequada a cada território, e os objectivos e metas que se querem alcançar.

É ainda nesta fase que dever-se-á definir os conteúdos dos Planos de Participação e Comunicação onde serão estabelecidos os meios de envolvimento da população (ex. Fóruns Locais) e os suportes de comunicação interna e externa.

Cabe à Unidade Coordenadora a responsabilidade da concretização desta fase.

**Agir:** A terceira fase consiste na definição e implementação dos projectos âncora que constituem o Plano de Acção. Aqui os Grupos de Trabalho Temáticos (GTT), em articulação com a Unidade Coordenadora e com o apoio directo do Gestor de Bairro, definirão, em resposta aos principais desafios ao desenvolvimento sustentado do Bairro, as acções a implementar definindo os seus objectivos, o conteúdo detalhado e os parceiros a serem envolvidos. Em complemento ao trabalho desenvolvido pelos GTT a Unidade Coordenadora deverá igualmente apresentar ideias de projectos a implementar no Bairro.

Sempre que necessário os Grupos de Trabalho terão a assessoria de técnicos da autarquia ou de outras entidades com conhecimentos no tema.

As acções propostas são apresentadas à Unidade Coordenadora do Centro XXI pelo Grupo de Trabalho Local (GTL) que é constituído pelos relatores eleitos de cada um dos GTT.

É da responsabilidade da Unidade Coordenadora do Centro XXI, com o apoio do Gestor de Bairro, avaliar o mérito das acções/ projectos propostos, atribuir-lhe prioridades, orçamentá-los e enquadrá-los em meios de financiamento adequados.

Na orçamentação, os projectos de maior envergadura e que envolvem um maior esforço financeiro (ex. repavimentação da rede viária) deverão ser encaminhados para a Câmara Municipal de forma a obterem cabimento no orçamento municipal. Os projectos cujos orçamentos são mais reduzidos e são de rápida implementação (ex. projecto sobre como fazer compostagem no quintal da moradia) são implementados pelo Centro XXI através de orçamento próprio gerido pela Agência Municipal para a Sustentabilidade e da participação de parceiros.

Na análise de mérito das acções/ projectos propõe-se o uso de uma ferramenta desenvolvida no âmbito do Projecto de Investigação Europeu “*Train to LA 21*” (<http://www.traintola21.org>): o *Project Check*.

Este método de análise, frequentemente aplicado no contexto das Agendas 21 Locais, destina-se a colocar em realce os méritos de cada projecto relativamente à sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. A equipa de avaliação, que vai aplicar o método, deve responder a um conjunto de 32 questões, ou parâmetros de avaliação, que ajudam a sistematizar a análise segundo as quatro componentes do desenvolvimento sustentável: (i) Economia, (ii) Ambiente e Recursos Naturais, (iii) Sociedade e Cultura, (iv) Responsabilidade Global. Assim, para cada uma das questões (Tabela 3-II) dever-se-á atribuir uma pontuação de 0 (Sem mérito) a 10 (Excelente Mérito). O mérito do projecto resulta da soma da pontuação da mesma componente de sustentabilidade obtendo-se assim quatro valores de síntese, um por cada componente.

**Tabela 3-II: Análise e Atribuição de Méritos do *Project Check*.**

(Fonte: Prof. Doutor João Farinha, matéria das aulas de Urbanismo, Transportes e Ambiente do Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente da FCT/UNL)

COMPONENTES DA SUSTENTABILIDADE   PARÂMETROS DE ANÁLISE			Pontuação
1. ECONOMIA	1.1	O projecto apoia e torna mais robusta a economia local e impulsiona os produtos e os circuitos económicos locais e regionais?	
	1.2	O projecto é gerador de empregos e melhora a qualidade do emprego?	
	1.3	O projecto encoraja a participação dos trabalhadores e melhora as regalias sociais associadas ao emprego?	
	1.4	O projecto será uma alavanca para aumentar o empreendedorismo e o desenvolvimento de novos produtos e processos produtivos?	
	1.5	O projecto melhora a centralidade e atractividade de um local? Contribui para a inovação e para a articulação em rede dos actores económicos?	

COMPONENTES DA SUSTENTABILIDADE   PARÂMETROS DE ANÁLISE			Pontuação
	1.6	O projecto aumenta os benefícios económicos e reduz ao mesmo tempo o consumo de recursos?	
	1.7	O projecto melhora a situação financeira dos organismos públicos e dos agregados familiares?	
	1.8	O projecto reduz a necessidade do transporte de pessoas e bens?	
SOMA DA PONTUAÇÃO			
2. AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	2.1	O projecto contribui para beneficiar os espaços naturais nas proximidades das zonas urbanas e para apoiar actividades rurais amigas do ambiente?	
	2.2	O projecto minimiza o consumo de espaço, evita a selagem de solos e o crescimento para o exterior da cidade?	
	2.3	O projecto previne riscos ambientais e reduz a poluição do ar, da água e dos solos?	
	2.4	O projecto reduz os níveis de ruído e a exposição da população ao ruído?	
	2.5	O projecto diminui o consumo de energia não renovável?	
	2.6	O projecto reduz o consumo de recursos não renováveis? Encoraja a reutilização de materiais e um metabolismo circular de cidades e empresas?	
	2.7	O projecto apoia a biodiversidade e a qualidade dos habitats naturais?	
	2.8	O projecto apoia a mobilidade sustentável, reduz a mobilidade desnecessária e articula usos do solo com sistemas de transportes?	
SOMA DA PONTUAÇÃO			
3. SOCIEDADE, TECIDO SOCIAL E CULTURA	3.1	O projecto contribui para satisfazer necessidades básicas e reduz a pobreza?	
	3.2	O projecto promove a comunicação e a cooperação entre os cidadãos e destes com as autoridades locais e outras instituições?	
	3.3	O projecto melhora a qualidade de vida, requalifica o espaço urbano e reforça o acesso aos equipamentos colectivos e aos serviços essenciais?	
	3.4	O projecto apoia a qualificação dos recursos humanos, a educação e a formação ao longo da vida?	
	3.5	O projecto promove a participação dos actores locais no seu processo de planeamento e concretização, cria sinergias entre actores e aumenta o capital social?	
	3.6	O projecto fomenta a integração de cidadãos e de grupos sociais desfavorecidos, é amigo das famílias e da integração de gerações?	
	3.7	O projecto apoia o bem-estar dos cidadãos, a saúde, o desporto, o consumo responsável e novas atitudes de cidadania?	
	3.8	O projecto reduz riscos para o homem, conduz a um ordenamento espacial indutor de segurança, contribui para a prevenção da criminalidade e aumenta a percepção de segurança pela população?	
SOMA DA PONTUAÇÃO			
4. RESPONSABILIDADE GLOBAL	4.1	O projecto fomenta a justiça social e a igualdade de oportunidades entre todos os membros da sociedade?	
	4.2	O projecto apoia a justiça e a equidade territorial entre as diversas regiões e locais e promove os produtos ecológicos e o comércio justo?	
	4.3	O projecto tem em conta os impactos supra-locais, gerados sobre outros locais e regiões ainda que distantes?	
	4.4	O projecto aplica a melhor prática e tecnologia, serve de modelo para outros projectos e promove a troca de conhecimentos?	
	4.5	O projecto apoia o desenvolvimento de regiões ou países desfavorecidos?	
	4.6	O projecto aumenta a consciencialização para uma justiça global e sentido de destino conjunto?	
	4.7	O projecto minimiza a poluição global (alterações climáticas, biodiversidade, recursos hídricos e outros)?	
	4.8	O projecto apoia a cooperação e intercâmbio entre municípios e regiões?	
SOMA DA PONTUAÇÃO			

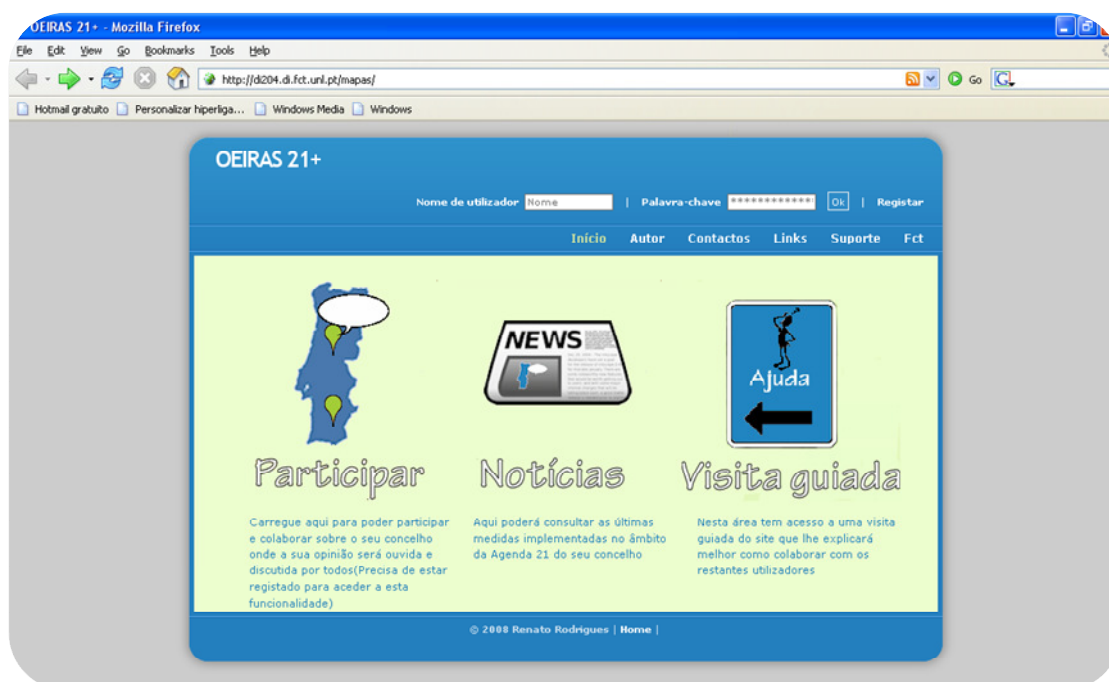


Durante esta fase propõe-se que o trabalho desenvolvido pelo **Centro XXI de Bairro** seja divulgado em sessões de participação, onde se deverá captar o interesse da restante comunidade local para a Agenda 21 e promover a discussão em torno das acções/ projectos propostos pelo Centro, de forma a aumentar o sentido de pertença para com os futuros projectos a desenvolver no Bairro e a procurar uma co-responsabilização de todos.

Estas sessões de participação têm não só como objectivo envolver todos os agentes locais do Bairro e envolvente (administração local, instituições e organismos públicos, empresas, grupos de interesse local, líderes de opinião e cidadãos) como também captar a atenção de outros Bairros do Município numa tentativa de replicação e disseminação de boas práticas de sustentabilidade no território.

As tecnologias de informação e comunicação poderão complementar o processo de participação pública. Recentemente foi desenvolvida uma aplicação na FCT/UNL, no âmbito de uma dissertação de Mestrado, que tem como objectivo possibilitar a comunicação e partilha de interesses comuns entre pessoas fisicamente distantes (Figura 3.11).

Segundo Rodrigues (2009) a ferramenta pretende suportar diferentes formas de participação pública, com destaque para a Agenda 21 Local. A aplicação poderá funcionar como uma plataforma para as pessoas aludirem para problemas existentes no seu concelho (falta de ecopontos; deficiente iluminação; falta de espaços verdes; etc.) ou pode servir de veículo para a integração de contributos individuais em processos de tomada de decisão (ex. melhor circuito para implementação de uma ciclovia). Todas as contribuições são submetidas através de um mapa na Internet. O acesso online permitirá aos participantes expressarem as suas opiniões sem qualquer tipo de restrições temporais ou de localização, revelando-se vantajoso para quem reside apartado dos centros de decisão.



**Figura 3.11: Plataforma colaborativa on-line desenvolvida na FCT/UNL.**  
(Fonte: Rodrigues, 2009)

Uma das principais funcionalidades do sistema é a definição de uma área de interesse pelo utilizador (ex. zona onde reside; zona onde se localiza a escola dos filhos; etc.) sendo este notificado sempre que surgirem novas discussões nessa mesma área. É assim facilitada a tarefa de estar informado e eventualmente participar nas discussões que mais o interessam. A aplicação permite ainda inserir notícias geo-referenciadas para divulgar novos desenvolvimentos do processo; a criação de um painel de votações para sondagens e a comparação de opiniões submetidas por indivíduos que residem na mesma área geográfica (Rodrigues, 2009).

À implementação de um **Centro XXI de Bairro** está implícito o alcance de um território mais sustentável, ou seja um Bairro com preocupações por exemplo na eficiência energética; na gestão sustentável da água; na reutilização e reciclagem dos resíduos; na mobilidade e nas acessibilidades, incluindo para os cidadãos de mobilidade condicionada; na preservação do espaço verde; na interacção social; na saúde; segurança pública; etc.

**Avaliar e Monitorar:** Para que este processo evolua e se obtenham cada vez mais e melhores resultados torna-se necessário avaliar e monitorizar não só o Plano de Acção (Resultados) como também o desempenho do Centro XXI (Processo).

O processo para o desenvolvimento sustentável do Centro XXI deverá ser robusto, credível e reconhecido como tal na comunidade. Estas características resultam de um forte compromisso político associado ao processo, de uma estrutura organizacional capaz e de um processo participativo mobilizador dos diferentes agentes locais.

Os resultados deverão contribuir efectivamente para a construção de um território mais sustentável e deverão ser visíveis e reconhecidos pela comunidade como os impulsionadores da melhoria da qualidade de vida.

Para avaliar o processo recomenda-se a utilização da ferramenta “*Local Evaluation 21*”. Para monitorar os resultados propõe-se a adopção de um painel de indicadores.

Propõe-se que o **Centro XXI de Bairro** desenvolva um processo de auto-avaliação baseado no instrumento “*Local Evaluation 21*”, disponível na Internet (<http://www.localevaluation21.org>) e desenvolvido para a Comissão Europeia por um consórcio internacional liderado pelo ICLEI – International Institute for Local Environmental Initiatives tendo sido a FCT/UNL um dos parceiros.

Este instrumento permite que o Centro XXI efectue a avaliação do seu próprio processo de desenvolvimento sustentável tendo que para isso responder a um conjunto de dez questões<sup>22</sup>:

<sup>22</sup> Fonte: <http://www.localevaluation21.org>

1. Sobre o Território;
2. Sobre o Processo de Desenvolvimento;
3. Sobre os Actores envolvidos no Processo de Desenvolvimento;
4. Sobre as Estratégias de Participação dos Actores Locais;
5. Sobre o próprio Plano de Acção;
6. Sobre a Visão, os Objectivos e as Metas do Plano;
7. Sobre a Implementação do Plano;
8. Sobre os Progressos alcançados;
9. Sobre o Processo de Avaliação e Monitorização do Plano;
10. Sobre as Relações com o Exterior e trabalho em rede.

As respostas a estas questões são avaliadas segundo onze critérios de qualidade da A21L<sup>23</sup>:

1. Relevância Local;
2. Compromisso Político;
3. Recursos Disponíveis;
4. Existência de um Plano para o Desenvolvimento Sustentável;
5. Gestão da Implementação;
6. Participação dos Actores Locais;
7. Parcerias;
8. Sensibilização e Aumento das Capacidades Locais;
9. Continuidade/ Garantia de Meios;
10. Abordagem Integrada;
11. Progresso na Implementação das Acções Previstas.

Esta ferramenta on-line disponibiliza automaticamente os resultados da auto-avaliação na forma de um relatório que auxilia o **Centro XXI de Bairro** na identificação de quais as áreas onde obteve maior sucesso e quais aquelas que necessitam de uma maior atenção de forma a alcançar os objectivos de desenvolvimento sustentável local desejados.

A Unidade Coordenadora do Centro XXI deverá partilhar este instrumento com os parceiros locais, que serão igualmente convidados a utilizá-lo, sendo os resultados apresentados em conjunto no relatório de avaliação. A auto-avaliação poderá ser efectuada uma vez por ano permitindo assim uma comparação da evolução do processo ao longo do tempo.

O Plano de Acção poderá ser monitorizado pela adopção de um **Painel de Indicadores** que quantifiquem de forma clara a evolução da situação ao longo do tempo e disponibilizem informação central para a qualidade de vida da população do Bairro.

---

<sup>23</sup> *Idem.*

A adopção de indicadores permite uma melhor análise dos resultados promovendo a melhoria contínua através de um permanente alinhamento estratégico.

A análise da sua evolução permite ao Centro XXI a identificação de pontos críticos e de desvios e a consequente adopção de medidas e acções correctivas permitindo que os objectivos iniciais definidos sejam alcançados.

A Unidade Coordenadora, assessorada pelo Gestor de Bairro, poderá propor dois níveis de indicadores:

- a. Um “Nível Geral” de indicadores, caracterizando variáveis-chave de âmbito geral sobre o desenvolvimento sustentável. São facilmente comparáveis com outros territórios, permitindo fazer comparações e realizar um *benchmarking* territorial com outros Bairros;
- b. Um segundo nível, complementar do nível geral, é construído em torno do Plano de Acção. É especialmente bem adaptado para analisar a evolução dos desafios prioritários e específicos do Bairro, identificados de forma participada em fases anteriores da A21L, que se denomina por “Nível Estratégico”.

Os indicadores a propor para o “Nível Geral” deverão ter em conta as recomendações dos principais sistemas de indicadores existentes em Portugal: Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS)<sup>24</sup> e dos indicadores de monitorização da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e Plano de Implementação<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (2007); Agência Portuguesa do Ambiente e Universidade Nova de Lisboa, disponível em <http://www.apambiente.pt/Instrumentos/sids/Paginas/default.aspx>

<sup>25</sup> Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável; Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007.

### 3.3.4. Operacionalização dos Centros XXI de Bairro

Na operacionalização dos **Centros XXI de Bairro** exploram-se duas vertentes: o **Financiamento**, não só para a constituição dos Centros XXI como também para as acções/projectos propostos nesse âmbito, e uma proposta de **Regulamento Interno** que reúne um conjunto de normas que estabelecem o modo de funcionamento dos Centros XXI, elemento fundamental pela participação de diferentes entidades.

#### 3.3.4.1. Financiamento

O novo quadro comunitário de apoio para o período 2007-2013, o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), assegura o financiamento através dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão a projectos de iniciativa local seleccionados através de procedimentos concursais.

Os projectos propostos pelos **Centros XXI de Bairro** poderão ser co-financiados, numa taxa variável com a região onde o município se insere, pelos Programas Operacionais Regionais ou Temáticos.

Dos **Programas Operacionais Regionais** destaca-se o Regulamento Específico – Acções de Valorização e Qualificação Ambiental que visa o co-financiamento de projectos de preservação, valorização e salvaguarda dos recursos naturais e qualificação ambiental definindo, entre outros, como projectos elegíveis<sup>26</sup>:

- Preparação e implementação das Agendas 21 Locais;
- Requalificação ambiental e reabilitação do património natural;
- Implementação e optimização de sistemas de informação ambiental;
- Projectos demonstrativos e acções de informação e sensibilização para uso eficiente de energia e de fontes de energia;
- Acções de informação, sensibilização e de educação ambiental;
- Estudos e relatórios técnicos sobre temas directamente ligados à avaliação, monitorização e qualificação ambiental.

Nas entidades beneficiárias incluem-se os Municípios e suas Associações e outras entidades, públicas ou privadas. Estas últimas estão limitadas ao estabelecimento de um protocolo ou outra forma de contratualização simultânea com os serviços e organismos do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional e com os Municípios.

---

<sup>26</sup> Regulamento Específico – Acções de Valorização e Qualificação Ambiental em <http://www.qren.pt>

Para todos estes projectos a taxa máxima de co-financiamento é de 75%.

Dos **Programas Operacionais Temáticos** destaca-se o Programa Operacional Valorização do Território (POVT), Eixo IX: Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional – Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano, um dos quatro vectores de intervenção da Política de Cidades POLIS XXI.

As Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano destinam-se a apoiar projectos-piloto que visem desenvolver ou transferir, para aplicação nas cidades portuguesas, soluções que ainda não tenham sido ensaiadas em território nacional ou, tendo-o sido com resultados positivos, careçam de aplicação a uma escala mais alargada para motivar a sua replicação, nomeadamente, nas seguintes áreas temáticas<sup>27</sup>:

- a) Prestação de serviços de proximidade;
- b) Acessibilidade e mobilidade urbana;
- c) Segurança, prevenção de riscos e combate à criminalidade;
- d) Gestão do espaço público e do edificado;
- e) Construção sustentável;
- f) Ambiente urbano;
- g) Criatividade e empreendedorismo na valorização dos recursos territoriais;
- h) Governação urbana com incremento da participação dos cidadãos e dos actores económicos e sociais.

Dentro das operações é elegível, entre outras, a criação de estruturas e formas organizativas de envolvimento dos cidadãos e dos actores económicos e sociais na solução dos problemas urbanos, onde se poderá incluir a criação dos **Centros XXI de Bairro**.

De acordo com o artigo 3º do Regulamento Específico são elegíveis as operações localizadas nas regiões NUTS II que integram o Objectivo de Convergência da Política de Coesão da União Europeia para o período de 2007-2013, designadamente as Regiões Norte, Centro e Alentejo, ficando excluídas deste programa a região de Lisboa e Algarve.

Nas entidades beneficiárias incluem-se os Municípios e suas Associações; Serviços da Administração Central do Estado e Outros Organismos Públicos; Empresas públicas; Instituições de Ensino Superior e Centros de Investigação e Desenvolvimento; Entidades privadas sem fins lucrativos.

A taxa máxima de co-financiamento é de 70%.

---

<sup>27</sup> Regulamento Específico – Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano disponível em <http://www.povt.qren.pt>.

Segundo o Regulamento Específico das Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano, na selecção das operações serão aplicados os seguintes critérios:

- a) A relevância da operação para os objectivos de desenvolvimento do sistema urbano nacional, em particular a natureza inovadora e o valor acrescentado das soluções propostas;
- b) O interesse potencial da operação e a exequibilidade dos resultados pretendidos, tendo em conta, nomeadamente, a experiência internacional;
- c) O grau de capacidade dos promotores envolvidos, para a boa condução do projecto;
- d) Os mecanismos e procedimentos previstos para assegurar a sustentabilidade das soluções propostas e a durabilidade dos resultados após o fim do projecto;
- e) O potencial de replicação e de transferência dos resultados, tendo em conta a adaptabilidade da solução a outras realidades urbanas e as acções previstas de divulgação e de cooperação com outras cidades;
- f) Custo da operação face aos resultados a atingir;
- g) O modelo de financiamento, nomeadamente quanto ao nível de participação de financiamento privado;
- h) O grau de envolvimento dos cidadãos e dos parceiros económicos e sociais, bem como de municípios ou associações de municípios, no desenvolvimento do projecto.

Apresenta-se de seguida uma proposta para o Regulamento Interno do **Centro XXI de Bairro**. A sua elaboração resultou de reflexões próprias, da consulta de regulamentos de Conselhos Municipais, como por exemplo os Conselhos Municipais de Juventude, de Segurança, etc. e de regulamentos internos dos Conselhos Locais de Acção Social criados no âmbito da Rede Social (Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro).

### **3.3.4.2. Proposta de Regulamento Interno do Centro XXI de Bairro**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

###### **Artigo 1º**

###### **(Âmbito)**

1 – O Centro XXI de Bairro é um órgão independente de reflexão, concertação e actuação local, representativo das forças vivas do bairro, que procura articular e integrar, numa lógica de compromisso colectivo, os diferentes processos de tomada de decisão, formais e informais, de forma a responder eficazmente aos principais desafios que se colocam ao Bairro e a promover de forma contínua o desenvolvimento sustentável do mesmo.

2 – O Centro XXI de Bairro funciona com total autonomia no exercício das suas competências.

###### **Artigo 2º**

###### **(Missão)**

O Centro XXI de Bairro tem como missão operacionalizar e enraizar de forma continuada o processo de Agenda 21 Local.

###### **Artigo 3º**

###### **(Objectivos)**

São objectivos do Centro XXI de Bairro:

- a) Promover o acesso à informação, contribuir para o aumento dos conhecimentos sobre a realidade local e catalizar o envolvimento e co-responsabilização dos actores locais nos processos de decisão.
- b) Contribuir para equacionar, delinear e colaborar na implementação de projectos e acções concretas de âmbito local que visem o desenvolvimento sustentável do Bairro.
- c) Aumentar a governação territorial do Bairro, dinamizando a concertação em torno de visões de futuro sustentável e

novas formas de cooperação, em rede, entre os vários actores intervenientes no desenvolvimento do mesmo.

#### **CAPÍTULO II**

##### **ESTRUTURA ORGÂNICA E COMPETÊNCIAS DO CENTRO XXI DE BAIRRO**

###### **Artigo 4º**

###### **(Estrutura Orgânica)**

1 – O Centro XXI de Bairro é constituído por uma Unidade Coordenadora, Grupos de Trabalhos Temáticos e um Gestor de Bairro.

2 – Podem participar nos trabalhos do Centro XXI, sem direito voto, representantes de outras estruturas que intervêm designadamente no âmbito da sustentabilidade local, representantes de projectos, ou pessoas com conhecimentos especializados sobre os temas que sejam objecto do Centro XXI.

###### **Artigo 5º**

###### **(Unidade Coordenadora)**

1 – Integram a Unidade Coordenadora do Centro XXI de Bairro:

- a) Dois representantes da Câmara Municipal.
- b) Dois representantes da Junta e da Assembleia de Freguesia, respectivamente.
- c) Dois representantes da Associação de Moradores do Bairro.
- d) Um representante por Grupo de Trabalho Local.

2 – A Unidade Coordenadora é presidida pela Câmara Municipal.

3 – A Unidade Coordenadora é uma estrutura de carácter deliberativo onde cada membro tem direito a um voto.

4 – A participação dos membros na Unidade Coordenadora não é remunerada.



### **Artigo 6º**

#### **(Competências do Presidente da Unidade Coordenadora)**

Compete ao Presidente da Unidade Coordenadora, entre outras funções que lhe sejam atribuídas:

- a) Abrir e encerrar as reuniões, dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das decisões;
- b) Suspender ou encerrar antecipadamente as reuniões, quando circunstâncias excepcionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada a incluir na acta da reunião.

### **Artigo 7º**

#### **(Competências da Unidade Coordenadora)**

- a) Definir a missão e a estratégia do Centro XXI;
- b) Delinear o Plano de Participação e o Plano de Comunicação;
- c) Coordenar e programar as acções a concretizar no âmbito da Agenda 21;
- d) Decidir sobre a fonte de financiamento e sua distribuição pelos diversos projectos;
- e) Fomentar o acesso à informação, através da disponibilização de estudos e outros documentos ao Grupo de Trabalho Local;
- f) Apoiar de forma contínua os Grupos de Trabalho Temáticos;
- g) Contribuir para o bom relacionamento entre todos dentro da estrutura e entre esta e os restantes agentes locais;
- h) Fomentar a comunicação e a transparência dos processos.

### **Artigo 8º**

#### **(Grupos de Trabalho Temáticos)**

- 1 – Os Grupos de Trabalhos Temáticos são constituídos voluntariamente por cidadãos da comunidade local.
- 2 – Os temas de trabalho são definidos pela Unidade Coordenadora de acordo com os principais desafios ao desenvolvimento sustentável do Bairro.

3 – Dos Grupos de Trabalho Temáticos poderão ainda fazer parte pessoas colectivas e singulares, que desejem contribuir para um desenvolvimento local integrado e sustentável do Bairro e que subscrevam o presente regulamento.

4 – A adesão aos Grupos de Trabalho Temáticos é feita por formulário próprio.

5 – É da responsabilidade de cada Grupo de Trabalho Temático a eleição de um representante que integre o Grupo de Trabalho Local na Unidade Coordenadora.

### **Artigo 9º**

#### **(Competências dos Grupos de Trabalho Temáticos)**

1 – Os Grupos de Trabalho Temáticos (GTT), em articulação com a Unidade Coordenadora e com o apoio directo do Gestor de Bairro definirão, em resposta aos principais desafios ao desenvolvimento sustentado do Bairro, as acções a implementar no âmbito da Agenda 21.

2 – Sempre que se justifique os Grupos de Trabalho terão a assessoria de técnicos da autarquia ou de outras entidades com conhecimentos no tema.

### **Artigo 10º**

#### **(Gestor de Bairro)**

O Gestor de Bairro é o elo de ligação entre a Unidade Coordenadora do Centro XXI e os Grupos de Trabalho Temáticos e o elemento mais operacional da estrutura.

### **Artigo 11º**

#### **(Competências do Gestor de Bairro)**

- a) Promover e incentivar a parceria e o diálogo entre as entidades que constituem a Unidade Coordenadora do Bairro XXI e entre esta e a comunidade local;
- b) Garantir a manutenção do compromisso assumido pelas partes perante as suas responsabilidades e competências no Centro XXI de Bairro;
- c) Operacionalizar e documentar as diversas fases da Agenda 21 e assegurar o

cumprimento dos objectivos e das metas assumidos;

- d) Promover uma boa comunicação interna e externa e garantir que todos têm acesso equitativo à informação;
- e) Promover junto dos Grupos de Trabalho Temáticos o sentido de comunidade e de equipa;
- f) Fomentar a coesão e a focalização dos Grupos de Trabalho nos temas;
- g) Agir como facilitador nas situações de conflitos;
- h) Estimular e promover a participação pública e assegurar a possibilidade de participação de todos os interessados na estrutura.
- i) Reflectir sobre as possíveis debilidades da estrutura e encontrar soluções que respondam a esses desafios.

### **CAPÍTULO III**

#### **REUNIÕES**

##### **Artigo 12º**

##### **(Convocatórias)**

1 – As reuniões são convocadas pelo Presidente da Unidade Coordenadora com a antecedência mínima de 15 dias.

2 – Da convocatória deverá constar a hora, local e respectiva ordem de trabalhos acompanhada da documentação necessária.

##### **Artigo 13º**

##### **(Quorum)**

1 – As reuniões da Unidade Coordenadora funcionam com a maioria dos seus membros.

2 – Em caso de falta de quorum, a Unidade Coordenadora reunirá meia hora mais tarde, com qualquer número de entidades presentes, devendo este facto constar da acta.

##### **Artigo 14º**

##### **(Actas e registo de presença)**

1 – De cada reunião é lavrada uma acta onde se regista o que de essencial se tenha tratado, à qual se deverá anexar a folha de presenças, que será apreciada e aprovada na reunião seguinte.

2 – A responsabilidade de elaborar a acta pertence ao Gestor de Bairro.

##### **Artigo 15º**

##### **(Deliberações)**

As deliberações são tomadas por maioria simples (metade mais 1) tendo o Presidente, ou o seu Representante, voto de qualidade em caso de empate.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

##### **Artigo 16º**

##### **(Entrada em vigor do Regulamento Interno)**

O presente regulamento do entra em vigor logo que aprovado em reunião da Unidade Coordenadora.

##### **Artigo 17º**

##### **(Avaliação Anual)**

1 – No final de cada ano civil, a Unidade Coordenadora deverá proceder a uma avaliação anual do trabalho desenvolvido, para que possa programar a actividade do ano vindouro e, caso seja necessário, redefinir a sua estratégia de actuação.

2 – A avaliação do desempenho do Centro XXI de Bairro poderá ser objecto de avaliação externa.

##### **Artigo 18º**

##### **(Revisão)**

Qualquer alteração ou aditamento ao presente regulamento deverá ser aprovado em reunião da Unidade Coordenadora, por maioria.

##### **Artigo 19º**

##### **(Omissões)**

Nos casos considerados omissos compete à Unidade Coordenadora a sua decisão e integração na revisão seguinte do presente regulamento.



## 4. AGENDA 21 LOCAL DE OEIRAS

O Município de Oeiras tem o mérito de ser o precursor em Portugal na promoção do desenvolvimento sustentável e da inclusão dos seus princípios nas políticas e estratégias de desenvolvimento local. No seguimento da assinatura da Carta de Aalborg em 1994, o município iniciou dois anos depois a sua Agenda 21 Local, a primeira em Portugal, onde se definiram as estratégias fundamentais que visam responder aos principais desafios e aspirações de melhoria da qualidade de vida da população, presente e futura, dentro dos princípios da sustentabilidade ambiental.

A figura seguinte esquematiza o percurso da Agenda 21 Local de Oeiras detalhando-se nos capítulos seguintes a metodologia adoptada para a sua elaboração, avaliação e revisão, os grandes vectores de intervenção estratégica, o processo participativo adoptado e os agentes locais envolvidos.

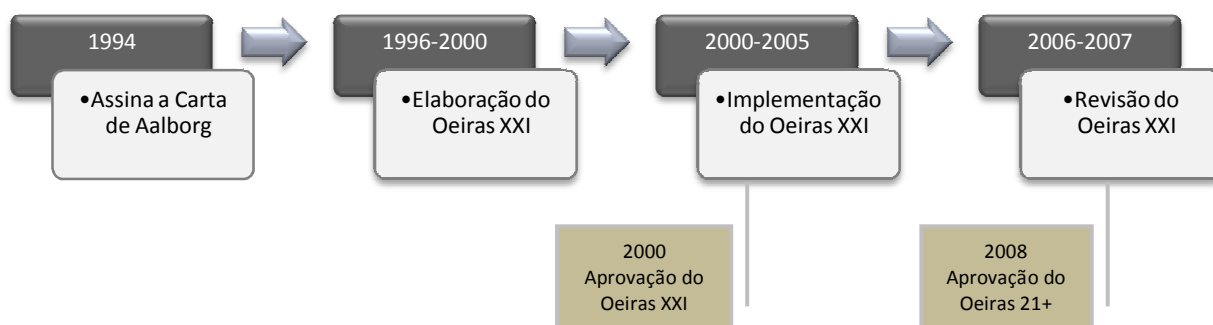


Figura 4.1: Percurso da Agenda 21 Local de Oeiras.

### 4.1. Oeiras XXI: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável

O processo de elaboração da Agenda 21 Local de Oeiras - Oeiras XXI - desenvolvida enquanto Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável iniciou-se em fins de 1996 e foi concluído em 2000. Ao longo deste processo procurou-se construir um quadro bem articulado e coerente de vectores estratégicos e de propostas de intervenção consagrando a estratégia e o plano de acção que norteou a actuação da autarquia no que respeita à promoção do desenvolvimento sustentável no planeamento e gestão do território do concelho.



OEIRAS XXI visa especificamente promover de uma forma integrada (CMO, 2003):

- A utilização racional dos recursos naturais e a requalificação do sistema natural;
- O bem-estar social, a equidade e a integração multicultural, apoiando os mais desprotegidos e promovendo a melhoria das condições de vida e de trabalho;
- O fortalecimento do tecido empresarial, das actividades de inovação e desenvolvimento e do bem-estar económico em geral;
- O aumento da boa governação local e da capacidade de participação da população na vida da comunidade;
- O ordenamento espacial do concelho, estruturando o sistema urbano e implantando as infra-estruturas e equipamentos necessários.

A Agenda 21 Local de Oeiras e sua revisão tiveram a colaboração do CIVITAS/DCEA/FCT/UNL cuja articulação com a Câmara Municipal de Oeiras consubstanciou-se através de uma Comissão Municipal de Acompanhamento (essencialmente constituída por eleitos locais) e de uma Comissão Técnica de Gestão do Plano (formada por técnicos da autarquia).

A metodologia adoptada assentou em três grandes etapas: o **Diagnóstico Selectivo**, o **Quadro Estratégico de Referência** e as **Propostas de Acções de Intervenção**.

Associado a cada uma destas três etapas desenvolveu-se um processo complementar de participação da população e de outros actores locais, estruturado em sessões públicas, workshops temáticos e reuniões com actores chave.

O **Diagnóstico** efectuado foi selectivo, envolvendo uma avaliação preliminar de prioridades em função das potencialidades e dos estrangulamentos detectados.

O **Quadro Estratégico** foi construído com base em cinco grandes vectores estratégicos associados à concretização de uma estratégia “Cidade de Oeiras Multipolar e Sustentável” desenvolvida sobre a forte influência dos objectivos e orientações do Plano Director Municipal (PDM) de Oeiras.

Os cinco Vectores de Intervenção Estratégica de Oeiras XXI são:

**Vector 1:** Oeiras Cidade Verde e Amiga do Ambiente

**Vector 2:** Oeiras Cidade Solidária, Segura e Multicultural

**Vector 3:** Oeiras Cidade de Inovação e Desenvolvimento

**Vector 4:** Oeiras Cidade da Boa Governabilidade e da Participação

**Vector 5:** Oeiras Cidade Multipolar com Estrutura Urbana Sustentável

Estes cinco Vectores de Intervenção Estratégica consubstanciam-se num **Plano de Acção** constituído por 179 acções prioritárias concluídas em 2001 e publicadas em 2003 sobre a forma de fichas no Relatório Final de Oeiras XXI: Estratégia e Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável.

## 4.2. De Oeiras XXI a Oeiras 21+

Em 2005 foi dado início ao processo de Revisão de Oeiras XXI, em paralelo e em articulação com o processo de revisão do PDM de Oeiras, com o objectivo de actualizar a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Concelho e o Plano de Acção. Os grandes objectivos que orientam a revisão do Oeiras XXI são (UNL, 2006a):

- Efectuar um Balanço da Implementação de OEIRAS XXI;
- Introduzir ajustamentos nos Objectivos do Plano e no Modelo Territorial;
- Redefinir o leque de Propostas de Acção;
- Munir o Plano de uma Estratégia de Gestão e Implementação;
- Construir um Instrumento de Avaliação e um Painel de Indicadores de Sustentabilidade.

### 4.2.1. Balanço da Implementação de Oeiras XXI

A primeira fase do processo de revisão de Oeiras XXI incidiu num Balanço da Implementação do Plano que teve como objectivos colocar em destaque os projectos e as acções já concretizados; oferecer uma análise dos avanços realizados em termos globais e em cada um dos seus cinco vectores estratégicos em particular e detectar as áreas que eventualmente tenham recebido menor atenção durante a implementação do plano Oeiras XXI.

A metodologia adoptada permitiu expressar de forma quantitativa o grau de concretização de cada acção assim como dos vectores e do Plano. Para tal foram disponibilizados Questionários via Intranet a todos os quadros técnicos da Autarquia e elaboradas Entrevistas a Chefias. O questionário teve como objectivos (i) determinar o **Grau de Conhecimento** que os quadros da autarquia têm do Plano e em relação a cada um dos cinco Vectores de Intervenção Estratégica; (ii) quantificar o **Grau de Relacionamento** que os quadros sentem entre estes vectores e o seu trabalho e (iii) determinar o **Grau de Cumprimento** que o plano atingiu até ao presente. As entrevistas tiveram como objectivo avaliar cada uma das 179 acções previstas no Oeiras XXI, segundo o **Grau de Concretização** de cada acção, o **Grau de Importância** que cada acção mantém para o Futuro e o **Grau de Conhecimento** que o entrevistado possui do assunto (UNL, 2006b).

#### 4.2.2. Processo Participativo da Revisão de Oeiras XXI

Foi promovido um conjunto de oito sessões de participação, duas internas de reflexão aos quadros da autarquia e seis temáticas, destinadas a captar as aspirações dos cidadãos e de todos os outros actores de desenvolvimento; a identificar as prioridades sentidas pela comunidade local e a explorar pistas e oportunidades futuras.

O processo participativo foi facilitado por uma equipa técnica do CIVITAS/DCEA/FCT/UNL, coordenada pelo Prof. Doutor João Farinha. A autora esteve envolvida directamente no processo de revisão de Oeiras XXI não só na elaboração de documentos como também na preparação e facilitação das sessões de participação.

##### > Sessões Internas aos Quadros Internos da Autarquia

O processo participativo para a revisão de Oeiras XXI iniciou-se internamente com duas sessões onde membros do executivo municipal, directores de departamento, chefes de divisão e outros quadros técnicos envolvidos no processo da Agenda 21 Local foram convidados a reflectir sobre os Objectivos Estratégicos e o Modelo Territorial Sustentável adoptado no Oeiras XXI. Apresenta-se de seguida uma síntese das duas sessões internas:

29 Setembro 2006



**Participantes:** 60

**Objectivos:** Identificação de novas dinâmicas emergentes que poderão condicionar de forma estratégica o desenvolvimento de Oeiras. Estas deveriam incidir em cada um dos cinco vectores estratégicos (UNL, 2006a).

30 Outubro 2006



**Participantes:** 40

**Objectivos:** Identificação de Oportunidades e Ameaças ao Desenvolvimento de Oeiras; Geração de Ideias Inovadoras e Estratégicas para garantir “Oeiras na Liderança do Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida”; Identificação de características/ atributos do novo Modelo Territorial (UNL, 2006c).

##### > Sessões Temáticas por Vector Estratégico

De forma a envolver activamente a comunidade local no processo de revisão de Oeiras XXI realizaram-se cinco sessões temáticas de participação pública dedicadas à reflexão sobre cada um dos Vectores de Intervenção Estratégica. Estes tiveram lugar no Auditório da

Estação Agronómica Nacional e contaram com a presença de diversos agentes da sociedade civil (cidadãos, empresários, associações locais, comunicação social), autarcas e quadros técnicos da administração local. Apresenta-se de seguida uma síntese das cinco sessões de participação temáticas:

#### Sistema Ambiental – OEIRAS Verde e Amiga do Ambiente (UNL, 2006d)

23 Novembro 2006



**Participantes:** 100

**Temas analisados:** Comportamento e Educação Ambiental dos Cidadãos; Utilização Eficiente da Energia e Energias Alternativas; Ordenamento do Território e Planeamento Urbano; Linhas de Água; Transporte Públicos e Mobilidade Sustentável; Vigilância e Fiscalização Ambiental

**Resultados:** 21 Ideias de Projectos Estratégicos

#### Sistema Sócio-Cultural – OEIRAS Solidária, Segura e Multicultural (UNL, 2006e)

14 Dezembro 2006



**Participantes:** 40

**Temas analisados:** Combate à Exclusão Social, Pobreza e Marginalidade; Apoio à Educação, Requalificação Profissional, Qualidade dos Equipamentos de Ensino e Acesso ao Emprego; Apoio à População Idosa e a Doentes Dependentes; Acesso aos Cuidados de Saúde e a Equipamentos de Saúde de Qualidade; Planeamento para a Inclusão

**Resultados:** 10 Ideias de Projectos Estratégicos

#### Vector Económico – OEIRAS Inovação, Conhecimento e Desenvolvimento (UNL, 2007a)

25 Janeiro 2007



**Participantes:** 60

**Temas analisados:** Competitividade e Eficiência do Território; Inovação e Eficiência da Autarquia; Lugar dos Jovens no Futuro do Concelho; Ciência e Tecnologia; Inovação e Conhecimento.

**Resultados:** 43 Ideias de Projectos Estratégicos

#### Vector Governação e Participação – OEIRAS Cidade da Boa Governação e Participação (UNL, 2007b)

23 Fevereiro 2007



**Participantes:** 50

**Temas analisados:** Como aumentar a capacidade institucional da autarquia; Como aumentar a cidadania.

**Resultados:** 33 Ideias dos Quadros Internos da Autarquia e 74 Ideias da Sociedade Civil



### Vector Estrutura Urbana – OEIRAS Território Ordenado e Sustentável (UNL, 2007c)

29 Março 2007



**Participantes:** 60

**Temas analisados:** Sistema Natural a Preservar; Locais Públicos de Lazer e Convívio; Locais para Residir; Percursos para articular Actividades Complementares; Elementos Únicos e Distintivos do Concelho de Oeiras.

**Resultados:** 13 Projectos Estruturantes

### > Sessão Global para Discussão da Proposta

Os resultados das sessões participativas anteriores e da avaliação de Oeiras XXI foram compilados com a análise da informação disponível sobre as dinâmicas do concelho e sobre os planos e projectos camarários existentes e apresentados numa sessão global. Realizada na Associação Empresarial da Região de Lisboa (AERLIS) em Oeiras, esta sessão global pretendeu discutir a proposta para a nova Agenda 21 Local para Oeiras: **OEIRAS 21+**. Apresenta-se de seguida uma síntese da sessão:

21 Junho 2007



**Participantes:** 80

**Objectivos:** Reflexão sobre a Visão Territorial de Oeiras – Modelo Territorial do Oeiras XXI Revisto e a Visão de Qualidade de Vida no Dia-a-Dia em 2020; Apresentação e Debate dos 10 Projectos Motores Centrais na Estratégia de Intervenção e Identificação de Acções Pivot para a concretização dos Projectos (UNL, 2007d).

O processo participativo da revisão de Oeiras XXI contou com a colaboração e envolvimento de cerca de meio milhar de pessoas contribuindo para a prossecução da boa governação local e da capacidade de participação da população na vida da comunidade, um dos grandes objectivos da Agenda 21 Local de Oeiras.

Ao longo das sessões participativas foram sendo constituídos de forma voluntária grupos de acompanhamento e debate, que integram o Banco de Voluntários (Figura 4.2), uma das iniciativas de Oeiras 21+ que visa promover o progressivo envolvimento da comunidade local nos projectos e acções da Agenda 21 Local de Oeiras.



Figura 4.2: Adesão dos participantes aos grupos de acompanhamento.

### 4.3. Oeiras 21+: Agenda da Sustentabilidade para Oeiras

Após um conjunto de estudos de avaliação e de sessões participativas internas e externas veio a ser aprovada em Março de 2008 a nova Agenda 21 Local de Oeiras, “Oeiras 21+”, contendo a proposta de Agenda da Sustentabilidade para Oeiras de 2008 a 2013. Oeiras 21+ propõe um conjunto de acções que articulam e materializam os diversos planos, projectos e instrumentos já existentes, consubstanciando a visão para Oeiras em 2020 como *“a de um território de elevada qualidade, com uma comunidade económica inclusiva e de grande dinamismo, utilizando racionalmente todos os recursos naturais, uma população exigente, moderna, envolvida e feliz pelas oportunidades de prazer e desenvolvimento que encontra no seu concelho de residência”* (CMO, 2008a).



A nova Agenda 21 Local de Oeiras, sob o lema *“Consigo, para si, por nós”*, é concretizada através de 10 Projectos Motores, arquitectados em torno de temas e de espaços territoriais considerados de importância estratégica para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho (CMO, 2008a):

- 1 - Mega-Parque Verde;
- 2 - Vales Verdes das Ribeiras;
- 3 - Vidas Seniores de Excelência;
- 4 - Escolas, Empresas e Empreendedorismo;
- 5 - Bairro 21;
- 6 - Alternativas de Mobilidade;
- 7 - Energia, Economia e Qualidade de Vida;
- 8 - Orla Ribeirinha - entre o Estuário e o Território;
- 9 - Excelência Urbana;
- 10 - Melhor Governância, Mais Cidadania.

Por cada um destes Projectos Motores são identificadas, sob a forma de uma ficha, as acções previstas ou em curso na CMO, as acções de Oeiras XXI e as acções propostas no âmbito da revisão do mesmo. São ainda identificados os potenciais parceiros para a sua execução, os voluntários e indicadores de execução e impacte.

A implementação das acções previstas na proposta Oeiras 21+ passa por ancorar o processo no interior da autarquia, principal entidade responsável pela promoção das acções/projectos propostos. Com este fim foi constituído um “Grupo Oeiras 21+” com técnicos superiores dos diversos departamentos da autarquia responsáveis pelo acompanhamento e avaliação da Agenda 21 Local de Oeiras. De forma a aumentar a capacitação institucional da autarquia para as questões da sustentabilidade e da A21L, o “Grupo Oeiras 21+” frequenta desde em Maio de 2008 o Curso de Pós-Graduação em “Desenvolvimento Sustentável e

Agenda 21 Local”. São 500 horas de formação teórica e prática, em horário laboral e ao longo de um ano, aplicadas ao desenvolvimento de planos de acção e documentos necessários à implementação da Agenda 21 Local de Oeiras. Esta iniciativa resultou de uma parceria entre a Câmara Municipal e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, que integra este curso na sua oferta de formação Pós-Graduada e assegura a sua coordenação científica e pedagógica.

#### 4.3.1. Projecto Motor: Bairro 21

Para a presente dissertação importa destacar o Projecto Motor “Bairro 21”, que encerra o objectivo central de descentralizar a Agenda 21 Local e apoiar núcleos locais de bairro. Este projecto pretende reforçar a via para o desenvolvimento sustentável local através da dinamização de redes de colaboração no interior da comunidade, mobilizando as Juntas de Freguesia, as Associações de Moradores, as Associações Cívicas e Ambientais e os Cidadãos na dinamização do voluntariado e da cidadania activa.

O Projecto Motor “Bairro 21” foi o tema de impulso para a realização do primeiro Fórum Oeiras 21+, uma das iniciativas previstas para a promoção da nova Agenda 21 Local. Como bairro-piloto seleccionou-se Nova Oeiras, escolha motivada pela vontade expressa da Associação de Moradores de Nova Oeiras (AMNO) que, numa sessão participativa de revisão de Oeiras XXI, propôs este Bairro para ensaio do projecto motor “Bairro 21”.

O Fórum Oeiras 21+ dedicado ao tema “Nova Oeiras – Bairro 21” teve lugar no dia 31 Maio de 2008 no Centro Paroquial de Nova Oeiras numa organização conjunta entre a Câmara Municipal de Oeiras, através do Gabinete de Desenvolvimento Municipal (GDM), a Junta de Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra e a AMNO. Não obstante os resultados do fórum esta organização partilhada reforçou as relações institucionais e demonstrou a capacidade das mesmas no desenvolvimento de dinâmicas positivas em prol de um objectivo comum.



Figura 4.3: Exemplo do material publicitário do Fórum Oeiras 21+.



O Fórum Oeiras 21+ pretendeu, através de diversas actividades, incentivar os moradores do Bairro de Nova Oeiras a observar e a reflectir sobre os principais problemas e oportunidades do Bairro.

A par de um atelier e de actividades desportivas para crianças, os participantes puderam realizar um Percurso de Observação do Bairro (Figura 4.4), acompanhados por técnicos do Gabinete de Apoio Local de Nova Oeiras (GALNOV/CMO) e da Associação de Moradores. Uma oportunidade para conhecerem melhor o local onde residem e para avaliarem, por si próprios, os aspectos positivos e os desafios que se colocam ao bairro nas várias vertentes do Desenvolvimento Sustentável: Território; Ambiente; Economia e Inovação; Comunidade; Governância. Os participantes podiam registar as suas considerações numa ficha própria ao longo do percurso pré-definido e testado pelos formandos do Curso de Pós-Graduação em “Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Local”.



Figura 4.4: Percurso de Observação.

Como observadora de um dos grupos que efectuou o percurso, a autora constatou que as observações dos participantes cingiram-se, essencialmente, aos aspectos que têm um maior e directo impacto no seu dia-a-dia: o espaço público pelo reperfilamento das vias e passeios, a regularização do estacionamento e o reforço da iluminação; os espaços verdes com criação de zonas de recreio e lazer; os resíduos e a limpeza pela disponibilização de um maior número de ecopontos, entre outros.



Figura 4.5: Imagens dos Participantes no Percurso de Observação pelo Bairro Nova Oeiras.<sup>28</sup>

<sup>28</sup> Fotos da autoria do próprio.

Os contributos dos participantes e das entidades intervenientes encontram-se registados detalhadamente no relatório do Fórum Oeiras 21+ onde é possível igualmente consultar as perspectivas futuras que passam, numa primeira fase, por aumentar e melhorar a informação disponível no Bairro sobre os temas e situações identificadas pelos participantes; e numa segunda fase pelo desenvolvimento de planos de acção com vista à implementação da Agenda 21 no Bairro de Nova Oeiras.

Apesar de se propor no referido relatório um trabalho articulado entre as diferentes entidades na promoção de futuras acções/ projectos, a proposta remete para a acção de cada uma individualmente dentro dos seus planos de actividades. Neste sentido, é propósito da presente dissertação defender que as acções/ projectos de Agenda 21 deverão ser implementados de forma articulada mas acordada numa base organizativa como exposto no capítulo seguinte.

De forma a envolver a comunidade escolar a organização do Fórum Oeiras 21+ convidou as escolas localizadas no Bairro de Nova Oeiras, e na sua envolvente, a realizarem e a exporem trabalhos que reflectissem o conhecimento, as expectativas e os desejos das crianças para o Bairro (Figura 4.6). A forte adesão e o empenho das crianças neste desafio merecem notoriedade na presente dissertação como elogio à participação e ao exercício de cidadania dos mais novos.



Figura 4.6: Trabalhos efectuados pelos alunos do Colégio A Praceta (Direita) e pelo Externato Nova Oeiras (Esquerda).<sup>29</sup>

Alguns dos desejos enunciados pelas crianças são de fácil e económica execução pelo que uma resposta positiva e breve da autarquia resulta num forte incentivo ao acréscimo da participação cívica no futuro. O entendimento desta realidade levou a Câmara Municipal de Oeiras a providenciar um bebedouro para a Praceta da Alameda Conde de Oeiras, um dos desejos dos alunos do Colégio A Praceta.

<sup>29</sup> Fotos da autoria do próprio.

## 5. PROJECTO-PILOTO: CENTRO XXI DE NOVA OEIRAS

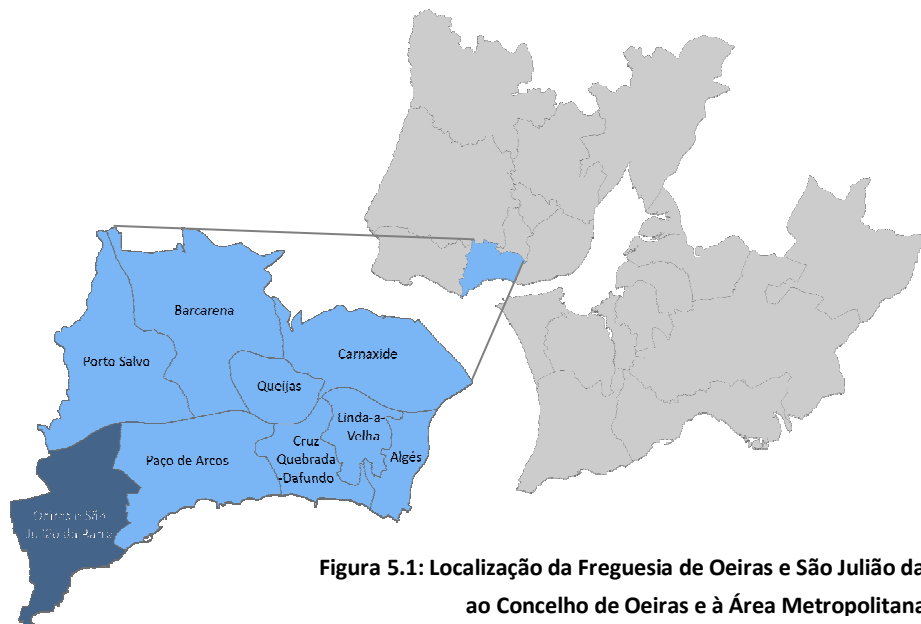
### 5.1. O Bairro de Nova Oeiras

*“Nova Oeiras pode considerar-se um oásis no concelho de Oeiras. Este é o local onde moramos. Um local único que tem de ser reavaliado, preservado e revitalizado. Nova Oeiras merece que, daqui a uns anos, as gerações vindouras herdem um património valorizado que só nós lhes podemos legar.”*

*Associação de Moradores de Nova Oeiras*

#### 5.1.1. Localização e Resenha Histórica

O Bairro de Nova Oeiras localiza-se no extremo Oeste da Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, uma das dez freguesias do Concelho de Oeiras, parte integrante da Região de Lisboa e Vale do Tejo e da Área Metropolitana de Lisboa (Figura 5.1). É limitado a Norte pela Estação Agronómica Nacional, a Sul pela linha de caminho-de-ferro (Linha de Cascais), a Este pelo lugar de Oeiras e Santo Amaro e a Oeste pelo Concelho de Cascais.



**Figura 5.1: Localização da Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra face ao Concelho de Oeiras e à Área Metropolitana de Lisboa.**

As notáveis condições das moradias unifamiliares e dos edifícios, a excelente posição geográfica e de acessos a Lisboa e a outros municípios, a proximidade à frente ribeirinha e os espaços verdes e amplos fazem do Bairro Nova Oeiras um lugar apazível para morar. Uma ilha que manteve uma harmonia entre o espaço construído e o espaço verde num território denso de urbanizações, permanecendo ileso à forte pressão urbanística dos anos 70 e 80.

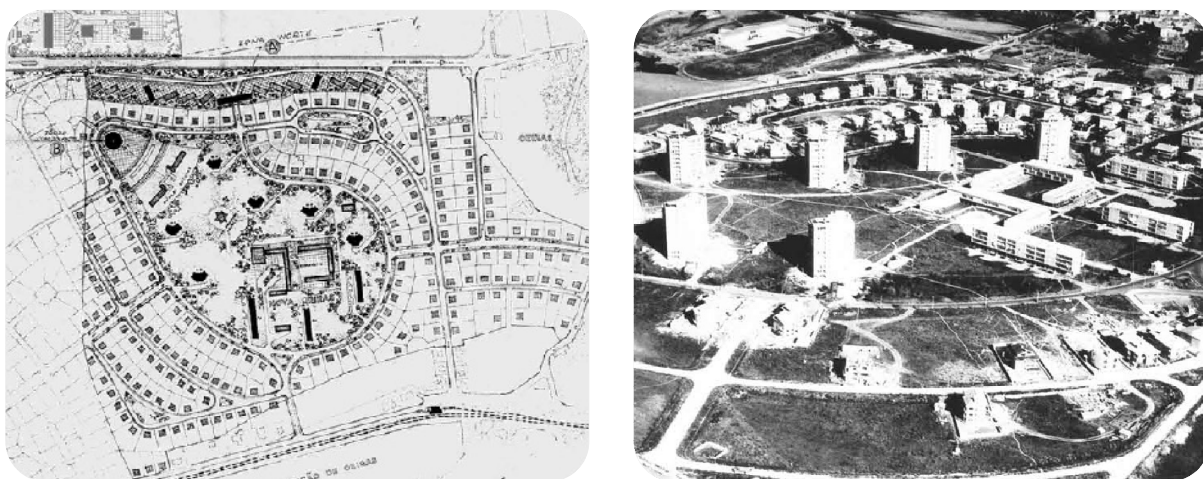
Com uma área de 0,62 km<sup>2</sup> e uma densidade populacional em 2001 de 3062 hab/km<sup>2</sup> o Bairro de Nova Oeiras apresenta características conceptuais e territoriais únicas que o identificam e o diferenciam dos restantes bairros, não só do Concelho de Oeiras como do País. A informação relativa ao Bairro de Nova Oeiras foi gentilmente cedida pelo GALNOV, pela AMNO e pelo Centro de Documentação e Informação da CMO.



## > Origem da Urbanização de Nova Oeiras

O concelho de Oeiras pelas suas excelentes condições naturais, nomeadamente a qualidade de solos para produção agrícola beneficiados por uma imensa disponibilidade de água das diversas ribeiras existentes (de Algés, Barcarena, Porto Salvo e Laje) e rios (Trancão e Tejo), foi, ao longo dos séculos XVII e XVIII, um local de enorme produção agrícola consumada em grandiosas quintas. Destas destaca-se a Quinta dos Marqueses de Pombal, uma área com cerca de 400 ha, onde se incluía o Palácio do Marquês, seus jardins e um vasto terreno agrícola, propriedade de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e 1º Conde de Oeiras (Rocha, 2002).

Em 1939, Arthur Brandão (1876-1960) adquiriu ao então marquês de Pombal o palácio e jardins adjacentes, bem como o conjunto das quintas pertencentes à casa de Pombal, entre elas a Quinta de Cima e a Quinta de Baixo. A Quinta de Cima, com 130 hectares, foi vendida ao Estado em 1961 e entregue à Estação Agronómica Nacional, sendo por esta ocupada em 1966. A Quinta de Baixo foi subdividida. O palácio e jardins foram habitação de Arthur Brandão até serem alienados, em 1961, à Fundação Calouste Gulbenkian. Estes são actualmente propriedade da Câmara Municipal de Oeiras. As terras de cultivo, essencialmente vinha, foram alienadas nos anos 40 à Sociedade Nova Oeiras, Lda., constituída em 1941 com o objectivo específico de promover a urbanização dos terrenos. (AMNO, s.d).



**Figura 5.2: Plano de Nova Oeiras 1968 (Esquerda) e Nova Oeiras nos finais dos anos 60 (Direita).**

(Fonte: Cedido pelo GALNOV do Catálogo da Exposição “Luís Cristino da Silva Arquitecto”, Fundação Calouste Gulbenkian – CAM, Lisboa, 1998)

O conjunto urbano de Nova Oeiras começou como Plano da Unidade Residencial de Nova Oeiras em 1953 tendo sido edificado entre os anos de 1955 e 1962 (Fernandes, 2000). Encarregou-se do plano geral o experiente Arquitecto Luís Cristino da Silva (1898-1976) que contou como distintos colaboradores os Arquitectos Pedro Falcão e Cunha e C. Palma de Melo. O enquadramento paisagístico foi elaborado pelos jovens Arquitectos Paisagistas Gonçalo Ribeiro Teles e Edgar Sampaio Fontes. (Miranda, 2003a).

## > Características Distintivas do Bairro de Nova Oeiras

O Bairro de Nova Oeiras constitui um conjunto urbano de excelência, influenciado pelas tendências renovadoras do modernismo arquitectónico e urbanístico, baseadas nas concepções de Le Corbusier e definidas na Carta de Atenas (1933), que propunham espaços humanizados assentes em “cidades-jardim” (AMNO, s.d).

As características que o notabilizaram já eram assinaláveis na imprensa escrita dos anos 60:

O Século, 13 Agosto 1964: *“A pequena cidade de Nova Oeiras implantada numa das mais belas e aprazíveis zonas da Costa do Sol é um modelo pelo seu carácter urbanístico, ao mesmo tempo funcional e encantador.”; “(...) a mais bela das cidades-satélites de Lisboa.”*

Jornal do Comércio, 22 Outubro 1964: *“(...) num empreendimento de tanta grandeza, ficou assegurada a instalação de um Centro Comercial. É um modelo no género, à volta de um encantador jardim.”; “Outra grande e bela realização é a estalagem (...) obra meritória e de assinalado valor turístico nacional (...)”*

O Século, 14 Abril 1965: *“A Nova Oeiras é um modelo de urbanização no concelho e no País.”*

O Século, 31 Maio 1965: *“É um empreendimento que só à escala europeia pode e deve ser considerado, pelas suas características singulares, em que a beleza serve o funcional e a arte engradece o conforto (...). É o mais alto e forte padrão da valorização de um concelho (...)”*

Jornal do Comércio, 30 Outubro 1965: *“A nós, impressiona-nos mais do que tudo, a largueza da iniciativa, a confiança no futuro dos que a pensaram e executaram, levando até ao fim tão notável realização.”*

Fernandes (2000) expõe as características que tornam este conjunto urbanístico, paisagístico e arquitectónico garante de uma contínua e elevada qualidade de vida urbana durante mais de quatro décadas:

- Escala ampla e generosa de espaços, tanto públicos como privados, orientando os edifícios para a melhor exposição solar e climática;
- Extensas zonas verdes com percursos pedonais arborizados afastando os peões dos carros;
- Edifícios suficientemente afastados potenciando a privacidade de cada família;
- Blocos sobre “pilotis” permitindo o estacionamento de veículos no piso térreo;
- Amplas e luminosas varandas corridas e terraços bem expostos à luz.

Nova Oeiras desenvolve-se em torno da Alameda Conde de Oeiras, que constitui o eixo viário principal, assumindo a forma de uma “raqueta”, com ramificações secundárias de acesso aos edifícios limitando ainda o perímetro da zona verde central. Nesta predominam os caminhos pedonais sobre espaços ajardinados e arborizados.



De facto é esta zona verde central que distingue Nova Oeiras das restantes urbanizações da época. No seu planeamento persistiu um equilíbrio intencional entre o espaço construído e o espaço verde urbano. Esta vontade da sociedade promotora é confirmada pelo facto de cerca de 50% da área total da zona urbanizada ter sido destinada a arruamentos e a um amplo parque com zonas ajardinadas ("Nova Oeiras", 1965; Miranda, 2003b).



Figura 5.3 – Zona verde central e caminhos pedonais.<sup>30</sup>

O tecido edificado do núcleo do bairro compreende seis “torres” de planta triangular com dez pisos e três fogos por piso e três “blocos” de três andares assentes em “pilotis”. Constituindo uma cintura a este núcleo central existem cerca de 250 moradias unifamiliares com jardim privado.



Figura 5.4 – As Moradias que ladeiam a Alameda Conde de Oeiras com ciclovia (esquerda); as “Torres”(centro) e os “Blocos” assentes em “pilotis” (direita).<sup>30</sup>

De apoio a este conjunto habitacional existe o chamado “Centro Comercial”, um espaço colectivo no “coração” do núcleo com diversas lojas no piso térreo (ex. mini-mercado; cafés; talho; papelaria; correios; etc.) e habitação nos pisos superiores. A existência de uma galeria coberta que articula as diversas lojas permite aos utilizadores uma maior mobilidade e conforto conseguidos pelo reforço da iluminação, pela sombra e pelo abrigo da chuva.

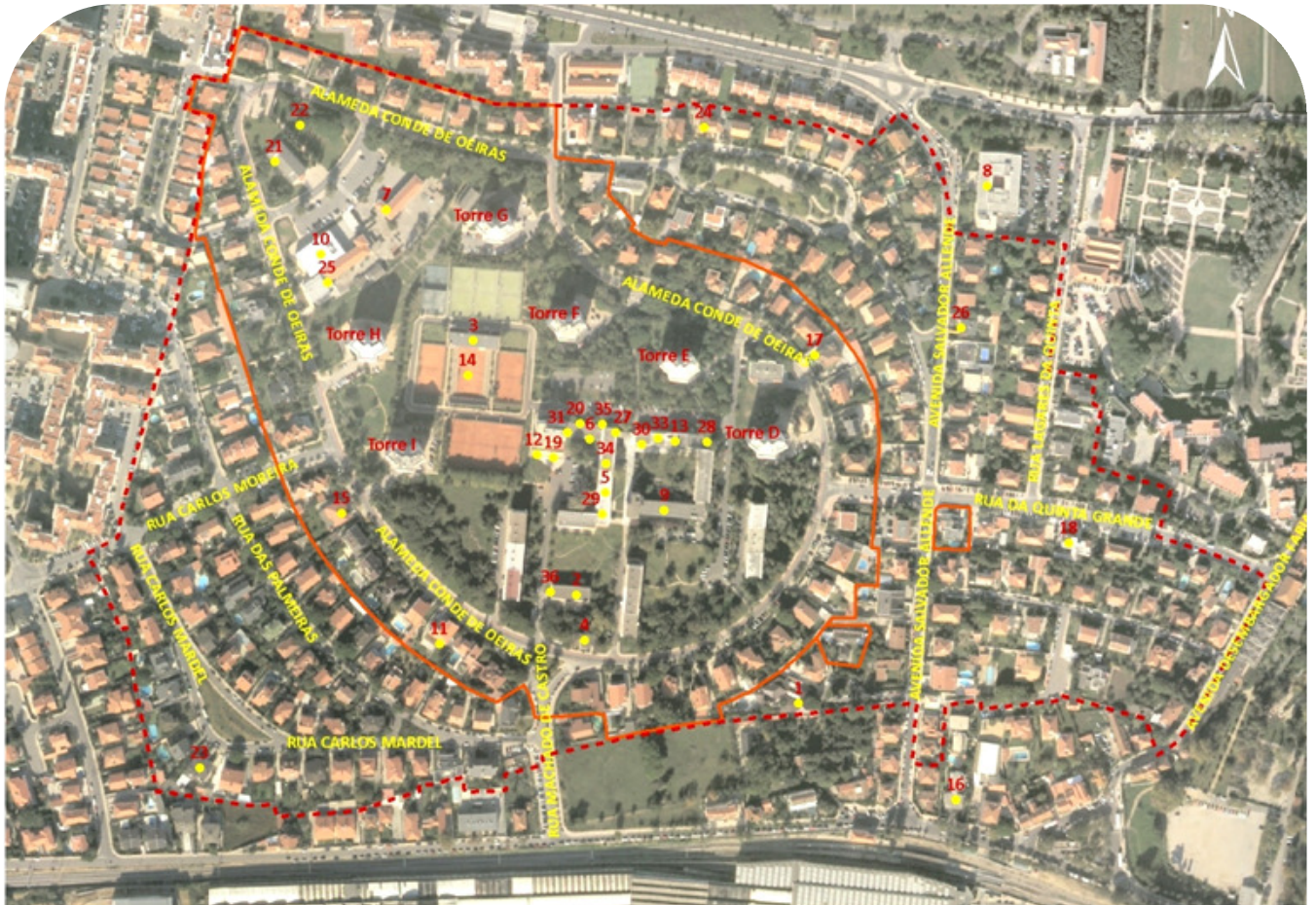


Figura 5.5 – “Centro Comercial” apoiado por uma galeria coberta.<sup>30</sup>

<sup>30</sup> Fotos da autoria do próprio.



A oferta de comércio e serviços concentra-se essencialmente nesta área (Figura 5.6), não obstante a oferta variada de equipamentos pré-escolares e outros localizados em moradias unifamiliares convertidas para o efeito. Este levantamento foi efectuado pela autora no dia 28 de Agosto de 2008.



### Legenda

- Limite da "Urbanização" Nova Oeiras

- ☐ "Raquete" Central e Faixa de Moradias da Alameda (Área Proposta para Classificação)

- |  |  |
|--|--|
| 1 - ACOESTE, Sociedade Imobiliária, Comércio e Indústria, SA                         | 19 - Forever Living Products                         |
| 2 - Basilaris II - Serviços e Consultadoria em Vendas, Marketing e Comunicação, Lda. | 20 - GALNOV  |
| 3 - Clube Escola de Ténis de Oeiras  | 21 - Igreja Paroquial de Nova Oeiras                 |
| 4 - C.M.O. - Secção dos Serviços de Higiene e Limpeza                                | 22 - Jardim de Santo António de Nova Oeiras          |
| 5 - Café O Papagaio  | 23 - Jardim Infantil Pré-Primária Mafalda (JI)       |
| 6 - Café Snack Bar   | 24 - Jardim Infantil A Praceta (JI)                  |
| 7 - Centro de Juventude  | 25 - Jardim Infantil nº 2 de Oeiras (JI)             |
| 8 - Centro de Saúde de Oeiras  | 26 - Lar Haja Deus - Centro de Recuperação e Repouso |
| 9 - Centro Nuno Belmar da Costa  | 27 - Lavandaria Limpeza a Seco                       |
| 10 - Centro Pastoral e Paroquial de Nova Oeiras                                      | 28 - Livraria - Papelaria                            |
| 11 - Clínica de Repouso Dr. Lopes Dos Santos   | 29 - Rodrigues & Filho, Lda                          |
| 12 - CONSULGAL, Consultores de Engenharia e Gestão, SA                               | 30 - Salão Trindade - Cabeleireiro de Homens         |
| 13 - Correios  | 31 - Sapateiro                                       |
| 14 - Courts de Ténis   | 32 - Sede Concelhia do Bloco de Esquerda             |
| 15 - Escola de Condução Armando Vítor  | 33 - Sinais do Século - Suportes Publicitários, Lda  |
| 16 - Escola Preparatória Princesa Isabel (EB1/JI)                                    | 34 - Supermercado Nova Oeiras                        |
| 17 - Externato Nova Oeiras (EB1/JI)  | 35 - Talho   |
| 18 - Externato O Balão Azul  | 36 - Til-Equipamentos e Técnicas de Embalagem Lda    |

**Figura 5.6: Equipamentos Coletivos, de Comércio e de Serviços existentes no Bairro de Nova Oeiras.**

Nas décadas que se seguiram e em acréscimo ao projecto inicial foram construídas novas infra-estruturas como o CETO (Clube Escola de Ténis de Oeiras); a Igreja de Santo António; o Centro Paroquial e as Capelas Mortuárias; e uma escola secundária, actualmente Centro de Juventude de Oeiras. Em 1982, a Estalagem Nova Oeiras, que integrava o Centro Comercial, foi adquirida pela Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral que nela instalou o Centro Nuno Belmar da Costa (AMNO, s.d).<sup>31</sup>



Figura 5.7 – Centro Nuno Belmar da Costa, antiga Estalagem.

### > Regulamento e Classificação do Bairro Residencial de Nova Oeiras

A Câmara Municipal de Oeiras (CMO) com vista à protecção, preservação e conservação do conjunto arquitectónico, urbanístico e paisagístico do Bairro Nova Oeiras encomendou ao Arquitecto José Manuel Fernandes, após este ter publicado um artigo sobre o Bairro de Nova Oeiras no Jornal Expresso de 1 de Abril de 2000, uma Proposta de Caracterização, Regulamento e Classificação do Bairro Residencial de Nova Oeiras. Esta proposta, que seguiu a Carta de Cracóvia 2000 (Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído) ficou concluída em 2001 e orientou a constituição em 2003 do **Gabinete de Apoio Local de Nova Oeiras (GALNOV)**, sob a alçada da Direcção Municipal de Planeamento, Urbanismo e Habitação da CMO. O GALNOV tem sede numa das lojas da zona comercial do Bairro e oferece atendimento quinzenal a todos os moradores.<sup>32</sup>

Com a coordenação dos Arquitectos José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro o GALNOV faz o acompanhamento, implementação e divulgação dos procedimentos junto dos proprietários e inquilinos em obras de manutenção e alteração dos edifícios, nomeadamente na edificação de marquises nas “torres” e “blocos”. O GALNOV é ainda responsável, em conjunto com os serviços da CMO, pela produção de estudos, avaliação de projectos e acompanhamento de obras de requalificação do Bairro das quais se destacam a recuperação das galerias e o espaço público do átrio comercial; os arranjos exteriores e estacionamento de algumas das “torres”; o percurso para utentes de mobilidade reduzida, entre outras.

A Proposta de Regulamento do Bairro Residencial de Nova Oeiras prevê que todas as obras de manutenção ou alteração devam constituir uma oportunidade para a recuperação dos materiais, cores e pormenores originais. Aos proprietários é permitida a alteração de

<sup>31</sup> Foto da autoria do próprio.

<sup>32</sup> Informação recebida dos Arquitectos José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro em entrevista realizada no dia 1 Julho de 2008 nas instalações do GALNOV.



fachadas através do fecho das varandas, devendo no entanto ser respeitado e reintroduzido o conceito aplicado originalmente ao conjunto dos edifícios do Bairro Residencial de Nova Oeiras (GALNOV, s.d). Para tal o GALNOV informa e disponibiliza a todos que o desejem o “Regulamento e Esquema Gráfico para Edificação de Marquises nas Torres e Blocos do Bairro” de forma a orientar os proprietários na escolha adequada dos materiais, cores, etc.

De forma a incentivar os moradores, em 2007/2008, foi aprovada e lançada a primeira edição do prémio RENOV, um reconhecimento municipal aos proprietários que executem de forma correcta e exemplar os restauros e recuperações conforme o regulamento.



Figura 5.8 – 1º Prémio RENOV atribuído ao Bloco A.

Estes esforços visam manter a qualidade estética, construtiva e funcional do Bairro de Nova Oeiras na perspectiva da salvaguarda e preservação deste conjunto arquitectónico, urbanístico e paisagístico com vista à classificação do mesmo a Património Municipal - Valor Concelhio ou Imóvel de Interesse Público. Para tal encontra-se em elaboração na CMO o Plano de Pormenor do Bairro Residencial de Nova Oeiras que tem como objectivo a sua Regulamentação e Classificação.

A área objecto de classificação apenas inclui o interior da “raqueta”, a primeira faixa de moradias unifamiliares ao redor da mesma e três moradias de qualificada arquitectura (Figura 5.9).

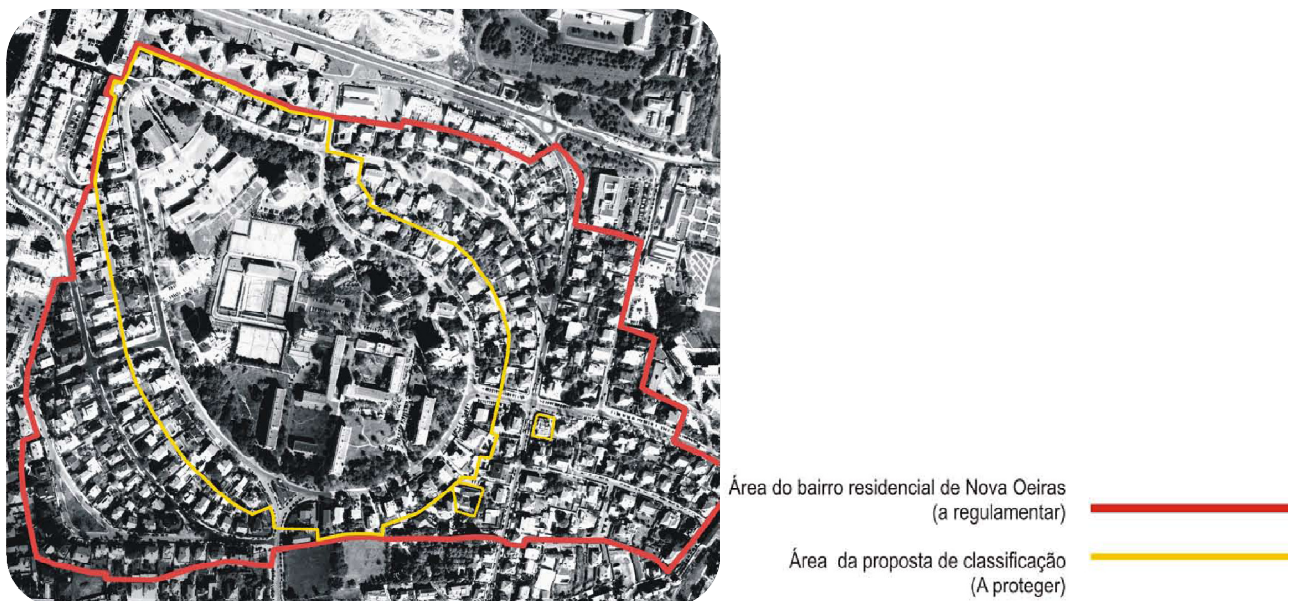


Figura 5.9 – Limites da área do Bairro Nova Oeiras a regulamentar e da área proposta para classificação.

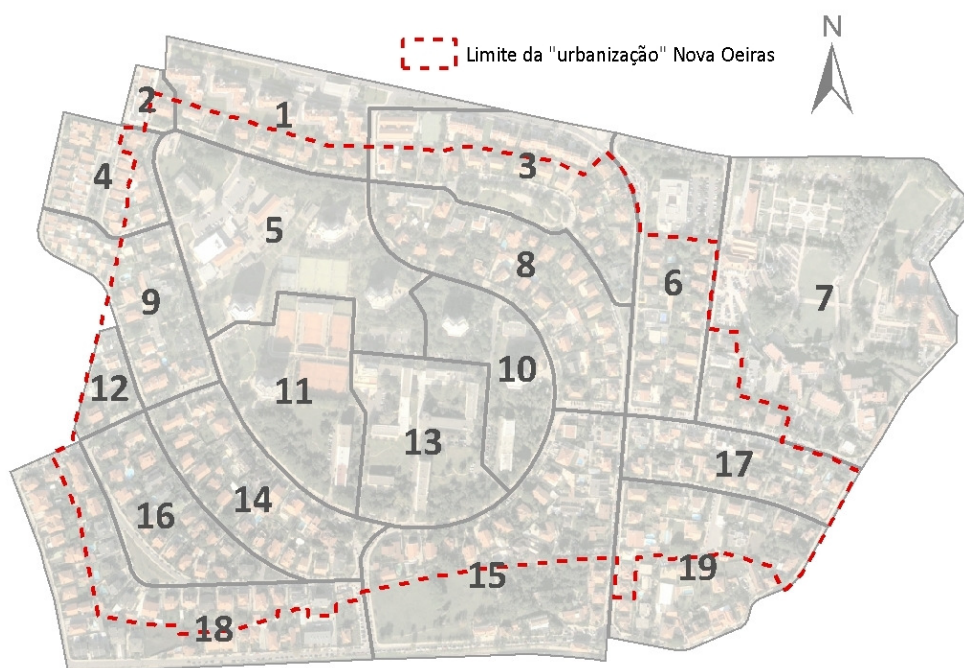
(Fonte: GALNOV, s.d)

### 5.1.2. Caracterização Sócio-Económica do Bairro de Nova Oeiras

A análise de informação estatística de pequenas áreas, como é o caso do Bairro de Nova Oeiras, torna-se exequível recorrendo à Base Geográfica de Referenciação Espacial (BGRE) e à Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRI) do Instituto Nacional de Estatística onde estão disponíveis os dados referentes aos Censos de 1991 e de 2001 respectivamente.

Para além da divisão administrativa (Freguesia, Concelho e Distrito) e dos vários níveis da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS III, NUTS II e NUTS I), a BGRI é constituída, entre outras unidades, pelas Subsecções Estatísticas. Estas constituem o nível máximo de desagregação de estrutura poligonal, correspondendo ao quarteirão em termos urbanos, sempre que tal signifique a possibilidade da delimitação ser efectuada com base nos arruamentos ou no limite do aglomerado (Geirinhas, 2001).

O Bairro de Nova Oeiras estrutura-se em 19 subsecções estatísticas, distribuídas de acordo com a figura seguinte. Realça-se que a informação associada às subsecções estatísticas fronteiras ao limite da “urbanização” Nova Oeiras é ponderada, tendo sido excluídas da análise dos resultados.



**Figura 5.10: Representação das Subsecções do Bairro de Nova Oeiras.**

(Fonte: BGRI, 2001)

Face ao desejo da Associação de Moradores do Bairro de Nova Oeiras em possuir uma caracterização do Bairro<sup>33</sup> optou-se por detalhar, dentro do possível, o presente capítulo. Os gráficos foram feitos no Microsoft Office Excel 2007 com base nos dados da BGRE e BGRI<sup>34</sup> e os mapas no ArcGis 9.2.

<sup>33</sup> Referido pela presidente da Associação de Moradores de Nova Oeiras em Entrevista no dia 1 de Julho de 2008.

<sup>34</sup> Gentilmente disponibilizada pelo GDM/CMO.

## Dinâmica Populacional

Caracterização da população residente no Bairro de Nova Oeiras segundo a sua Evolução; a Estrutura Etária com os Índices de Envelhecimento e Dependências; a Dimensão Média das Famílias e as Habilitações Literárias.



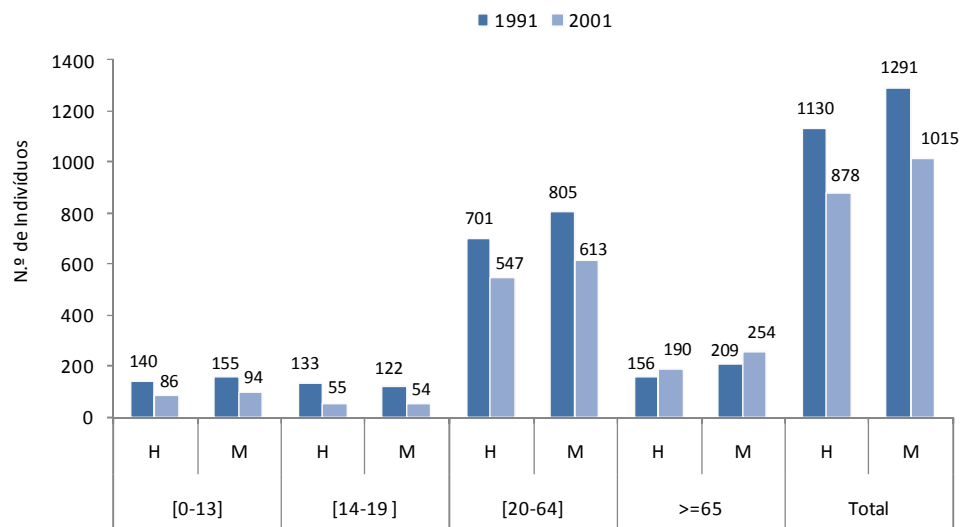
### > Evolução da População Residente

A população residente no Bairro de Nova Oeiras era, em 2001, de 1893 indivíduos representando, respectivamente, 5,43% e 1,17% da população residente na Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra e no Concelho de Oeiras.

**Tabela 5-I: Evolução da População Residente (CMO, 2005).**

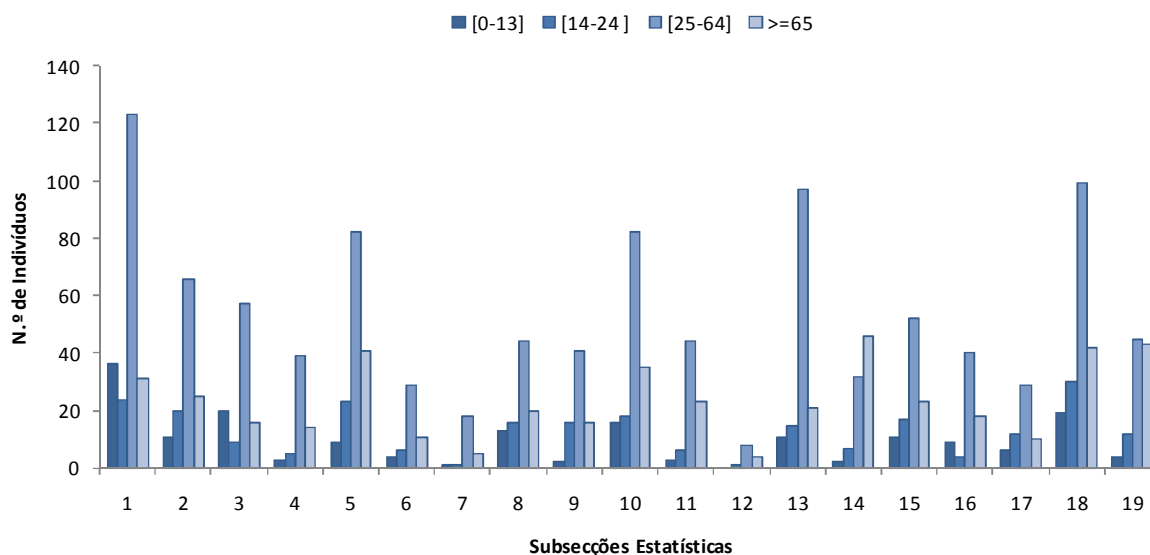
Área Territorial	População 1991	População 2001	t.c.a.m (%)
Concelho de Oeiras	151342	162128	0,69
Freguesia de Oeiras e S.J. Barra	32751	34851	0,62
Bairro de Nova Oeiras	2421	1893	-2,43

Como se pode observar na figura 5.11, o Bairro de Nova Oeiras registou na última década intercensitária um decréscimo populacional de cerca de 528 indivíduos que se caracteriza por uma taxa de crescimento anual média (t.c.a.m) de -2,43%. Esta perda de vigor demográfico poder-se-á justificar com o envelhecimento natural da população do Bairro e pelo aparecimento de novas áreas urbanas especialmente nas freguesias mais afastadas do litoral concelhio, Barcarena e Porto Salvo, em detrimento de uma perda de vigor demográfico nos povoamentos mais antigos como Oeiras e Cruz Quebrada/ Dafundo (CMO, 2005).



**Figura 5.11: Evolução da População Residente no Bairro de Nova Oeiras segundo Grupos Etários e Género.**

Quanto à distribuição da população residente no Bairro de Nova Oeiras (Figura 5.12) destaca-se uma maior incidência da população activa dos 25 aos 64 anos, com cerca de 1027 indivíduos, nas subsecções estatísticas 13, associada aos blocos residenciais, e nas 5 e 10, associadas às torres. Segue-se a população idosa, com aproximadamente 444 indivíduos, que residem preferencialmente nas zonas de moradias, nomeadamente junto à Alameda Conde de Oeiras (subsecção 14).



**Figura 5.12: Distribuição da População Residente em 2001 segundo Grupos Etários.**

### > Estrutura Etária

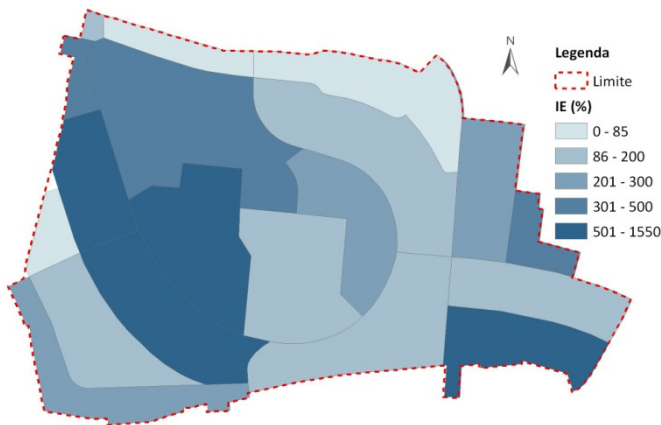
Na análise à estrutura etária do Bairro de Nova Oeiras registam-se, entre 1991 e 2001, ligeiros decréscimos no peso dos jovens e dos adultos e um acréscimo no peso dos idosos. Esta situação é igualmente traduzida pelo aumento do Índice de Envelhecimento (84%), passando de cerca de 124 idosos por cada 100 jovens em 1991 para 228 em 2001 (Tabela 5-II).

**Tabela 5-II: Índices de Envelhecimento e Dependências no Bairro de Nova Oeiras.**

Índices (%)	1991	2001	Variação 91/01 (%)
Índice de Envelhecimento	123,7	227,7	84,0
Índice de Dependência dos Jovens	16,8	15,6	-7,2
Índice de Dependência dos Idosos	20,7	35,4	70,8
Índice de Dependência Total	37,5	51,0	36,0



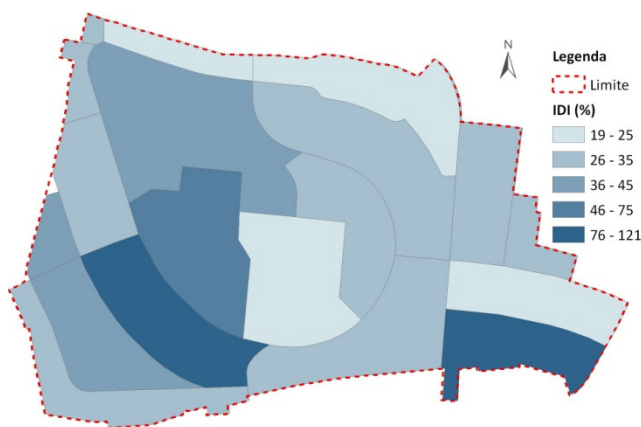
Os Índices de Dependência testemunham este duplo envelhecimento da população de Nova Oeiras com o natural aumento da dependência dos idosos (70,8%) e a diminuição, ainda que ligeira, da dependência dos jovens (-7,2%) assinalada sobretudo pelo decréscimo de jovens da faixa etária dos 14 aos 19 anos (Figura 5.11). Como consequência o Índice de Dependência Total (Figura 5.16), que relaciona a população considerada inactiva ou dependente com a população considerada activa, em 2001 situou-se em 51%, valor ligeiramente superior à média nacional (48,1%).



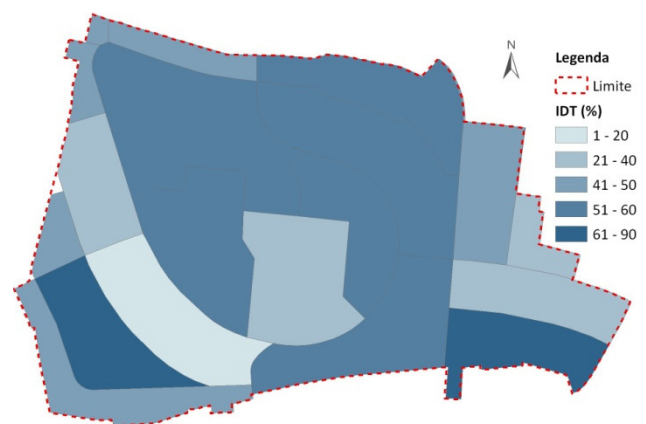
**Figura 5.13: Índice de Envelhecimento.**



**Figura 5.14: Índice de Dependência de Jovens.**



**Figura 5.15: Índice de Dependência de Idosos.**



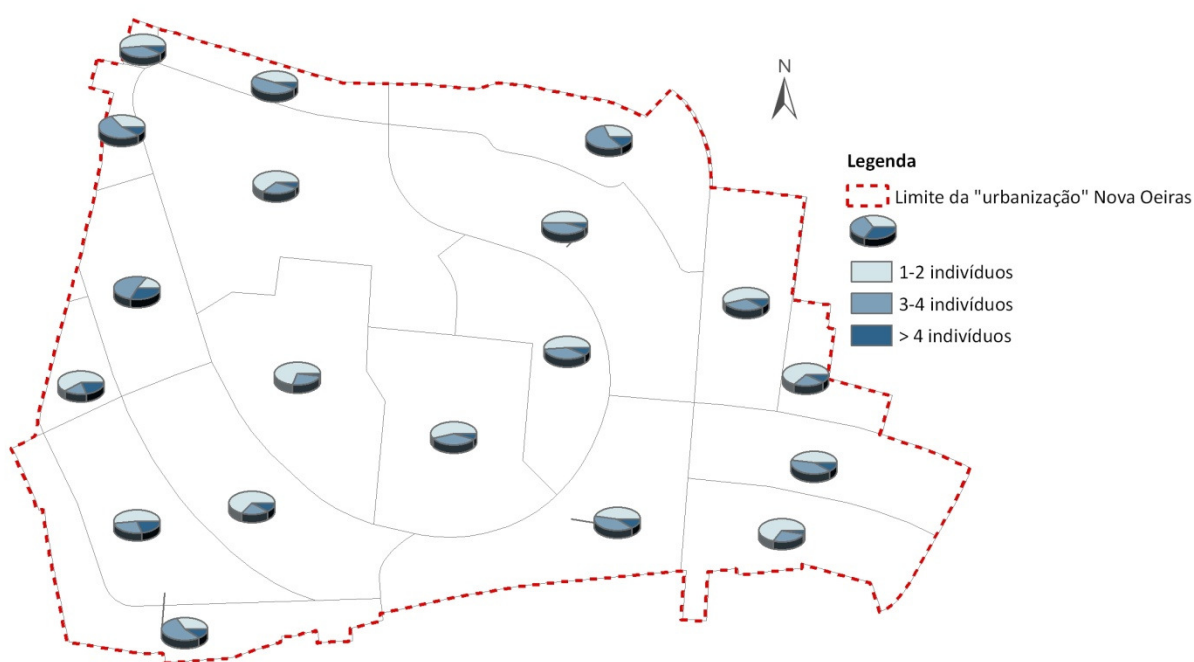
**Figura 5.16: Índice de Dependência Total.**

Quanto ao cálculo dos índices demográficos pelas subsecções estatísticas confirma-se um maior Índice de Envelhecimento (Figura 5.13) e de Dependência de Idosos (Figura 5.15) na zona das moradias unifamiliares ao redor da Alameda Conde de Oeiras, subsecção 14, e na subsecção 19. A maior acessibilidade conseguida pela ausência de obstáculos, como as escadas e os elevadores, justificam uma maior preferência dos idosos pelas moradias não obstante o facto de residir uma significativa percentagem de idosos nas torres F, G, H e I (subsecções estatísticas 5 e 11).



### > Dimensão Média das Famílias

Os efeitos do decréscimo populacional e do peso dos jovens e dos adultos com acréscimo do peso dos idosos, já referidos anteriormente, reflectem-se na estrutura familiar com influência directa na dimensão média das famílias. No Bairro de Nova Oeiras registaram-se em 2001 a residência de 686 famílias, 1,11% do total de famílias do concelho de Oeiras. Da análise da estrutura familiar predominam as famílias com 1 a 2 indivíduos, nomeadamente na “raquete” central onde se situam as torres e os blocos (subsecções 5, 10, 11 e 13). As famílias com 3 a 4 indivíduos ou mais residem essencialmente nas zonas das moradias unifamiliares, com destaque para as subsecções 3, 4, 9 e 18 (Figura 5.17).



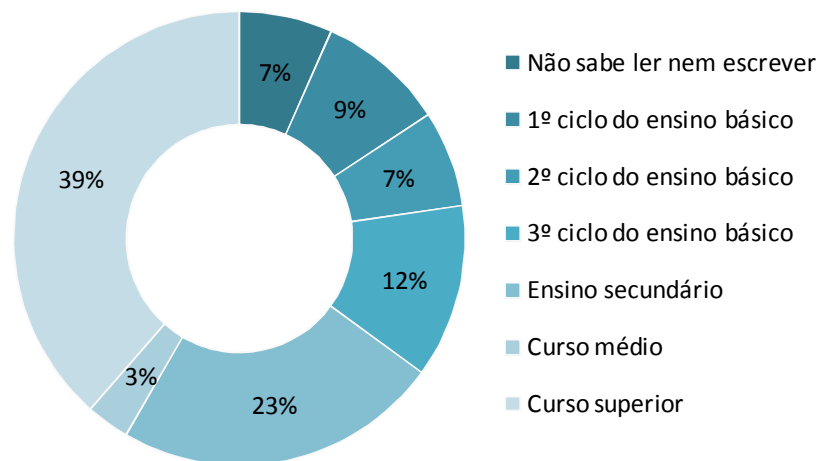
**Figura 5.17: Dimensão média das famílias clássicas em 2001.**

Esta realidade de uma maior predominância de famílias com 1 e 2 membros face a famílias numerosas assume igual destaque no concelho de Oeiras constituindo 21.6% do total das 61.714 famílias do concelho.

Este facto justifica-se não só com o envelhecimento da população, mas também com o aumento de indivíduos jovens que não constituem família ou que se encontram em processo de dissolução da mesma (CMO, 2005).

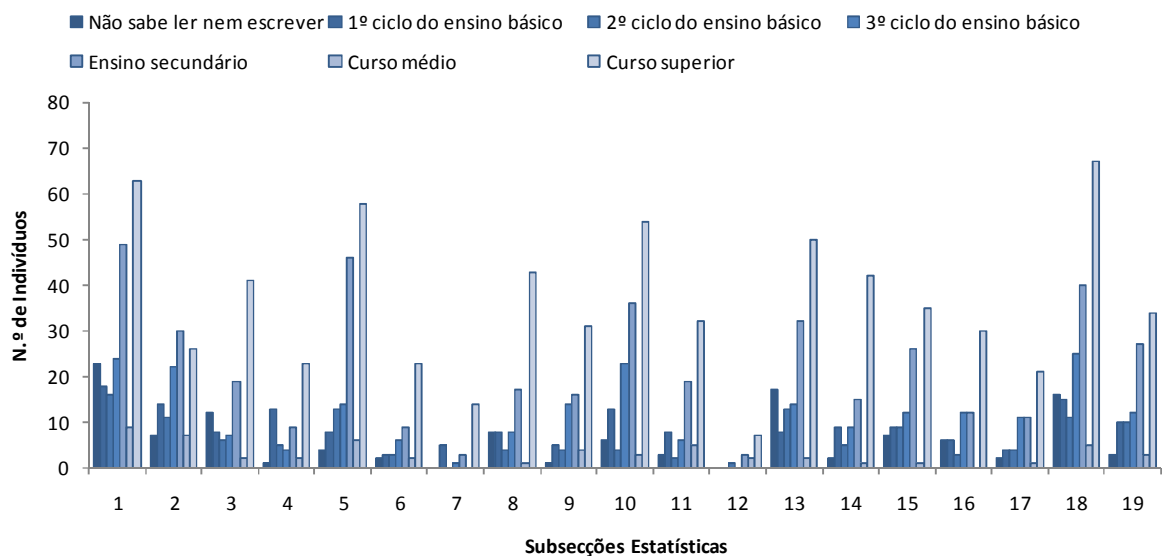
### > Habilitações Literárias

Quanto às habilitações literárias da população residente no Bairro Nova Oeiras (Figura 5.18) destaca-se a elevada percentagem de residentes detentores de um curso superior (39%) confirmando a elevada qualificação associada a este bairro, desde sempre preferido por docentes ligados ao Liceu de Oeiras e por oficiais superiores das instalações do exército sediadas no concelho. Segue-se o ensino secundário com uma representação de 23%. Se a estes números se adicionar os detentores do ensino médio e do 3º ciclo do ensino básico obtêm-se que 77% da população residente detém a escolaridade mínima obrigatória.



**Figura 5.18: Habilitações literárias da população residente em 2001.**

Quando à distribuição das habilitações literárias da população residente (Figura 5.19) verifica-se que a população mais qualificada do Bairro de Nova Oeiras reside nas subsecções estatísticas (excluindo as periféricas) 13 associada aos blocos residenciais e nas 5 e 10 associadas às torres. A estas subsecções corresponde uma maior incidência da população activa como já referido anteriormente.



**Figura 5.19: Distribuição da população residente em 2001 segundo as habilitações literárias.**

## Habitação

Caracterização do tecido edificado do Bairro de Nova Oeiras segundo o número de edifícios residenciais; o número de alojamentos e os índices de residencialidade e disponibilidade.



### > Edifícios Residenciais

Em 2001 existiam no Bairro de Nova Oeiras 371 edifícios, dos quais 364 são edifícios exclusivamente residenciais, representando 2,35% do total do concelho. Se ponderar-se o total dos edifícios pela superfície do bairro obtêm-se o indicador de 6 edifícios por hectare o que confirma a já mencionada reduzida densidade do parque habitacional e clarifica o modelo de cidade jardim adoptado no planeamento do Bairro de Nova Oeiras. A rácio entre o número de residentes e o número de edifícios permite avaliar a concentração populacional relativamente ao parque habitacional. Assim, o Bairro de Nova Oeiras apresenta uma média de 5,2 indivíduos por edifício, bastante inferior ao registado no concelho (10,3).



**Figura 5.20: Número de Edifícios Exclusivamente Residenciais em 2001.**

Analisando em pormenor (Figura 5.20) a zona central do Bairro de Nova Oeiras, pelas suas características já mencionadas anteriormente, regista-se o menor número de edifícios residenciais apesar de ser o local onde existem mais equipamentos de comércio e serviços (subsecções 5, 10, 11 e 13). No restante bairro predominam as subsecções com um número de edifícios entre os 24 e 34, com destaque para a zona de moradias unifamiliares ao redor da Alameda Conde de Oeiras.

## > Alojamentos

Em 2001 o Bairro de Nova Oeiras registava 864 alojamentos o que representava 1,14% do total do concelho. Na sua distribuição constata-se um maior número de alojamentos na zona central do bairro, nomeadamente na subsecção 5 devido à existência neste local de três das seis torres, cada uma com 9 pisos de três fracções (Figura 5.21).



**Figura 5.21: Número Total de Alojamentos em 2001.**

De forma a analisar melhor esta variável calculou-se os Índices de Residencialidade e de Disponibilidade no Bairro Nova Oeiras (Tabela 5.III). No que concerne ao Índice de Residencialidade, que expressa a relação entre os alojamentos dedicados à habitação e o total de alojamentos, no Bairro de Nova Oeiras, à semelhança do concelho, cerca de 80% dos alojamentos são residenciais. Relativamente ao Índice de Disponibilidade, que relaciona os alojamentos vagos com a totalidade dos alojamentos, o Bairro de Nova Oeiras regista uma disponibilidade de 6,25%, valor inferior ao do concelho (9,48%).

**Tabela 5-III: Índices de Residencialidade e Disponibilidade no Bairro de Nova Oeiras.**

Índices (%)	Bairro de Nova Oeiras	Concelho de Oeiras
Índice de Residencialidade	79,05	80,40
Índice de Disponibilidade	6,25	9,48

Realça-se ainda que da totalidade dos 864 alojamentos 112 são arrendados, com destaque para as subsecções 2, 5 e 19. Contudo esta variável deverá ser entendida com alguma precaução dado que as subsecções 2 e 19 ao serem atravessadas pelo limite do bairro mascaram o verdadeiro valor que deverá ser expressivamente menor.

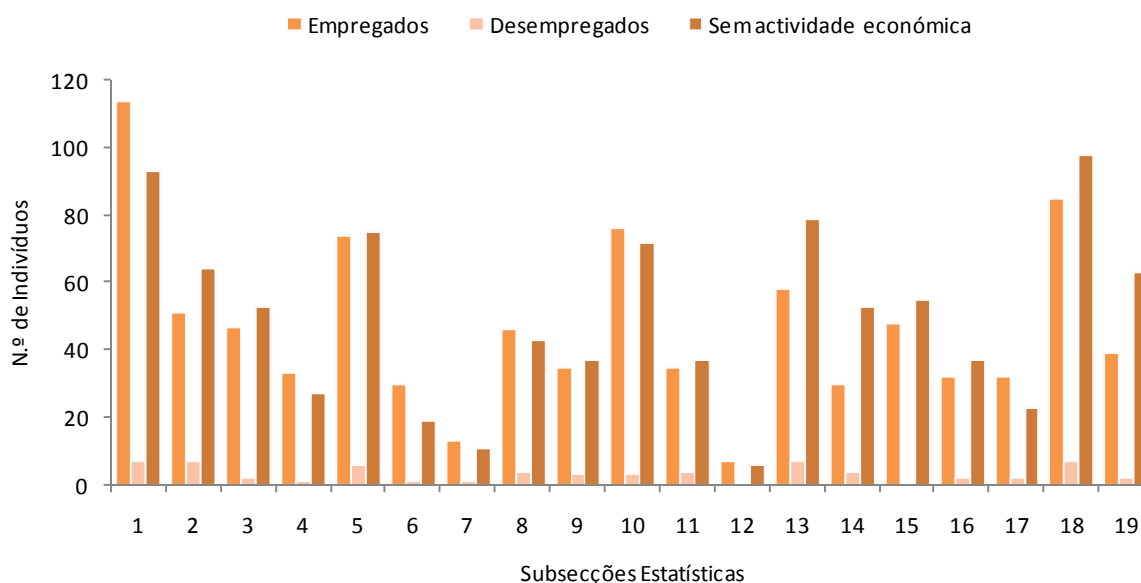
## Emprego

Caracterização da população do Bairro de Nova Oeiras segundo a sua situação face ao emprego; a sua distribuição pelos sectores de actividade e as taxas de actividade, emprego e desemprego.



### > Situação Profissional

Quanto à situação profissional dos residentes do Bairro de Nova Oeiras (Figura 5.22) predominam os residentes sem actividade económica onde se incluem as crianças e jovens em idade escolar e os reformados/ pensionistas, representando estes últimos cerca de 22,24% da população total residente. A população empregada, que representa 46,75% da população total residente, reside nas subsecções estatísticas (excluindo as periféricas) 13 associada aos blocos residenciais e nas 5 e 10 associadas às torres, conclusões em coerência com as variáveis anteriores que colocam nestas subsecções a população activa mais qualificada.



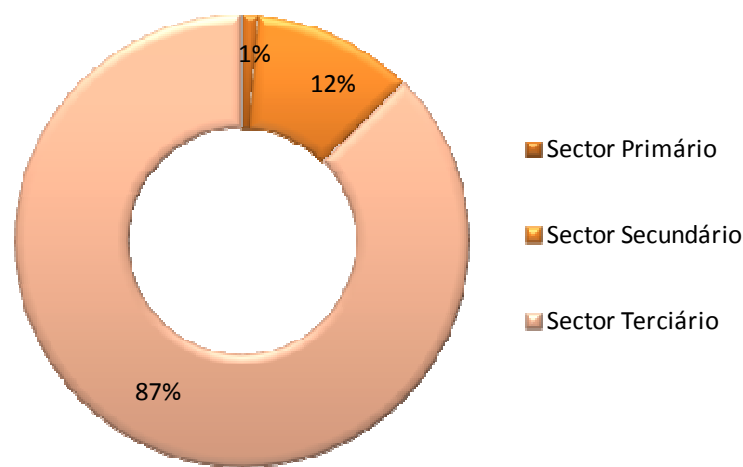
**Figura 5.22: Distribuição da população residente em 2001 segundo a situação profissional.**

A população residente desempregada, onde se incluem os desempregados à procura do primeiro emprego e de novo emprego, tem um peso de 3,33% no total da população residente no Bairro de Nova Oeiras.

### > Estrutura do Emprego

A aposta da autarquia em atrair para o concelho de Oeiras um tecido empresarial forte e diferenciador, conseguida através da promoção de espaços destinados à fixação de empresas do sector terciário, como a Quinta da Fonte, Lagoas Park e o Taguspark, reflecte-se claramente na estrutura do emprego (CMO, 2005).

Analisando a população empregada do Bairro de Nova Oeiras segundo a sua distribuição pelos sectores de actividade, verifica-se o predomínio do sector terciário com um peso de 87%, seguido do sector secundário com 12% e do sector primário com um peso pouco significativo de 1% (Figura 5.23).



**Figura 5.23: Distribuição da população empregada em 2001 segundo os sectores de actividade.**

Quanto à dinâmica de emprego, a taxa de actividade da população residente aumentou de 45,89% em 1991 para 50,08% em 2001, valor muito aproximado ao registado para o Concelho de Oeiras em 2001 (53,8%). A taxa de desemprego no Bairro de Nova Oeiras, que relaciona a população desempregada com a população activa, aumentou de 5,49% em 1991 para 6,65% em 2001, valores contudo inferiores ao registado no Concelho em período homólogo: 6,9% em 1991 e 7,1% em 2001 (Tabela 5-IV).

**Tabela 5-IV: Taxas de Actividade, Emprego e Desemprego no Bairro de Nova Oeiras.**

Taxas (%)	1991	2001	Variação 91/01 (%)
Taxa de Actividade	45,89	50,08	9,13
Taxa de Emprego	94,51	93,35	-1,23
Taxa de Desemprego	5,49	6,65	21,13

## 5.2. Proposta de Estrutura do Centro XXI de Nova Oeiras

A proposta da presente dissertação para o **Centro XXI de Nova Oeiras** reveste a forma de uma plataforma de cooperação local que visa operacionalizar e enraizar de forma continuada o processo da Agenda 21 de Oeiras, Oeiras 21+, no território privilegiando a actuação descentralizada.

O **Centro XXI de Nova Oeiras** é deste modo um espaço de inter-acção dos vários actores locais e de articulação e integração de diferentes processos de tomada de decisão, formais e informais, procurando captar todo o dinamismo de “baixo para cima” e de “cima para baixo” que possa existir no bairro.

À semelhança do proposto no capítulo 3.3.2 mas com as devidas adaptações ao Bairro de Nova Oeiras, propõe-se o seguinte esquema organizacional para o **Centro XXI de Nova Oeiras** (Figura 5.24).

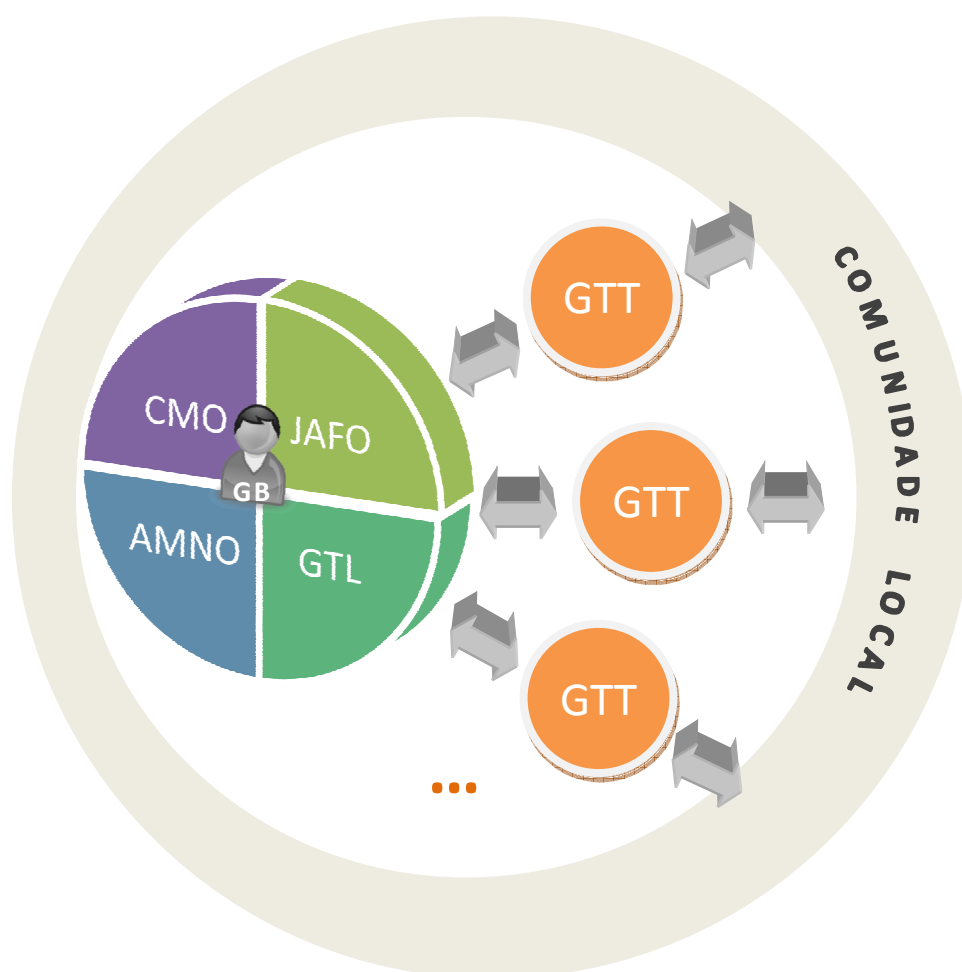


Figura 5.24: Estrutura proposta para o Centro XXI de Nova Oeiras.

A Unidade Coordenadora do **Centro XXI de Nova Oeiras** é constituída pelos seguintes elementos:

- i. A Câmara Municipal de Oeiras (**CMO**).
- ii. A Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra através de representantes da Junta e da Assembleia de Freguesia (**JAFO**).
- iii. A Associação de Moradores de Nova Oeiras (**AMNO**).
- iv. Os representantes ou relatores dos grupos de trabalho de cidadãos da comunidade local e outros actores para a sustentabilidade (**GTL** – Grupo de Trabalho Local).

A Unidade Coordenadora tem um papel fundamental na dinamização do **Centro XXI de Nova Oeiras**, que se assume pelas seguintes principais funções:

- a. Definir a missão e a estratégia do Centro XXI de Nova Oeiras;
- b. Delinear o Plano de Participação e o Plano de Comunicação;
- c. Coordenar e programar as acções a concretizar no âmbito do Oeiras 21+;
- d. Decidir sobre a fonte de financiamento e sua distribuição pelos diversos projectos;
- e. Fomentar o acesso à informação, através da disponibilização de estudos e outros documentos ao Grupo de Trabalho Local;
- f. Apoiar de forma contínua os Grupos de Trabalho Temáticos (GTT);
- g. Contribuir para o bom relacionamento entre todos dentro da estrutura e entre esta e os restantes agentes locais;
- h. Fomentar a comunicação e a transparência dos processos.

Num período inicial a Unidade Coordenadora será constituída apenas pela CMO, JAFO e AMNO dado ainda não estarem constituídos grupos de trabalho. A relevância da participação destas entidades e o contributo de cada uma delas para o **Centro XXI de Nova Oeiras** encontram-se descritas nas caixas seguintes.

O Gabinete de Desenvolvimento Municipal (GDM) e o Gabinete de Apoio Local de Nova Oeiras (GALNOV) são o elo de articulação com o interior da Câmara Municipal de Oeiras (CMO).

Estes gabinetes deverão fomentar o acesso à informação, através da disponibilização de estudos e outros documentos, relevante para o aumento das capacidades de intervenção da população sobre o Bairro.

Para além do estabelecimento conjunto da estratégia de actuação e da definição de metas têm como principal função a coordenação e programação financeira e temporal das acções a concretizar no Bairro Nova Oeiras no âmbito da Agenda 21 Local.



A Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra faz-se representar no Centro XXI de Nova Oeiras por membros da Junta e da Assembleia de Freguesia (JAFO).

Para além do estabelecimento conjunto da estratégia de actuação e da definição de metas tem como principal função a coordenação e programação das acções a concretizar no Bairro de Nova Oeiras no âmbito da Agenda 21 Local.

Estes dois órgãos, encontrando-se mais próximos dos cidadãos, deverão fazer espelhar na agenda as suas preocupações e anseios relativamente ao futuro do Bairro de Nova Oeiras e consequentemente da Freguesia onde este se insere.

A logo for JAFO (Junta e Assembleia de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra) is a green, stylized shape resembling a folded corner or a piece of paper, with the acronym "JAFO" written in white inside.

A Associação de Moradores Nova Oeiras (AMNO) como conhecedora dos principais desafios que se colocam ao bairro e como impulsionadora de diversos projectos que promovem a melhoria da qualidade de vida da comunidade do Bairro de Nova Oeiras torna-se um parceiro essencial na constituição do Centro XXI.

Para além do estabelecimento conjunto da estratégia de actuação e da definição de metas tem como principal função a coordenação e programação das acções a concretizar no Bairro de Nova Oeiras no âmbito da Agenda 21 Local.

Cabe-lhe ainda transmitir os desejos e as necessidades dos seus associados.

The logo for AMNO (Associação de Moradores Nova Oeiras) is a blue, stylized shape resembling a folded corner or a piece of paper, with the acronym "AMNO" written in white inside.

O Grupo de Trabalho Local (GTL) é o elo de ligação com a comunidade nos Grupos de Trabalho Temáticos (GTT). É constituído por representantes ou relatores dos GTT incumbindo-lhe a apresentação, aos restantes elementos da Unidade Coordenadora, das bases para a tomada de decisão, onde se incluem os diagnósticos e as acções propostas resultantes de cada um dos GTT. Cabe-lhe ainda transmitir as iniciativas em curso e as necessidades de apoio resultantes de cada um dos grupos de trabalho temáticos.

O GTL resulta do desenvolvimento de competências de cidadania pelo que é sua responsabilidade a promoção da participação cívica através de acções de voluntariado e de solidariedade social.

The logo for GTL (Grupo de Trabalho Local) is a green, stylized shape resembling a folded corner or a piece of paper, with the acronym "GTL" written in white inside.

Associados à Unidade Coordenadora estão os já referidos Grupos de Trabalho Temáticos (GTT). São grupos de raiz eminentemente local, constituídos essencialmente por cidadãos do Bairro de Nova Oeiras que colaboram de forma voluntária na formulação de acções/projectos que satisfaçam os objectivos e as metas associados à visão e à estratégia definidas para o Bairro.

A Associação de Moradores Nova Oeiras poderá dar um importante contributo aos GTT dado que alguns dos associados já colaboram em grupos temáticos da própria associação.

Contudo esta é porém uma estrutura aberta a outros elementos da sociedade civil (empresas, instituições, associações) que tenham interesse no tema e queiram aderir aos grupos de trabalho. Estes poderão ser cativados nos Fóruns de Participação que deverão ser realizados no início e ao longo do desenvolvimento da Agenda 21 de Nova Oeiras.

O Banco de Voluntários, uma das iniciativas a decorrer no âmbito do Oeiras 21+, permite captar munícipes que tenham interesse em colaborar não só nos Grupos de Trabalho Temáticos como na implementação das acções no terreno. Este começou a ser constituído nas Sessões do Processo de Revisão de Oeiras XXI, contando já com dezenas de voluntários distribuídos por freguesias e por projecto motor.

O Gestor de Bairro (GB) funciona como um promotor da participação cívica e da articulação municipal e tem como principais funções:

- a. Promover e incentivar a parceria e o diálogo entre a Câmara Municipal de Oeiras, a Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, a Associação de Moradores de Nova Oeiras, o Grupo de Trabalho Local e a comunidade que reside e trabalha no Bairro de Nova Oeiras;
- b. Garantir a manutenção do compromisso assumido pelos elementos referidos no ponto anterior perante as suas responsabilidades e competências no Centro XXI de Bairro;
- c. Operacionalizar e documentar as diversas fases da Agenda 21 de Nova Oeiras e assegurar o cumprimento dos objectivos e das metas assumidos;
- d. Angariar parceiros (ex. empresas) para a implementação das acções;
- e. Promover uma boa comunicação interna e externa e garantir que todos têm acesso equitativo à informação;
- f. Promover junto dos Grupos de Trabalho Temáticos o sentido de equipa e fomentar a focalização nos temas;
- g. Agir como facilitador nas situações de conflitos;
- h. Estimular e promover a participação pública e assegurar a possibilidade de participação de todos os interessados no Centro XXI de Nova Oeiras;

- i. Reflectir sobre as possíveis debilidades do Centro XXI de Nova Oeiras e encontrar soluções que respondam a esses desafios.

O Gestor do Bairro Nova Oeiras é o elemento mais operacional do Centro XXI. Com vista à sua imparcialidade na actuação, este deverá ser independente a qualquer uma das entidades envolvidas. A adoptar-se em Oeiras a proposta de constituição de uma Agência Municipal para a Sustentabilidade (Capítulo 3.3.2.2.) que tivesse como missão a promoção de comunidades locais sustentáveis no Concelho de Oeiras, esta possuindo uma gestão autónoma da autarquia poderia assumir a contratação dos Gestores de Bairro e assim seria conseguida a imparcialidade e a independência necessárias.

### 5.3. Metodologia da Agenda 21 de Nova Oeiras

A Agenda 21 de Nova Oeiras traduz-se num plano de carácter estratégico e operacional, direccionado para uma escala territorial menor com o principal objectivo de alcançar uma comunidade local sustentável, ou seja, uma comunidade melhor governada, com maior cidadania e coesão social, inovadora e competitiva e com uma maior qualidade de ambiente e de vida.

No seguimento do proposto no Capítulo 3.3.3. o processo metodológico da Agenda 21 de Nova Oeiras segue essencialmente quatro momentos distintos: **Diagnosticar; Planear; Agir e Avaliar.**

#### > Diagnosticar

Numa primeira fase deverá ser realizado um diagnóstico ao Bairro para identificação dos principais desafios ao desenvolvimento sustentável. Existem diversos métodos e instrumentos de análise da qualidade do espaço urbano que poderão auxiliar no diagnóstico do Bairro e já referidos anteriormente:

- A Análise *SWOT*;
- O *Place Check*;
- O *Neighbourhood Checklist*.

Como contributo a este diagnóstico referem-se os resultados do Fórum de Participação do Oeiras 21+ sobre o Projecto Motor Bairro 21 e os trabalhos realizados pelos técnicos superiores da Câmara Municipal de Oeiras actualmente a frequentarem o Curso de Pós-

Graduação em “Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Local”, realizado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa em parceria com o GDM/CMO.

No Curso de Pós-Graduação em “Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Local” os formandos realizaram uma auditoria ao Bairro de Nova Oeiras com base nos métodos atrás mencionados. Os formandos são técnicos superiores dos vários serviços da CMO com uma visão alargada nos diferentes temas da sustentabilidade pelo que os seus contributos revelam-se uma mais-valia na Agenda 21 Local de Nova Oeiras.

No Fórum Oeiras 21+, realizado no dia 31 de Maio de 2008, foi proposto aos participantes a realização de um percurso de observação pelo Bairro de Nova Oeiras de forma a proporcionar aos mesmos uma oportunidade de avaliar, por si próprios, os aspectos positivos e negativos do Bairro nas várias vertentes do Desenvolvimento Sustentável. A proposta do percurso foi feita pelo GALNOV e pela AMNO e a ficha de percurso foi elaborada pelo GDM.

A ficha de percurso, disponibilizada a cada um dos participantes, apontava algumas pistas de observação em torno de cinco vertentes:

- **Território:** Arquitectura e urbanismo; Acessibilidade e mobilidade; Equipamentos e serviços colectivos.
- **Ambiente:** Qualidade do ar e ruído; Espaços verdes, fauna e flora; Água e Energia; Resíduos e limpeza urbana.
- **Economia e Inovação:** Comércio e serviços de proximidade; Emprego.
- **Comunidade:** Populações frágeis e integração; Convívio e vida de bairro; Cultura e lazer.
- **Governância:** Informação sobre o Bairro, a Freguesia, o concelho; Dinâmica associativa.

A autora teve a oportunidade de acompanhar um dos grupos no percurso, onde assumiu o papel de observadora. Nesse papel poder-se-á dizer que apesar do deficit no preenchimento das Fichas de Observação, esta metodologia foi muito bem aceite por todos os participantes que viram uma oportunidade de dar voz aos seus anseios e desejos. O percurso de observação fomentou a discussão e a partilha de ideias entre aqueles que residem e vivem o Bairro e os responsáveis pelas intervenções locais. Os participantes puderam olhar o Bairro de uma forma integrada e com uma perspectiva diferente daquela que se obtém da vivência do dia-a-dia e deram notáveis contributos, disponíveis no relatório do Fórum Oeiras 21+, que se revelam essenciais para o diagnóstico do Bairro de Nova Oeiras.

Ainda durante o fórum a AMNO, com um conhecimento mais aprofundado do Bairro, cedeu à CMO um levantamento de situações problemáticas não só de âmbito geral, aplicáveis a todo o Bairro, como aplicadas a cada um dos pontos do percurso.

Os contributos dos técnicos da CMO e os resultados do Fórum Oeiras 21+ constituem uma fracção significativa do diagnóstico participativo.

#### **> Planear**

Após o diagnóstico a Unidade Coordenadora do Centro XXI de Nova Oeiras deverá reflectir sobre os principais desafios ao bairro e definir com base nestes a visão de qualidade de vida que se deseja para Nova Oeiras, a estratégia a adoptar e os objectivos e metas que se querem alcançar.

Do trabalho efectuado no Bairro de Nova Oeiras já se começou a delinear os principais desafios estratégicos ao desenvolvimento sustentável do Bairro de Nova Oeiras onde a Agenda 21 deverá incidir (CMO, 2008b):

1. Espaço Público e recursos naturais;
2. Transportes, mobilidade e estacionamento;
3. Urbanismo e arquitectura;
4. Revitalização económica;
5. Vida de Bairro;
6. Governância.

No seguimento da identificação destes principais desafios ao desenvolvimento de Nova Oeiras o GDM solicitou aos serviços da CMO, e a outras entidades, dados e indicadores, de forma a incluir no diagnóstico da situação actual, e planos e projectos, de forma a prever cenários futuros, no âmbito destes temas. Reuniu ainda um conjunto de questões identificadas no Fórum 21+ sobre algumas das preocupações da comunidade local e remeteu as mesmas para as entidades competentes.

As respostas que forem sendo obtidas serão comunicadas não só aos moradores do Bairro (através dos meios habitualmente distribuídos pela CMO e AMNO) como também serão periodicamente transmitidas pelos meios de Oeiras 21+ (Newsletter, Página Internet) e poderão ser transmitidas também pelo GALNOV nos dias de atendimento em Nova Oeiras.

Esta iniciativa do GDM poderá ser incluída no Plano de Comunicação da Agenda 21 que deverá prever os suportes de comunicação a ser desenvolvidos para a disseminação de informação com vista ao interesse e à motivação da população pelo processo.

No Plano de Participação deverão estar incluídos os fóruns locais que deverão ser realizados com alguma periodicidade de forma a envolver a comunidade local nas várias fases da Agenda 21 e a captar voluntários para a constituição dos Grupos de Trabalho Temáticos.

**> Agir**

A terceira fase consiste na definição dos projectos âncora que constituirão o Plano de Acção. Aqui os Grupos de Trabalho Temáticos (GTT), em articulação com a Unidade Coordenadora e com o apoio directo do Gestor de Bairro, definirão, em resposta aos principais desafios ao desenvolvimento sustentado de Nova Oeiras, os projectos a implementar definindo os seus objectivos, o conteúdo detalhado, os parceiros a serem envolvidos, etc.

O Plano de Acção é apresentado à Unidade Coordenadora pelo Grupo de Trabalho Local (GTL) que é constituído pelos relatores eleitos de cada um dos GTT.

**Grupo de Trabalho:**  
Indicação do Grupo de Trabalho Temático que elaborou a proposta.

**Título da Acção:**  
Nome que o Grupo deu à proposta de acção.

**Objectivos:**  
Definição dos fins a atingir com esta acção.

**Conteúdo Detalhado:**  
Identificação do conteúdo da proposta.

**Instrumentos e Meios a utilizar:**  
Explicitação dos instrumentos e meios necessários à concretização da proposta.

**Parcerias a estabelecer:**  
Quais são os potenciais parceiros a envolver.

**Figura 5.25: Proposta de Ficha de Acção.**

É da responsabilidade da Unidade Coordenadora do Centro XXI, com o apoio do Gestor de Bairro, avaliar o mérito das acções/ projectos propostos (ex. Project Ckeck), atribuir-lhe prioridades, orçamentá-los e enquadrá-los em meios de financiamento adequados.

Na orçamentação, os projectos de maior envergadura e que envolvem um maior esforço financeiro (ex. repavimentação da rede viária) deverão ser encaminhados para a Câmara Municipal de forma obterem cabimento no orçamento municipal. Os projectos cujos orçamentos são mais reduzidos e são de rápida implementação (ex. projecto de educação ambiental) são implementados pelo Centro XXI de Nova Oeiras com recurso a orçamento próprio, que seria gerido pela Agência Municipal para a Sustentabilidade, e da participação de parceiros.

No decurso do Fórum Oeiras 21+ os participantes receberam uma ficha onde se propunha serem registadas “3 Ideias e 3 Desejos” para o Bairro de Nova Oeiras. Foram recolhidas cerca de 60 ideias de acções que concorrem para o Plano de Acção.

Ainda no âmbito do Fórum Oeiras 21+, as escolas localizadas no Bairro de Nova Oeiras e na sua envolvente foram convidadas a realizar alguns trabalhos com os seus alunos no sentido de estimular o seu conhecimento sobre o Bairro, de recolher as suas expectativas e desejos e introduzir o conceito de cidadania. Um dos temas proposto foi “O que falta no Bairro da minha Escola”. Alguns dos contributos dos alunos poderão integrar igualmente o Plano de Acção:

*“Gostávamos de ter uma casinha na árvore; gostávamos de ter um repuxo para beber água; gostávamos de ter umas mesinhas para piquenique e um baloiço preso na árvore.”*

**Colégio A PRACETA: Alunos do Pré-escolar**

*“No Bairro da minha Escola falta a alegria, os jogos populares e os jogos tradicionais.” Joana – 9 anos*

*“No Bairro da minha Escola faltam semáforos.” Frederico – 9 anos*

*“No Bairro da minha Escola falta uma biblioteca.” Sofia – 9 anos*

*“O que falta no Bairro da minha Escola é um parque infantil com baloiços, cordas para baloiçar, um grande navio pirata”. Beatriz S. – 9 anos*

**Externato NOVA OEIRAS: Alunos do 4º Ano**

Quanto à necessária actuação conjunta para a implementação do Plano de Acção, o relatório do Fórum Oeiras 21+ já propõe que sejam desenvolvidos planos de acção, na óptica da sustentabilidade, de forma articulada entre a Câmara Municipal de Oeiras, a Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra e a Associação de Moradores de Nova Oeiras.

### **> Avaliar e Monitorar**

Para que este processo evolua e se obtenham cada vez mais e melhores resultados torna-se necessário avaliar e monitorizar não só o Plano de Acção como também o desempenho do Centro XXI de Nova Oeiras.

Propõe-se que o Centro XXI de Nova Oeiras desenvolva um processo de auto-avaliação baseado no instrumento “Local Evaluation 21”, disponível na Internet em <http://www.localevaluation21.org>. Esta ferramenta on-line disponibiliza automaticamente os resultados da auto-avaliação na forma de um relatório que auxilia o Centro XXI de Nova Oeiras na identificação de quais as áreas onde obteve maior sucesso e quais aquelas que necessitam de uma maior atenção de forma a alcançar os objectivos de desenvolvimento sustentável local desejados.

Na monitorização do Plano de Acção propõe-se a adopção de um conjunto de indicadores que quantifiquem de forma clara a evolução da situação ao longo do tempo e disponibilizem informação central para a qualidade de vida da população do Bairro.

A análise da sua evolução permite ao Centro XXI de Nova Oeiras a identificação de pontos críticos e de desvios e a consequente adopção de medidas e acções correctivas permitindo que os objectivos iniciais definidos sejam alcançados.

No âmbito da implementação do Oeiras 21+ está a ser criado um Sistema de Indicadores do Desenvolvimento Sustentável de Oeiras (SIDSO). O município entende como utilidades práticas da criação de um Sistema de Indicadores do Desenvolvimento Sustentável (CMO, 2008a):

- A monitorização e avaliação da Agenda 21 Local (Oeiras 21+);
- O suporte de acompanhamento, monitorização e avaliação do Plano Director Municipal;
- O suporte de avaliação das políticas municipais e planos de actividades, na óptica do Desenvolvimento Sustentável do Concelho;
- A produção de relatórios periódicos (ex: Relatório do Estado do Ambiente e do DS), em alguns casos por exigência legal;
- O suporte à realização da avaliação ambiental estratégica de Planos e Programas da CMO (aplicação do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho);
- Informação de suporte à futura implementação de um sistema de Gestão Ambiental (EMAS ou ISO 14001) na CMO.

O SIDSO poderá contribuir para a monitorização da A21L de Nova Oeiras.



## 5.4. Operacionalização do Centro XXI de Nova Oeiras

Na operacionalização do Centro XXI de Nova Oeiras destacam-se duas componentes: o **Financiamento** e o **Regulamento Interno do Centro XXI**.

A proposta de Regulamento Interno do Centro XXI deverá seguir o disposto no Capítulo 3.3.4.2. com as devidas adaptações ao Bairro de Nova Oeiras.

### 5.4.1. Financiamento

Alguns dos projectos propostos pelo Centro XXI de Nova Oeiras poderão ser co-financiados, no período de 2007 a 2013, pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) através do Programa Operacional Regional de Lisboa (POR Lisboa) ou Temáticos.

Do **POR Lisboa** destaca-se o Regulamento Específico – Acções de Valorização e Qualificação Ambiental do Eixo Prioritário 2 – Sustentabilidade Territorial que visa co-financiamento de projectos de preservação, valorização e salvaguarda dos recursos naturais e qualificação ambiental, definindo, entre outros, como projectos elegíveis<sup>35</sup>:

- Preparação e implementação das Agendas 21 Locais;
- Requalificação ambiental e reabilitação do património natural;
- Implementação e optimização de sistemas de informação ambiental;
- Projectos demonstrativos e acções de informação e sensibilização para uso eficiente de energia e de fontes de energia;
- Acções de informação, sensibilização e de educação ambiental;
- Estudos e relatórios técnicos sobre temas directamente ligados à avaliação, monitorização e qualificação ambiental.

Nas entidades beneficiárias incluem-se os Municípios e suas Associações e outras entidades, públicas ou privadas. Estas últimas estão limitadas ao estabelecimento de um protocolo ou outra forma de contratualização simultânea com os serviços e organismos do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional e com os Municípios.

Para todos estes projectos a taxa máxima de co-financiamento é de 75%.

---

<sup>35</sup> Regulamento Específico – Acções de Valorização e Qualificação Ambiental disponível em [http://www.porlisboa.qren.pt/np4/file/5/Qualifica\\_\\_o\\_Ambiental.pdf](http://www.porlisboa.qren.pt/np4/file/5/Qualifica__o_Ambiental.pdf)

Dos **Programas Operacionais Temáticos** destaca-se o Programa Operacional Valorização do Território (POVT) que no seu Eixo IX: Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional introduz o instrumento de política **Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano**.

As Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano destinam-se a apoiar projectos-piloto que visem desenvolver ou transferir, para aplicação nas cidades portuguesas, soluções que ainda não tenham sido ensaiadas em território nacional ou, tendo-o sido com resultados positivos, careçam de aplicação a uma escala mais alargada para motivar a sua replicação<sup>36</sup>:

Dentro das operações é elegível, entre outras, a criação de estruturas e formas organizativas de envolvimento dos cidadãos e dos actores económicos e sociais na solução dos problemas urbanos, onde se poderia incluir a criação do Centro XXI de Nova Oeiras.

Contudo, o município de Oeiras situa-se na região de Lisboa cujo desenvolvimento evoluiu no sentido da modernização e crescimento económico que a colocou no objectivo “Competitividade Regional e Emprego”<sup>37</sup> com a consequente redução dos fundos estruturais.

A presença da região de Lisboa neste patamar de desenvolvimento, apesar das discrepâncias intermunicipais existentes, coloca-a perante novos e decisivos desafios. Estes conduziram a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) a preparar um concurso para a criação de «Eco-Bairros» a ser integrado no Eixo Prioritário 2 do POR Lisboa - Sustentabilidade Territorial.

Os Eco-Bairros pretendem conjugar soluções de mobilidade e ambiente. Visam bairros ambientalmente sustentáveis com um tecido urbano com reduzidos impactes ambientais, através da eficiência energética, reutilização e reciclagem de recursos e instalação de energias renováveis.<sup>38</sup>

A CCDR-LVT encontra-se no momento a elaborar os termos de referência do concurso, a par de um levantamento dos bairros que poderiam beneficiar de um projecto do género.

Não foi possível obter informação adicional sobre este novo instrumento pelo que não é possível assegurar que este possa financiar a criação de uma estrutura como a proposta para o Centro XXI. Poderá contudo, face às notícias vindas a público, apoiar projectos na área do ambiente, construção e mobilidade sustentáveis.

<sup>36</sup> Regulamento Específico – Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano disponível em <http://www.povt.qren.pt>.

<sup>37</sup> A região atingiu um Produto Interno Bruto por habitante superior a 75% da média comunitária.

<sup>38</sup> [http://www.forumdourbanismo.info/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1519&Itemid=40](http://www.forumdourbanismo.info/index.php?option=com_content&task=view&id=1519&Itemid=40)



## 6. RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe uma trajectória única para a sustentabilidade local nem um manual de procedimentos de aplicação universal. O caminho para a sustentabilidade local é gradual e deverá responder ao contexto específico do território e às expectativas da comunidade. Ambiciona-se uma economia pujante e robusta, a preservação dos recursos naturais, uma sociedade mais inclusiva, justa e com responsabilidade social e uma maior cultura participativa e de cidadania. A Agenda 21 Local (A21L) chama a si esta responsabilidade assumindo-se como um instrumento capaz de contribuir para o processo de transição para a sustentabilidade.

A A21L assume-se como um compromisso político de adesão voluntária. É uma (nova) forma de planear e trabalhar o território introduzindo, no planeamento para o desenvolvimento sustentável, um sistema de decisão partilhada e transparente que assegura a participação e a co-responsabilização de todos os interessados e a legitimidade das decisões.

Contudo, e apesar dos esforços internacionais na divulgação e incentivo à adopção deste instrumento nas políticas nacionais, em Portugal apenas um terço das autoridades locais iniciou processos de A21L, ignorando-se o seu grau de maturação, implementação ou sucesso.

Na ausência de uma plataforma a nível nacional de avaliação das Agendas 21 existe a possibilidade de muitos destes planos de acção aguardarem a sua efectiva implementação.

As Agendas 21 Locais deveriam ser sujeitas a uma avaliação e monitorização de forma a sistematizar os seus resultados e a contribuírem para uma efectiva melhoria contínua. Tal iniciativa seria desejável de uma entidade independente e credível que divulgasse e atribuisse o devido mérito que todas estas boas práticas merecem.

À Administração Central devia caber um papel mais impulsionador junto das Autarquias com vista à adopção deste instrumento voluntário na sua gestão e política local. Não se deseja uma atitude de imposição ou de fiscalização, mas uma atitude de ensinamento e incentivo, atribuindo os conhecimentos e as ferramentas necessárias para que o município possa caminhar no sentido do desenvolvimento local sustentável.

Este impulso desejável, por parte da Administração Central, deveria tomar forma na ENDS enquanto instrumento que pretende ser orientador de várias políticas e planos a nível nacional. Porém, a A21L é apenas referida de forma superficial no enquadramento da própria estratégia, atribuindo a este instrumento a capacidade de reforçar e harmonizar as políticas nacionais para a economia, as questões sociais e o ambiente. Também no PIENDS

não é feita nenhuma referência à A21L, com excepção para a Região Autónoma dos Açores em que um dos seus objectivos é a *“Implementação de Agenda 21 Locais, valorizando o seu papel como elemento determinante para garantir o empenhamento dos municípios e o sucesso dos processos de desenvolvimento sustentável.”*

Ora este papel de atribuída importância para o desenvolvimento sustentável é afinal remetido para o enquadramento das políticas nacionais ao invés de se constituir uma prioridade na agenda do governo. Lamenta-se assim que a ENDS, enquanto instrumento de orientação política da estratégia de desenvolvimento sustentável do País até 2015, não entenda a A21L como um dos vectores estratégicos essencial ao alcance desse mesmo desenvolvimento, perdendo-se assim a oportunidade de se estabelecerem orientações e metas para a efectiva implementação deste instrumento.

O próprio estado deveria assumir um papel mais activo na promoção de medidas que incentivassem a participação política, social e cívica dos portugueses. Numa perspectiva de resultados visíveis a longo prazo algumas dessas medidas podiam passar pelo reforço das questões de cidadania no sistema de ensino nacional para que amanhã possamos ter cidadãos mais informados, interessados e exigentes nos seus direitos de participar no futuro do seu município, freguesia ou bairro.

Existe um progressivo alheamento e descontentamento das comunidades para com as políticas locais, com a consequente desresponsabilização pelas acções que intervêm sobre o território e a sobre a sua qualidade de vida. Na construção de comunidades sustentáveis o distanciamento aos órgãos de decisão deverá ser estreitado e a participação incentivada e tomada em consideração nas opções de planeamento.

Importa assim aproximar a A21L ao território e às pessoas através da actuação junto dos principais problemas, anseios e expectativas da população. Só assim se conseguirá captar o interesse e o sentido de pertença do cidadão individual pela comunidade, através dos seus comportamentos cívicos e atitudes perante os outros e pelo local onde reside e trabalha.

O presente trabalho constitui um contributo para a reflexão e debate sobre a importância e a forma de envolvimento da população e restantes actores locais na construção conjunta de comunidades e territórios mais sustentáveis e com maior qualidade de vida.

As orientações propostas vão no sentido da formulação de uma nova estrutura organizacional que concorra para a construção de comunidades locais sustentáveis através do planeamento e implementação da A21L à escala do Bairro: os **Centros XXI de Bairro**.

Estes constituem-se como plataformas organizativas de encontro e partilha de interesses, visões e capacidades dos diversos agentes institucionais e da sociedade civil. Têm como missão a promoção do desenvolvimento sustentável local através do planeamento e

implementação da Agenda 21 à escala do Bairro, ou seja pretende-se a formulação conjunta de projectos e acções com um impacte directo na melhoria da qualidade de vida da população residente e presente.

Contribuiu-se aqui com algumas pistas para novas formas de envolvimento da população com benefícios directos não só para o território como também para as comunidades: Os territórios, porque beneficiam pela introdução dos princípios de sustentabilidade no seu planeamento adquirindo melhores mecanismos de resposta a questões como a eficiência energética; a gestão sustentável da água; a reutilização e reciclagem dos resíduos; a mobilidade e as acessibilidades; a preservação do espaço verde; a interacção social; a saúde; a segurança pública; etc. As comunidades, porque alcançam um sentido de pertença e de cidadania, restabelecem a confiança no poder local e em outros grupos sociais através das novas formas de cooperação; reforçam a sua auto-estima e presença na sociedade e conseguem melhorias significativas na sua qualidade de vida pela implementação das acções propostas.

Tendo como base a experiência adquirida ao longo dos últimos cinco anos no CIVITAS/DCEA/FCT/UNL parece seguro afirmar que a A21L apesar de ser um processo adaptável à realidade local e aos objectivos que se queiram atingir; de promover um planeamento sustentável e de preconizar uma potencial taxa de sucesso às acções implementadas, é também, perigosamente, vulnerável às mudanças de prioridades nas políticas locais.

Os **Centros XXI de Bairro** encerram também em si a capacidade de ancorar e viabilizar a A21L no território, para além da mudança das opções políticas por eleições autárquicas, na medida que estes Centros poderão dar seguimento ao processo caso se constituam como um núcleo sólido da Agenda 21. Uma estrutura da sociedade civil organizada é uma mais-valia para a concretização das acções propostas reservando o necessário apoio financeiro e institucional.

Diversos aspectos contribuem para que o **Centro XXI de Nova Oeiras** seja um projecto-piloto de sucesso a nível nacional, tendo em conta que:

- Existe uma vontade expressa e um compromisso político por parte da Câmara Municipal de Oeiras em avançar com o “Bairro 21”, um dos Projecto Motores da A21L de Oeiras (Oeiras 21+), que encerra o objectivo central de descentralizar a A21L e apoiar núcleos locais de bairro;
- O “Grupo Oeiras 21+”, constituído por técnicos superiores dos diversos departamentos da autarquia, é responsável pelo acompanhamento e avaliação da A21L de Oeiras. Estes frequentam o Curso de Pós-Graduação em “Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Local” de forma a reforçar as suas capacidades e

conhecimentos em Agenda 21 e a colaborar na implementação das acções propostas pela A21L de Oeiras, entre as quais o “Bairro 21”;

- Nova Oeiras foi o bairro-piloto seleccionado para realização do primeiro fórum de participação do Oeiras 21+ intitulado “Nova Oeiras – Bairro 21”. Este, através de diversas actividades, incluindo um percurso pedestre de observação pelo Bairro, incentivou os moradores do Bairro de Nova Oeiras a observar e a reflectir sobre os principais problemas e oportunidades do Bairro. Um exercício de ponderação e debate com aqueles que diariamente vivem o Bairro e sentem de perto as questões que se colocam como desafios à melhoria da qualidade de vida.
- O Bairro de Nova Oeiras apresenta características conceptuais e territoriais únicas que o identificam e contribuem para uma contínua e elevada qualidade de vida urbana. É um bairro rico em história, com uma boa estrutura de oferta de comércio e serviços e com diversos equipamentos colectivos sociais, desportivos e até religiosos, que se constituem como potenciais parceiros na implementação da A21L de Nova Oeiras;
- Estão a ser desenvolvidos esforços, nomeadamente pelo GALNOV, que visam manter a qualidade estética, construtiva e funcional do Bairro de Nova Oeiras na perspectiva da salvaguarda e preservação deste conjunto arquitectónico, urbanístico e paisagístico com vista à classificação do mesmo a Património Municipal;
- Existe um empenho notório das entidades que detêm responsabilidades sobre o Bairro na sua requalificação urbana, económica, social e ambiental e uma boa aceitação do Centro XXI como promotor do desenvolvimento sustentável assente na cooperação conjunta entre estas entidades e a população.

Os Bairros com Centros XXI, pelo contributo para um território e uma comunidade local sustentáveis, poderão ser reconhecidos com uma Certificação de “Bairro Sustentável”, uma pista a explorar em investigação futura, que os distinga, valorize e motive.

A presente dissertação constitui um ponto de partida e uma base orientadora. Não se pretende uma solução padrão a implementar em todos os municípios que se encontram a iniciar ou desenvolver a sua Agenda 21. Pretende-se antes que os **Centros XXI de Bairro** sejam entendidos como um salto qualitativo na governação local e como uma boa prática a replicar numa óptica de aprendizagem e partilha entre comunidades que se preparam para melhor enfrentar os desafios futuros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A cidade-jardim de Nova Oeiras é já maravilhosa realidade, de singular expressão no conjunto urbanístico português, pela sua admirável concepção e realização. (31 de Maio de 1965). *O Século* .
- A pequena cidade de Nova Oeiras implantada numa das mais belas e aprazíveis zonas da Costa do Sol é um modelo pelo seu carácter urbanístico, ao mesmo tempo funcional e encantador. (13 de Agosto de 1964). *O Século* .
- A Sociedade Nova Oeiras Lda. doou à Câmara Municipal de Oeiras 179 914 metros quadrados de terreno no valor de cerca de 18 000 contos. (14 de Abril de 1965). *O Século* .
- A Sociedade Nova Oeiras, Lda. está a assegurar, tanto no presente como no futuro, o progresso económico e social do concelho de Oeiras. (22 de Outubro de 1964). *Jornal do Comércio* .
- Agência Portuguesa do Ambiente; Universidade Nova de Lisboa. (2007). *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - SIDS Portugal*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente.
- *Agenda 21 BCN*. (s.d). Obtido em Janeiro de 2009, de Consell de Sostenibilitat: <http://www.bcn.cat/agenda21/>
- Ajuntament de Barcelona. (2008). *Barcelona Works Towards Sustainability*. Obtido em Janeiro de 2009, de Agenda 21 BCN: <http://www.bcn.es/agenda21/>
- Ajuntament de Barcelona. (2002). *El Compromís Ciutadà per la Sostenibilitat - Agenda 21 BCN*. Obtido em Janeiro de 2009, de Agenda 21 BCN: <http://www.bcn.es/agenda21/>
- *Ajuntament de Barcelona*. (s.d). Obtido em Janeiro de 2009, de La Administración Municipal: [http://w3.bcn.es/V61/Home/V61HomeLinkPI/0,2687,200713899\\_200722423\\_2,00.html](http://w3.bcn.es/V61/Home/V61HomeLinkPI/0,2687,200713899_200722423_2,00.html)
- ALA21V (Association Local Agenda 21 in Vienna). (2004). *Local Agenda 21 in Vienna: Selected Readings*. Vienna: Association Local Agenda 21 in Vienna.
- ALA21V (Association Local Agenda 21 in Vienna). (s.d.). *Lokale Agenda 21 Wien*. Obtido em Janeiro de 2009, de Welcome to LA 21 Vienna: <http://la21wien.at/welcome-to-la-21-vienna>
- AMNO (Associação de Moradores de Nova Oeiras). (s.d). Obtido em Julho de 2008, de Associação de Moradores de Nova Oeiras: <http://www.novaoeiras.com/>
- Atkinson, G., Dietz, S., & Neumayer, E. (2007). *Handbook of Sustainable Development*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.
- Barton, H., Grant, M., & Guise, R. (2003). *Shaping Neighbourhoods - A Guide for Health, Sustainability and Vitality*. London: Spon Press, Taylor & Francis Group.
- BLP (Best Practices and Local Leadership Programme). (s.d). Obtido em Novembro de 2008, de Best Practices Database: [http://www.bestpractices.org/database/bp\\_display\\_best\\_practice.php?best\\_practice\\_id=1193](http://www.bestpractices.org/database/bp_display_best_practice.php?best_practice_id=1193)



- Bossel, H. (1998). *Earth at a Crossroads, Paths to a Sustainable Future*. Cambridge University Press.
- Business Intelligence. (s.d). *Figures and Facts - Population*. Obtido em Dezembro de 2008, de [http://www.sk.kk.dk/english/tal\\_faktaUK/befolkning1b.html](http://www.sk.kk.dk/english/tal_faktaUK/befolkning1b.html)
- Cabral, M. V. (Fevereiro de 2003). O Exercício da Cidadania Política em Perspectiva Histórica (Portugal e Brasil). *Ciências Sociais*, 18.
- Castro, P., & Fernandes, C. (2005). *Guia Prático para Associações sem Fins Lucrativos*. Câmara Municipal do Seixal.
- CMO (Câmara Municipal de Oeiras). (2005). *Atlas de Oeiras: Oeiras no Início do III Milénio* (1ª ed.). Câmara Municipal de Oeiras- Gabinete de Comunicação.
- CMO (Câmara Municipal de Oeiras). (2001). *Oeiras XXI - Estratégia e Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável. Relatório Final*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras; Gabinete de Desenvolvimento Municipal e Gabinete de Comunicação.
- CMO (Câmara Municipal de Oeiras). (2008a). *Oeiras XXI+: Agenda da Sustentabilidade para Oeiras 2008-2013*. Câmara Municipal de Oeiras, Gabinete de Desenvolvimento Municipal, Oeiras.
- CMO (Câmara Municipal de Oeiras). (2008b). *Relatório do Fórum Oeiras 21+*. Gabinete de Desenvolvimento Municipal, Câmara Municipal de Oeiras.
- Comissão Europeia. (1996). *Cidades Europeias Sustentáveis*. Direcção-Geral XI Ambiente, Segurança Nuclear e Protecção Civil. Bruxelas: <http://ec.europa.eu/environment/urban/pdf/rport-pt.pdf>.
- DGOTDU (Direcção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano). (2000). *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local - Como implementar o planeamento ambiental a longo prazo com vista à sustentabilidade*. Lisboa: Direcção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.
- ENDS. (2007). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PIENDS)*. Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007 publicado no Diário da República, 1.ª série – N.º 159 – 20 de Agosto de 2007.
- EPA (Environmental Protection Agency of Copenhagen). (s.d). Obtido em Outubro de 2008, de Copenhagen EPA - Agenda 21: <http://www.miljoe.kk.dk/DBB2DB62-798B-4862-88DD-3ECC7271D418.W5Doc>
- ESCTC (European Sustainable Cities and Towns Campaign). (1994). *Aalborg Charter*. Obtido em Novembro de 2008, de Sustainable Cities and Towns Campaign: [http://sustainable-cities.eu/upload/pdf\\_files/ac\\_portuguese.pdf](http://sustainable-cities.eu/upload/pdf_files/ac_portuguese.pdf)
- ESCTC (European Sustainable Cities and Towns Campaign). (2004). *Final Version of the Aalborg Commitments*. Obtido em Janeiro de 2009, de Aalborg Plus 10: [http://www.aalborgplus10.dk/media/aalborg\\_commitments\\_portuguese.pdf](http://www.aalborgplus10.dk/media/aalborg_commitments_portuguese.pdf)

- ESCTC (European Sustainable Cities and Towns Campaign). (2003). *Key Documents*. Obtido de <http://www.aalborgplus10.dk/default.aspx?m=2&i=370>
- ESCTC (European Sustainable Cities and Towns Campaign). (2007). *Spirit of Sevilla*. Obtido em Novembro de 2008, de Aalborg Plus 10: [http://www.aalborgplus10.dk/media/spirit\\_of\\_sevilla.pdf](http://www.aalborgplus10.dk/media/spirit_of_sevilla.pdf)
- Evans, B., Joas, M., Sundback, S., & Theobald, K. (2005). *Governing Sustainable Cities*. London: Earthscan.
- Fadigas, L. (2007). *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Farinha, J. (2005). *Agenda 21 Local - Guia Metodológico de Apoio para Contextos Rurais e de Forte Interioridade*. Évora: Associação de Municípios do Distrito de Évora e Diputación de Badajoz.
- Fernandes, J. M. (1 de Abril de 2000). A Moderna Nova Oeiras. *Revista do Jornal Expresso*, pp. 96-98.
- Fidélis, T. (2005). Da Agenda 21 Local ao Sistema de Planeamento do Território em Portugal. In *APEA: 20 Anos, 20 Temas* (pp. 184-185). Lisboa: Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente.
- GALNOV (Gabinete de Apoio Local de Nova Oeiras). (s.d). *Regulamento e Classificação do Bairro Residencial de Nova Oeiras, Painel 6 "Regulamento e Classificação"*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- Garcia-Sanchez, I. M., & Prado-Lorenzo, J.-M. (2008). Determinant Factors in the Degree of Implementation of Local Agenda 21 in the European Union. *Sustainable Development*, 16, pp. 17-34.
- Geirinhas, J. (2001). *Conceitos e Metodologias: BGRI - Base Geográfica de Referência de Informação*. Revista de Estudos Regionais - Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2º Semestre: Instituto Nacional de Estatística.
- Guerra, J., Nave, J. G., & Schmidt, L. (2004). Agenda 21 Local: Autarcas, Participação e Desenvolvimento Sustentável. *Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção* (pp. 51-61). Associação Portuguesa de Sociologia.
- Hopwood, B., Mellor, M., & O'Brien, G. (2005). Sustainable Development: Mapping Different Approaches. *Sustainable Development*, 13, pp. 38-52.
- ICLEI (International Council for Local Environmental Initiatives). (2002). *Second Local Agenda 21 Survey*. Obtido em Maio de 2007, de International Council for Local Environmental Initiatives: [http://www.iclei.org/documents/Global/final\\_document.pdf](http://www.iclei.org/documents/Global/final_document.pdf)
- List of Signatories. (2009). Obtido em Março de 2009, de Listo of Signatories - Aalborg Plus 10: [http://www.aalborgplus10.dk/media/short\\_list\\_18-02-2009.pdf](http://www.aalborgplus10.dk/media/short_list_18-02-2009.pdf)

- Magalhães, P., & Moral, J. (2008). *Os Jovens e a Política: Um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade*. Lisboa: Centro de Sondagens e Estudos de Opinião, Universidade Católica Portuguesa.
- MAOTDR (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional). (2005). *Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento: Agenda 21*. Lisboa: Gabinete de Relações Internacionais, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Miranda, J. (23 de Outubro de 2003a). Nova Oeiras (parte I): Uma Urbanização Exemplar. *Jornal da Região*, 5.
- Miranda, J. (30 de Outubro de 2003b). Nova Oeiras (parte II): A cidade-jardim. *Jornal da Região*, 5.
- Nova Oeiras - Cidade Jardim. (30 de Outubro de 1965). *Jornal do Comércio*, 8.
- Nova Oeiras é já uma realidade de uma cidade-jardim. (25 de Maio de 1965). *Diário de Notícias*.
- Pina e Cunha, M., Rego, A., & Campos e Cunha, R. (2007). *Organizações Positivas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Quaresma, C. S. (2008). Agenda 21 Local: A Sustentabilidade Planeada. *Sociedade e Território - Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 41, pp. 92-99.
- Ramos, T., Rodrigues, V., Marcelino, M., Delgado, C., & Gomes, L. (1999). SIDS - Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Portugal. *6ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente, 20 a 22 de Outubro de 1999*, (pp. 609-625). Lisboa.
- Ribeiro, T., & Rodrigues, V. (1998). The Evolution of Sustainable Development Strategies in Portugal. In T. O'Riordan, & H. Voisey, *Agenda 21: The Transition to Sustainability. The Politics of Agenda 21 in Europe* (pp. 202-213). London: Earthscan Publications Limited.
- Rocha, F. I. (2002). *Urbanização Nova Oeiras: Apontamentos para a sua história*. Oeiras: Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística - Divisão de Intervenção no Património Edificado.
- Rodrigues, R. (2009). *Spatial Operators for Collaborative Map Handling*. Lisboa: Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Rosa, M. T. (2002). *Conceptualização do Desenvolvimento Sustentável. A sua operacionalização no âmbito da governação local através dos Planos Municipais de Ambiente*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade Nova de Lisboa.
- Salgado, M. (2009). Desafios Estratégicos Actuais no Planeamento e na Gestão da Cidade. *Discurso proferido na Conferência "A Nova Carta Estratégica de Lisboa - Um Compromisso para o Futuro da Cidade" realizado a 2 de Fevereiro de 2009*. Lisboa.
- Santos, P. F. (2005). *Agenda 21 Local - Desafios à Integração da Participação Pública no Planeamento para a Sustentabilidade*. Lisboa: Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente.

- Schmidt, L., Nave, J. G., & Guerra, J. (2006). *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável - Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais* (2ª Edição ed.). Porto: Fronteira do Caos Editores Lda.
- Teixeira, S. (2005). *Gestão das Organizações* (2ª Edição ed.). McGraw-Hill.
- UCP (Universidade Católica Portuguesa). (2002). *Guia de Apoio à Implementação da Agenda 21 Local*. Obtido em Fevereiro de 2009, de Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia; Universidade Católica Portuguesa:  
[http://www.agenda21local.info/dmdocuments/guia%20geral%20novo\\_GEA.pdf](http://www.agenda21local.info/dmdocuments/guia%20geral%20novo_GEA.pdf)
- UNEP (United Nations Environment Programme). (s.d.). *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment*. Obtido em Maio de 2008, de United Nations Environment Programme: <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97>
- UNL (Universidade Nova de Lisboa). (2006b). *Oeiras XXI: Balanço Sintético da Implementação do Plano*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Caparica.
- UNL (Universidade Nova de Lisboa). (2008). *Relatório do Fórum de Participação: Resultados das Sessões das Freguesias e Oportunidades de Desenvolvimento para o Concelho*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Caparica.
- UNL (Universidade Nova de Lisboa). (2006d). *Revisão de Oeiras XXI: 1ª Sessão de Participação - Sistema Ambiental "Oeiras Cidade Verde e Amiga do Ambiente"*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Caparica.
- UNL (Universidade Nova de Lisboa). (2006a). *Revisão de Oeiras XXI: 1ª Sessão Interna "Grandes Objectivos Estratégicos e Modelo Territorial Sustentável"*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Caparica.
- UNL (Universidade Nova de Lisboa). (2006e). *Revisão de Oeiras XXI: 2ª Sessão de Participação - Sistema Sócio-Cultural "Oeiras Cidade Solidária, Segura e Multicultural"*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Caparica.
- UNL (Universidade Nova de Lisboa). (2006c). *Revisão de Oeiras XXI: 2ª Sessão Interna "Grandes Objectivos Estratégicos e Modelo Territorial Sustentável"*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Caparica.
- UNL (Universidade Nova de Lisboa). (2007a). *Revisão de Oeiras XXI: 3ª Sessão de Participação - Sistema Económico "Oeiras Cidade de Inovação, Conhecimento e Desenvolvimento"*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Caparica.
- UNL (Universidade Nova de Lisboa). (2007b). *Revisão de Oeiras XXI: 4ª Sessão de Participação - Governação e Participação "Oeiras Cidade da Boa Governação e Participação"*. Universidade Nova

de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Caparica.

- UNL (Universidade Nova de Lisboa). (2007d). *Revisão de Oeiras XXI: 6ª Sessão de Participação "Visão e Estratégia de Implementação do Oeiras XXI Revisto"*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Caparica.
- UNL( Universidade Nova de Lisboa). (2007c). *Revisão de Oeiras XXI: 5ª Sessão de Participação - Estrutura Urbana "Oeiras Cidade Multipolar com Estrutura Urbana Sustentável"*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Caparica.
- Vasconcelos, L. (2005). Cidadania Activa para uma Governância Sustentável. In *APEA: 20 Anos, 20 Temas* (pp. 172-173). Lisboa: Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente.
- Vasconcelos, L. (2003). *O Território em Contextos Expandidos de Participação – O Desenvolvimento Sustentável Local*. Coimbra: Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento.
- Vasconcelos, L. (2007). Participar no Terreno. *Comunicação Oral na Ordem dos Arquitectos, 6 de Março*. Lisboa.
- Vasconcelos, L., Caser, U., & Ribeiro, A. (2005). *Curso de Participação Pública: Técnicas e Metodologias de Participação, 6 e 7 de Maio*. Liga para a Protecção da Natureza - Centro de Formação Ambiental em parceria com WTeamUp, Participação e Empowerment.
- Vienna City Administration. (s.d). *Administration*. Obtido em Janeiro de 2009, de <http://www.wien.gv.at/english/administration/>
- WCED (World Commission on Environment and Development). (1987). *Our Common Future*. Obtido em Maio de 2008, de United Nations Division for Sustainable Development: [http://www.un.org/esa/sustdev/documents/docs\\_key\\_conferences.htm](http://www.un.org/esa/sustdev/documents/docs_key_conferences.htm)

## ANEXOS

### ANEXO I: Listagem de Municípios com Agenda 21 Local

**Tabela I-1: Municípios com Agenda 21 Local em Portugal à data de Agosto de 2008.**

(Fonte: Levantamento efectuado pelo Grupo de Estudos Ambientais da Universidade Católica Portuguesa completado pelo conhecimento e pesquisa da autora)

CONCELHO	NOME DO PROJECTO QUE LHE DEU ORIGEM
ABRANTES	Agenda 21 Local de Abrantes
ALCANENA	Agenda 21 Local de Alcanena
ALCOBAÇA	Plano Municipal de Ambiente de Alcobaca
ALENQUER	Agenda 21 Local de Alenquer
ALFÂNDEGA DA FÉ	Nordeste 21
ALMEIRIM	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo
ALMODÔVAR	Agenda 21 Local de Almodôvar
ALPIARÇA	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo
ALTER DO CHÃO	Agenda 21 Local dos Municípios do Norte Alentejano
ARRAIOS	Agenda 21 Local de Arraiolos
ARRONCHES	Agenda 21 Local dos Municípios do Norte Alentejano
AVIS	Agenda 21 Local dos Municípios do Norte Alentejano
AZAMBUJA	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo
BARRANCOS	Raia 21
BARREIRO	Plano Municipal de Ambiente do Barreiro
BATALHA	Agenda 21 Local da Batalha
BEJA	Plano Municipal de Ambiente de Beja
BENAVENTE	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo
BORBA	Agenda 21 Local de Borba
BRAGA	Agendas 21 Locais do Eixo Atlântico
BRAGANÇA	Agendas 21 Locais do Eixo Atlântico
CAMINHA	Agenda XXI Local Caminha
CAMPO MAIOR	Agenda 21 Local dos Municípios do Norte Alentejano
CARRAZEDA DE ANSIÃES	Nordeste 21
CARTAXO	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo
CASCAIS	Agenda 21 Local de Cascais
CASTELO BRANCO	Castelo Branco Agenda XXI
CASTELO DE VIDE	Agenda 21 Local dos Municípios do Norte Alentejano
CHAMUSCA	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo
CHAVES	Agendas 21 Locais do Eixo Atlântico
CORUCHE	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo

<b>CONCELHO</b>	<b>NOME DO PROJECTO QUE LHE DEU ORIGEM</b>
<b>CRATO</b>	Agenda 21 Local dos Municípios do Norte Alentejano
<b>ELVAS</b>	Agenda 21 Local dos Municípios do Norte Alentejano
<b>ESPOSENDE</b>	Agenda 21 Local de Esposende
<b>ÉVORA</b>	Agenda 21 Local de Évora
<b>FARO</b>	Faro 2020
<b>FERREIRA DO ALENTEJO</b>	Agenda 21 Local de Ferreira do Alentejo
<b>FORNOS DE ALGODRES</b>	Agenda XXI Local de Fornos de Algodres
<b>FRONTEIRA</b>	Agenda 21 Local de Fronteira
<b>GAVIÃO</b>	Agenda 21 Local dos Municípios do Norte Alentejano
<b>GOLEGÃ</b>	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo
<b>GUARDA</b>	Agenda 21 Local da Guarda (AMCB)
<b>GUIMARÃES</b>	Agendas 21 Locais do Eixo Atlântico
<b>LEIRIA</b>	Agenda 21 Local de Leiria
<b>LOULÉ</b>	Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Loulé
<b>LOURINHÃ</b>	Agenda 21 do Concelho da Lourinhã
<b>MACEDO DE CAVALEIROS</b>	Nordeste 21
<b>MAIA</b>	Agenda 21 Local da Maia
<b>MANTEIGAS</b>	Agenda 21 Local de Manteigas (AMCB)
<b>MARVÃO</b>	Agenda 21 Local dos Municípios do Norte Alentejano
<b>MÊDA</b>	Agenda 21 Local de Mêda (AMCB)
<b>MELGAÇO</b>	Agendas 21 Locais do Vale do Minho
<b>MÉRTOLA</b>	Raia 21
<b>MIRANDA DO DOURO</b>	Nordeste 21
<b>MIRANDELA</b>	Nordeste 21
<b>MOGADOURO</b>	Nordeste 21
<b>MONÇÃO</b>	Agendas 21 Locais do Vale do Minho
<b>MONFORTE</b>	Agenda 21 Local dos Municípios do Norte Alentejano
<b>MONTIJO</b>	Plano Municipal de Ambiente do Montijo
<b>MOURA</b>	Raia 21
<b>NAZARÉ</b>	Agenda 21 Local de Nazaré
<b>NISA</b>	Agenda 21 Local dos Municípios do Norte Alentejano
<b>ODIVELAS</b>	Agenda 21 Local de Odivelas
<b>OEIRAS</b>	Oeiras 21+
<b>OLEIROS</b>	Agenda 21 Local de Oleiros
<b>OLHÃO</b>	Agenda 21 Local de Olhão
<b>OLIVEIRA DO BAIRRO</b>	Agenda 21 Local de Oliveira do Bairro
<b>PAREDES DE COURA</b>	Agendas 21 Locais do Vale do Minho
<b>PENAMACOR</b>	Agenda 21 Local de Penamacor (AMCB)
<b>PESO DA RÉGUA</b>	Agendas 21 Locais do Eixo Atlântico

<b>CONCELHO</b>	<b>NOME DO PROJECTO QUE LHE DEU ORIGEM</b>
<b>PINHEL</b>	Agenda 21 Local de Pinhel (AMCB)
<b>POMBAL</b>	Agenda 21 Local de Pombal
<b>PONTA DELGADA</b>	Agenda 21 Local de Ponta Delgada
<b>PONTE DA BARCA</b>	Plano Estratégico de Desenvolvimento de Ponte da Barca
<b>PORTALEGRE</b>	Agenda 21 Local de Portalegre
<b>PORTIMÃO</b>	Agenda 21 Local de Portimão
<b>PORTO</b>	Agendas 21 Locais do Eixo Atlântico
<b>REDONDO</b>	Agenda 21 Local de Redondo
<b>RIO MAIOR</b>	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo
<b>SALVATERRA DE MAGOS</b>	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo
<b>SANTA COMBA DÃO</b>	Agenda 21 Local de Santa Comba Dão
<b>SANTARÉM</b>	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo
<b>SANTIAGO DO CACÉM</b>	Plano Municipal de Ambiente de Santiago do Cacém
<b>SANTO TIRSO</b>	Agenda 21 Local de Santo Tirso
<b>SÃO JOÃO DA MADEIRA</b>	Agenda 21 Local de S. João da Madeira
<b>SERPA</b>	Raia 21
<b>SESIMBRA</b>	Plano Municipal de Ambiente de Sesimbra
<b>SETÚBAL</b>	Plano Municipal de Ambiente de Setúbal
<b>SEVER DO VOUGA</b>	Agenda 21 Local de Sever do Vouga
<b>SOUSEL</b>	Agenda 21 Local dos Municípios do Norte Alentejano
<b>TAVIRA</b>	Agenda 21 Local de Tavira
<b>TORRES VEDRAS</b>	Torres XXI
<b>VALENÇA</b>	Agendas 21 Locais do Vale do Minho
<b>VIANA DO CASTELO</b>	Agendas 21 Locais do Eixo Atlântico
<b>VILA FLOR</b>	Nordeste 21
<b>VILA FRANCA DE XIRA</b>	Agenda 21 Local de Vila Franca de Xira
<b>VILA NOVA DE CERVEIRA</b>	Agendas 21 Locais do Vale do Minho
<b>VILA NOVA DE GAIA</b>	Agendas 21 Locais do Eixo Atlântico
<b>VILA NOVA DE PAIVA</b>	Agenda 21 Local de Vila Nova de Paiva
<b>VILA REAL</b>	Agendas 21 Locais do Eixo Atlântico
<b>VILA VELHA DE RÓDÃO</b>	Agenda 21 Local de Vila Velha de Rodão
<b>VIMIOSO</b>	Nordeste 21



## ANEXO II: Listagem dos Processos Participativos com Envolvimento da Autora

Tabela II-1: Processos participativos onde a autora esteve envolvida nos últimos cinco anos.

Data	Fórum de Participação	Projecto	Local
02-12-2003	Ordenamento do Território e Urbanismo Sustentáveis	Plano Municipal de Ambiente de Beja	Parque de Feiras e Exposições de Beja
06-12-2003	Principais Desafios Ambientais Actuais e Grandes Opções de Qualidade de Vida para 2020	Plano Municipal de Ambiente do Barreiro	Biblioteca Municipal do Barreiro
02-03-2004	Principais Problemas Existentes e Grandes Opções de Qualidade de Vida para o Futuro	A21Eixo: Agenda 21 Local e Auditoria Urbana	Viana do Castelo
03-03-2004	Principais Problemas Existentes e Grandes Opções de Qualidade de Vida para o Futuro	A21Eixo: Agenda 21 Local e Auditoria Urbana	Pavilhão Multiusos de Guimarães
04-03-2004	Principais Problemas Existentes e Grandes Opções de Qualidade de Vida para o Futuro	A21Eixo: Agenda 21 Local e Auditoria Urbana	Delegação do Douro do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos
10-03-2004	Principais Problemas Existentes e Grandes Opções de Qualidade de Vida para o Futuro	A21Eixo: Agenda 21 Local e Auditoria Urbana	Bragança
26-03-2004	Agenda 21 Local – Um Passo para a Sustentabilidade	DITAL21: Desenho e Implementação Transfronteiriça da Agenda 21 Local	Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais
26-04-2004	O Ambiente em Vila Franca de Xira: Do Diagnóstico à Acção	Plano Estratégico do Ambiente de Vila Franca de Xira - 2ª Fase	Palácio do Sobralinho
11-05-2004	Poluições e Riscos Ambientais	Plano Municipal de Ambiente do Barreiro	Biblioteca Municipal do Barreiro
01-06-2004	Agricultura Produtiva, Viável e Amiga do Ambiente. Como Vamos Conseguir?	Agenda 21 Local de Esposende	Biblioteca Municipal de Esposende
27-07-2004	O Ambiente no Algarve “Dos Principais Desafios aos Indicadores Ambientais”	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve – Indicadores Ambientais	Escola de Hotelaria e Turismo de Faro
28-07-2004	O Ambiente no Algarve “Dos Principais Desafios aos Indicadores Ambientais”	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve – Indicadores Ambientais	Instituto Piaget de Silves
15-09-2004	Pontos Fortes e Fracos de Hoje e Características de Qualidade para o Futuro	Costa da Trafaria - Estudo de Enquadramento Estratégico	Junta de Freguesia de Trafaria
22-09-2004	Ambiente Sustentável em Vila Franca de Xira: Pistas para a Acção	Plano Estratégico do Ambiente de Vila Franca de Xira - 2ª Fase	Palácio do Sobralinho
11-12-2004	Rede de Corredores Verdes para o Barreiro: Como Conseguir?	Plano Municipal de Ambiente do Barreiro	Biblioteca Municipal do Barreiro
07-04-2005	Oportunidades e Desafios ao Desenvolvimento Sustentável na Comunidade Urbana do Médio Tejo	Agenda 21 Local da Comunidade Urbana do Médio Tejo	Centro de Interpretação das Nascentes do Alviela
14-04-2005	Proteger e Requalificar a Orla Costeira. Como Vamos Conseguir?	Agenda 21 Local de Esposende	Câmara Municipal de Esposende

Data	Fórum de Participação	Projecto	Local
21-04-2005	Sessão com Comissão Local de Acompanhamento	Costa da Trafaria - Estudo de Enquadramento Estratégico	Junta de Freguesia de Trafaria
21-05-2005	Fórum Global do Plano Municipal do Ambiente	Plano Municipal do Ambiente - Torres XXI	Paços do Concelho
02-06-2005	Turismo Sustentável	Agenda 21 Local de Esposende	Câmara Municipal de Esposende
04-06-2005	Qualificação do Espaço Urbano	Plano Municipal de Ambiente do Barreiro	Centro Comunitário do Lavradio
16-02-2006	Principais Desafios Actuais e Grandes Opções de Desenvolvimento para o Futuro	Agenda 21 Local de Olhão	Escola Secundária Dr. Francisco Fernandes Lopes
10-04-2006	Workshop Bairros Sociais	Sessão de Trabalho da GEBALIS – Gestão de Bairros Municipais de Lisboa, EM	Instalações da Liga Portuguesa de Deficientes Motores
06-06-2006	Estratégias e Projectos de Intervenção	Sessão de Trabalho da GEBALIS – Gestão de Bairros Municipais de Lisboa, EM	Instalações da GEBALIS, EM
03-07-2006	Fórum PDM: Desenvolvimento e Cidadania	Revisão do PDM de Odivelas	Centro de Actividades Económicas de Loures e Odivelas (CAELO)
07-09-2006	Fórum PDM Póvoa de Santo Adrião: Desenvolvimento e Cidadania	Revisão do PDM de Odivelas	Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião
14-09-2006	Fórum PDM Famões: Desenvolvimento e Cidadania	Revisão do PDM de Odivelas	Junta de Freguesia de Famões
28-09-2006	Fórum PDM Pontinha: Desenvolvimento e Cidadania	Revisão do PDM de Odivelas	Junta de Freguesia da Pontinha
29-09-2006	1ª Sessão Interna: Grandes Objectivos Estratégicos e Modelo Territorial Sustentável	Revisão da Agenda 21 Local de Oeiras	Auditório Municipal Amélia Rey Colaço em Algés
03-10-2006	Fórum PDM Odivelas: Desenvolvimento e Cidadania	Revisão do PDM de Odivelas	Pavilhão Polivalente de Odivelas
12-10-2006	Fórum PDM Caneças: Desenvolvimento e Cidadania	Revisão do PDM de Odivelas	Sociedade Musical e Desportiva de Caneças
19-10-2006	Fórum PDM Ramada: Desenvolvimento e Cidadania	Revisão do PDM de Odivelas	Junta de Freguesia da Ramada
21-10-2006	O Espaço da Quimiparque e o Futuro do Barreiro	Plano Municipal de Ambiente do Barreiro	Biblioteca Municipal do Barreiro
25-10-2006	Principais Desafios ao Desenvolvimento e Grandes Opções de Qualidade de Vida para 2020	Agenda 21 Local de Alenquer	Fórum Romeira
30-10-2006	2ª Sessão Interna: Grandes Objectivos Estratégicos e Modelo Territorial Sustentável	Revisão da Agenda 21 Local de Oeiras	Estação Agronómica Nacional
23-11-2006	Sistema Ambiental – OEIRAS Verde e Amiga do Ambiente	Revisão da Agenda 21 Local de Oeiras	Estação Agronómica Nacional
13-12-2006	Principais Desafios e Grandes Opções de Desenvolvimento para o Futuro de Marvão	Agenda 21 Local de Marvão	Casa da Cultura de Marvão
14-12-2006	Sistema Sócio-Cultural – OEIRAS Solidária, Segura e Multicultural	Revisão da Agenda 21 Local de Oeiras	Estação Agronómica Nacional
11-01-2007	Principais Desafios ao Desenvolvimento e Intervenções Prioritárias para Nisa	Agenda 21 Local de Nisa	Cine-Teatro de Nisa
16-01-2007	Desafios e Intervenções para o Desenvolvimento do Município de Elvas	Agenda 21 Local de Elvas	Auditório do Centro de Negócios Transfronteiriço

Data	Fórum de Participação	Projecto	Local
19-01-2007	Desafios e Intervenções Prioritárias ao Desenvolvimento de Sousel	Agenda 21 Local de Sousel	Biblioteca Municipal Dr. António Garção
22-01-2007	Principais Desafios ao Desenvolvimento e Intervenções Prioritárias para Castelo de Vide	Agenda 21 Local de Castelo de Vide	Centro Municipal de Cultura de Castelo de Vide
25-01-2007	Vector Económico – OEIRAS Inovação, Conhecimento e Desenvolvimento	Revisão da Agenda 21 Local de Oeiras	Estação Agronómica Nacional
25-01-2007	Principais Desafios ao Desenvolvimento e Intervenções Prioritárias para Crato	Agenda 21 Local do Crato	Auditório Municipal do Crato
26-01-2007	Principais Desafios ao Desenvolvimento e Intervenções Prioritárias para Alter do Chão	Agenda 21 Local de Alter do Chão	Cine-Teatro de Alter do Chão
28-01-2007	Sessão de Participação dos Actores Locais	Plano de Urbanização de Santa Cruz/Póvoa de Penafirme/Silveira	Hotel de Santa Cruz
31-01-2007	Desafios e Intervenções para o Desenvolvimento do Município de Gavião	Agenda 21 Local de Gavião	Cine-Teatro Francisco Ventura
13-02-2007	Principais Desafios ao Desenvolvimento de Campo Maior, Visões de Futuro e Pistas para Intervenção Prioritária	Agenda 21 Local de Campo Maior	Centro Cultural de Campo Maior
14-02-2007	Principais Desafios Actuais e Grandes Opções de Desenvolvimento para o Futuro	Agenda 21 Local de Arronches	Centro Cultural de Arronches
23-02-2007	Vector Governação e Participação – OEIRAS Cidade da Boa Governação e Participação	Revisão da Agenda 21 Local de Oeiras	Estação Agronómica Nacional
03-03-2007	Principais Desafios e Intervenções Prioritárias para o Desenvolvimento Sustentável da Freguesia da Parede	Agenda 21 Local de Cascais	Escola Secundária Fernando Lopes Graça
24-03-2007	Principais Desafios e Intervenções Prioritárias para o Desenvolvimento Sustentável da Freguesia de Alcabideche	Agenda 21 Local de Cascais	Complexo Multi Serviços – Adroana
29-03-2007	Vector Estrutura Urbana – OEIRAS Território Ordenado e Sustentável	Revisão da Agenda 21 Local de Oeiras	Estação Agronómica Nacional
31-03-2007	Principais Desafios e Intervenções Prioritárias para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho - Sessão Colectividades	Agenda 21 Local de Cascais	Junta de Freguesia do Estoril
07-04-2007	Principais Desafios e Intervenções Prioritárias para o Desenvolvimento Sustentável da Freguesia de S. Domingos de Rana	Agenda 21 Local de Cascais	Biblioteca Municipal de São Domingos de Rana
21-04-2007	Principais Desafios e Intervenções Prioritárias para o Desenvolvimento Sustentável da Freguesia do Estoril	Agenda 21 Local de Cascais	Liceu São João do Estoril
05-05-2007	Principais Desafios e Intervenções Prioritárias para o Desenvolvimento Sustentável da Freguesia de Carcavelos	Agenda 21 Local de Cascais	Colégio St. Julian's
11-05-2007	Principais Desafios e Intervenções Prioritárias para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho - Quadros Internos à Autarquia	Agenda 21 Local de Cascais	Centro Cultural de Cascais
19-05-2007	Principais Desafios e Intervenções Prioritárias para o Desenvolvimento Sustentável da Freguesia de Cascais	Agenda 21 Local de Cascais	Centro de Convívio do Bairro do Rosário
02-06-2007	Educação Cívica e Ambiental de Todos	Agenda 21 Local de Alenquer	Fórum Romeira

Data	Fórum de Participação	Projecto	Local
21-06-2007	Visão e Estratégia de Intervenção	Revisão da Agenda 21 Local de Oeiras	Associação Empresarial da Região de Lisboa
29-06-2007	Objectivos e Metas dos Compromissos de Aalborg em Torres Vedras	Agenda 21 Local de Torres Vedras	Paços do Concelho
02-10-2007	Turismo	Agendas 21 Locais do Norte Alentejano	Centro de Congressos de Portalegre
02-10-2007	Valorização dos Produtos Tradicionais	Agendas 21 Locais do Norte Alentejano	Centro de Congressos de Portalegre
09-10-2007	Educação, Formação, Qualificação das Pessoas para a Vida Activa e Empreendedorismo e Apoio ao Tecido Empresarial e Melhorar a Competitividade	Agendas 21 Locais do Norte Alentejano	Centro de Congressos de Portalegre
15-10-2007	Principais Desafios e Acções Prioritárias para o Bairro da Bela Vista	Agenda 21 Local do Bairro da Bela Vista	Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição
15-11-2007	Que Futuro Desejamos para Azeitão? Quais os Problemas Prioritários e Como os Resolver?	Agenda 21 Local de Azeitão	Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense
20-11-2007	Visita ao Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho	Agenda 21 Local de Elvas	Auditório do Centro de Negócios Transfronteiriço
22-11-2007	Visita ao Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho	Agenda 21 Local de Alter do Chão	Pólo da Universidade de Évora em Alter do Chão
24-11-2007	Equipamentos de Apoio Social, Culturais, de Saúde e de Educação	Agenda 21 Local de Alenquer	Fórum Romeira
27-11-2007	Visita ao Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho	Agenda 21 Local de Castelo de Vide	Centro Municipal de Cultura de Castelo de Vide
28-11-2007	Visita ao Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho	Agenda 21 Local de Nisa	Cine-Teatro de Nisa
29-11-2007	Visita ao Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho	Agenda 21 Local do Crato	Auditório Municipal do Crato
05-12-2007	Visita ao Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho	Agenda 21 Local de Gavião	Cine-Teatro Francisco Ventura
06-12-2007	Visita ao Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho	Agenda 21 Local de Marvão	Casa da Cultura de Marvão
13-12-2007	Visita ao Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho. Apresentação e Recolha de Prioridades	Agenda 21 Local de Arronches	Centro Cultural de Arronches
11-01-2008	Visita ao Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho	Agenda 21 Local de Campo Maior	Centro Cultural de Campo Maior
19-02-2008	Visita ao Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho. Apresentação e Recolha de Prioridades	Agenda 21 Local de Sousel	Biblioteca Municipal Dr. António Garção
31-03-2008	Que Futuro Desejamos para Turcifal? Quais os Principais Problemas e Como os Resolver?	Agenda 21 Local de Torres Vedras	Junta de Freguesia de Turcifal
05-04-2008	Que Futuro Desejamos para Ponte do Rol? Quais os Principais Problemas e Como os Resolver?	Agenda 21 Local de Torres Vedras	Junta de Freguesia de Ponte do Rol
12-04-2008	Que Futuro Desejamos para Maceira? Quais os Principais Problemas e Como os Resolver?	Agenda 21 Local de Torres Vedras	Junta de Freguesia da Maceira
14-04-2008	Que Futuro Desejamos para A-dos-Cunhados? Quais os Principais Problemas e Como os Resolver?	Agenda 21 Local de Torres Vedras	Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados
21-04-2008	Que Futuro Desejamos para Freiria? Quais os Principais Problemas e Como os Resolver?	Agenda 21 Local de Torres Vedras	Junta de Freguesia de Freiria

<b>Data</b>	<b>Fórum de Participação</b>	<b>Projecto</b>	<b>Local</b>
<b>22-04-2008</b>	Que Futuro Desejamos para Silveira? Quais os Principais Problemas e Como os Resolver?	Agenda 21 Local de Torres Vedras	Junta de Freguesia de Silveira
<b>29-04-2008</b>	Que Futuro Desejamos para Outeiro da Cabeça? Quais os Principais Problemas e Como os Resolver?	Agenda 21 Local de Torres Vedras	Junta de Freguesia de Outeiro da Cabeça
<b>05-05-2008</b>	Que Futuro Desejamos para Dois Portos? Quais os Principais Problemas e Como os Resolver?	Agenda 21 Local de Torres Vedras	Junta de Freguesia de Dois Portos
<b>12-05-2008</b>	Que Futuro Desejamos para Ramalhal? Quais os Principais Problemas e Como os Resolver?	Agenda 21 Local de Torres Vedras	Junta de Freguesia de Ramalhal
<b>19-05-2008</b>	Que Futuro Desejamos para Campelos? Quais os Principais Problemas e Como os Resolver?	Agenda 21 Local de Torres Vedras	Junta de Freguesia de Campelos
<b>20-05-2008</b>	Que Futuro Desejamos para Maxial? Quais os Principais Problemas e Como os Resolver?	Agenda 21 Local de Torres Vedras	Junta de Freguesia de Maxial
<b>27-05-2008</b>	Que Futuro Desejamos para S. Pedro da Cadeira? Quais os Principais Problemas e Como os Resolver?	Agenda 21 Local de Torres Vedras	Junta de Freguesia de S. Pedro da Cadeira
<b>02-06-2008</b>	Que Futuro Desejamos para S. Pedro e Santiago? Quais os Principais Problemas e Como os Resolver?	Agenda 21 Local de Torres Vedras	Junta de Freguesia de S. Pedro e Santiago
<b>05-06-2008</b>	1º Fórum da Cidadania: Cidade do Douro, Cidade do Mundo	Rede “Douro Alliance – Eixo Urbano do Douro”	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
<b>09-06-2008</b>	Que Futuro Desejamos para Carmões? Quais os Principais Problemas e Como os Resolver?	Agenda 21 Local de Torres Vedras	Junta de Freguesia de Carmões
<b>20-09-2008</b>	Ambiente e Recursos Naturais/ Poluições	Agenda 21 Local de Alenquer	Quinta de São Bartolomeu
<b>10-11-2008</b>	Fórum das Freguesias	Programa Local de Habitação de Lisboa	Fórum Lisboa
<b>17-11-2008</b>	Fórum dos Colaboradores da CML e Empresas Municipais	Programa Local de Habitação de Lisboa	Fórum Lisboa
<b>29-11-2008</b>	Resultados das Sessões das Freguesias e Oportunidades de Desenvolvimento para o Concelho	Agenda 21 Local de Torres Vedras	Escola de Serviços e Comércio do Oeste
<b>04-12-2008</b>	Principais Desafios ao Desenvolvimento e Intervenções Prioritárias para Abrantes	Agenda 21 Local de Abrantes	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes
<b>12-03-2009</b>	Educação, Formação e Qualificação para o Desenvolvimento Humano, o Emprego e a Competitividade	Agenda 21 Local de Abrantes	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes